

Realização



Parcerias

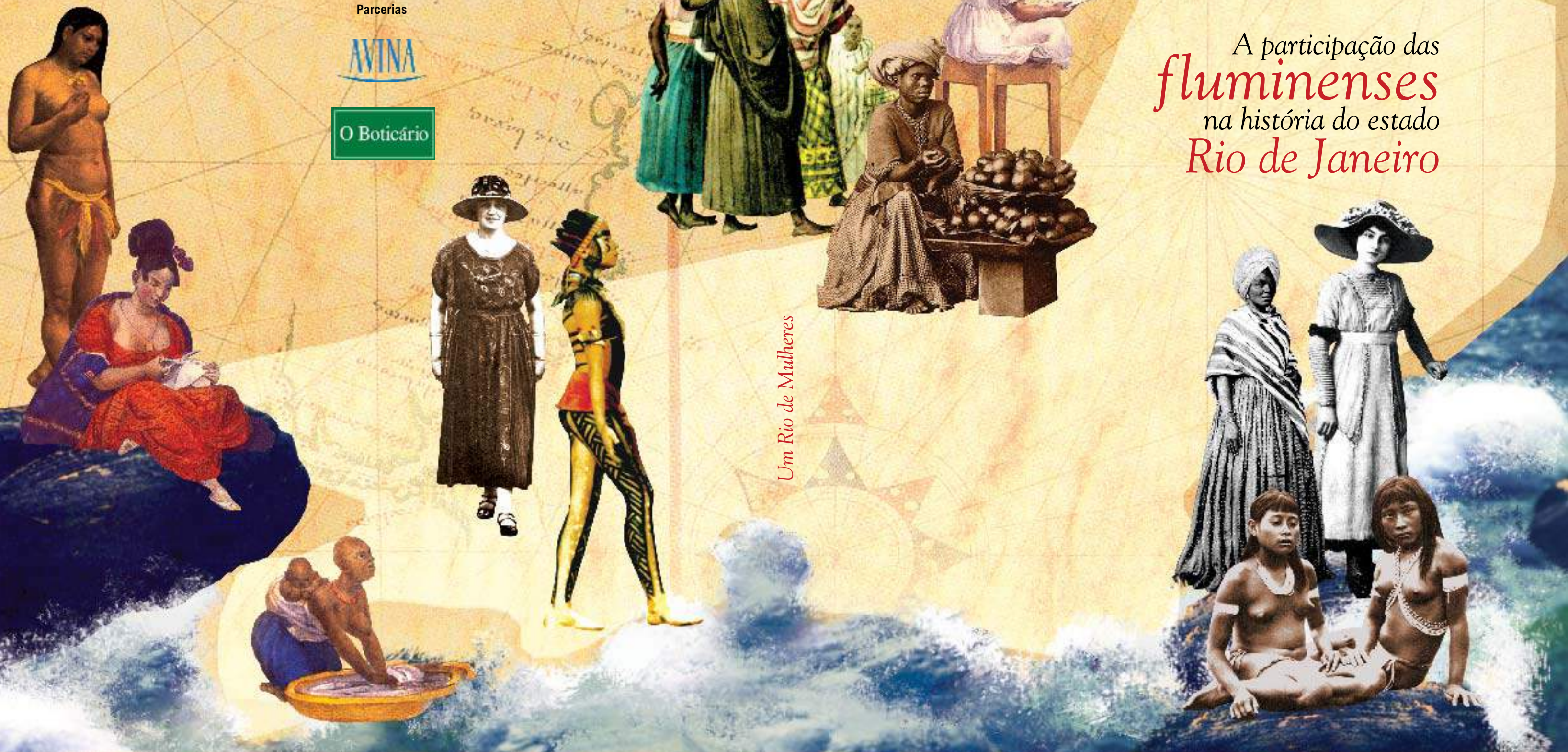


O Boticário

Um Rio de Mulheres

A participação das
fluminenses
na história do estado
Rio de Janeiro

Um Rio de Mulheres



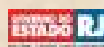
Realização



Parcerias



Apoio



Agradecimentos

Às pessoas que nos incentivaram e as que nos deram inúmeras contribuições: Amália Fischer, América Pires, Amilton Carvalho, Ângela Costa, Antônio José da Silva Martins, Aristolina Queiroz de Almeida, Associação Thálamus, Áurea Pessoa, Baby Ahrends, Bruno Borges, Cláudia Ferreira, Crispiano Ribeiro, Cristina Pierotti, Denise Brasil, Denise de Moraes Moreira, Dica de Lima, Eduardo Monteiro, Frederick Engelhart, Geraldinho Vieira, Hildézia Medeiros, Izadora Afrodite, Jandira Fernandes Lima, Joana Angélica, José Olyntho Contente Neto, Kassia Barros, Jovelina Protásio Ceccon, Lana Lage, Laila Melo, Leilah Borges, Lígia Lessa Bastos, Lívia Garcia Rosa, Lúcia Xavier, Luciana Neto, Luiz Dias, Luis Fernando Schumacher, Madalena Guilhon, Márcia Lemos, Maria Inês Batista Medeiros, Isadora Afrodite, Maria José de Lima, Maria Regina Puri Arraes, Maria Terezinha da Luz, Mariluce da Silva, Mariangela Sedraz, Marta Rocha, Neusa das Dores Pereira, Paula Jonhs, Rita Veiga, Roberto Burstin, Rogéria Peixinho, Rosângela Castro, Rosângela Paulino, Santinha, Silvana Lemos, Solange Dacach, Sônia Malheiros, Stella Van Werelt, Suely Oliveira, Thais Corral, Thays Vital Brazil Lobo, Vitória Grabois.

Queremos, ainda, registrar profunda gratidão à equipe envolvida neste trabalho e colaboradores (as), sem as quais esta publicação não seria viabilizada.

Um Rio de Mulheres

A participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro de
SCHUMA SCHUMAHER e
ÉRICO VITAL BRAZIL

COORDENAÇÃO GERAL
Schuma Schumacher

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Érico Vital Brazil
Schuma Schumacher

REDAÇÃO E EDIÇÃO
Érico Vital Brazil
Schuma Schumacher
Anna Luiza Pijnappel

COLABORADORAS(ES):
Ana Pessoa
Angela Freitas
Denise Viola
Fernanda Pompeu
Meri Damaceno
Mônica da Silva Araújo
Paulo Keller
José Marmo
Juliana Carneiro

PESQUISA E PREPARAÇÃO DE TEXTOS
Carmen Margarida Oliveira Alveal
Carolina P. de Araújo
Érica Bastos Arantes
Érico Vital Brazil
Iolanda Janaina M. Machado
Nadja Nicolaevski
Virgínia Albuquerque de Castro Buarque

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Érico Vital Brazil
Nadja Nicolaevski

ENCARTE
Paulo Corrêa

LEITURA CRÍTICA
Cristiane Lasmar
Roberto Mansilla Amaral

IMAGENS
Acervo do Projeto Mulher 500 anos – Redeh
Acervo do Centro Documentação Pagu – Cemina
Claudia Ferreira

PROJETO GRÁFICO
Bete Esteves
Bruno Pugens

REVISÃO
Elizabeth Roballo

EQUIPE DE APOIO
Ana Cristina Mesquita
Carlos Augusto Júnior
Elza Loures dos Santos
Hélio Araújo
Kátia Regina Pereira da Silva
Maria da Guia Oliveira Felix
Regina Celi de Oliveira Silva
Sandra Infurna

Março de 2003

Schumacher, Schuma

Um Rio de Mulheres: a participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro / Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil. - Rio de Janeiro : REDEH, 2003.

100p. II.
Inclui bibliografia

ISBN

1 - História. 2 - Mulheres. 3 - Estado do Rio de Janeiro.

4 - Vital Brazil, Érico.



*Para Angela Borba,
uma estrela no céu...*

Um Rio de Mulheres

Aparentemente seria desnecessário discorrer sobre a importância e o valor da participação feminina no desenvolvimento e formação de nossa sociedade, não fosse a extensa e profunda lacuna na memória nacional. Certamente os livros didáticos representam um dos maiores agentes deste silêncio, que persiste ausentando as mulheres dos acontecimentos e episódios históricos brasileiros.

Com o propósito de contribuir para reverter esta situação, a REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano começou a formar e disponibilizar um amplo acervo sobre a atuação feminina na história do país. Desde 1997, vem realizando um projeto de pesquisa sobre os mais diferentes temas relacionados ao passado das brasileiras. Como primeiro resultado desta iniciativa, publicou o Dicionário Mulheres do Brasil, lançado nacionalmente a partir de outubro de 2000.

Um **Rio de Mulheres** faz parte dos desdobramentos deste referido projeto, que produzirá uma série com mais vinte e seis publicações, contemplando, assim, a atuação feminina em cada um dos estados brasileiros.

Como já esperávamos, começar pelo Rio de Janeiro representou um desafio maior, considerando que, durante mais de dois séculos, este estado foi o principal cenário dos acontecimentos políticos, sociais e culturais do país. De fato, não foi menos prazeroso ou instigante para toda equipe. Multiplicaram-se também o empenho e a motivação, a cada passo dado para a realização de nossas metas.

O principal objetivo foi traçar um panorama histórico enfocando as mulheres fluminenses, desde os tempos coloniais até os dias de hoje. A partir de um roteiro de pesquisa específica, nos propusemos relatar, mesmo que em síntese, diversas trajetórias femininas. Sem buscar compreendê-las como seres excepcionais, inserimo-las em seus respectivos contextos. Muito embora algumas tenham sido precursoras e ou protagonistas de feitos extraordinários, não foram as únicas. A grande maioria viveu – várias ainda vivem – como tantas outras anônimas. São mulheres índias, brancas e negras, que por diferentes maneiras, intencionalmente ou não, ajudaram a preparar o terreno social para que, a cada novo período da história do estado do Rio de Janeiro, um número maior delas pudessem coexistir em melhores condições.

Para viabilizar a edição de **Um Rio de Mulheres** contamos com as parcerias da Fundação Avina e Boticário, que, como nós, reconheceram a importância de disponibilizar aos formadores de opinião os feitos e fatos das mulheres na história fluminense. Juntos estaremos promovendo a ressonância nas escolas, nas organizações não-governamentais, na imprensa e ou nos centros de estudo e pesquisa.

Com o desejo maior de estimular o uso desta publicação nas salas de aula, elaboramos um encarte com sugestões de atividades para as/os professoras/es e alunas/os, que certamente poderão fazer novas descobertas, trazendo à luz outras referências femininas que ainda estão em grande parte silenciadas no cotidiano das realidades locais. Acreditamos que dessa forma, cada vez mais, compartilharemos com as novas gerações de um passado mais justo e comum.

A consciência das limitações e perigos de uma tarefa tão ambiciosa não nos impediu a ousadia. Entretanto, precisamos registrar que **Um Rio de Mulheres** é uma publicação incompleta, pois a força da história das mulheres fluminenses requisita a colaboração, as críticas e as correções de nossas leitoras e leitores.

Que seja esta a primeira de muitas outras edições aprimoradas.

SCHUMA SCHUMAHER E ÉRICO VITAL BRAZIL
MARÇO DE 2003

“Estácio de Sá, capitão-mor da armada que el-rei nosso senhor mandou a correr a costa do Brasil, e a povoar o Rio de Janeiro, e nela estou ora fazendo a fortaleza em nome do dito senhor.”

1º de março de 1565

Data da fundação oficial da cidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Aconteceu na Colônia

A história fluminense vestindo saia

6

Assistir, um verbo conjugado no feminino

18

Aconteceu no Período Imperial

Maria vai com as outras!

21

“Mulher que sabe latim, não tem marido nem bom fim”

34

Pelos laboratórios da vida

42

Imprensa feminina

44

As mulheres comerciantes da cidade do Rio de Janeiro

46

As imigrantes

48

Aconteceu no Século XX

Cantando, dançando e pintando o panorama cultural e artístico do Rio de Janeiro

52

Quando o passado ilumina o presente

66

Elas não fogem à luta

78

Mulheres no batente

82

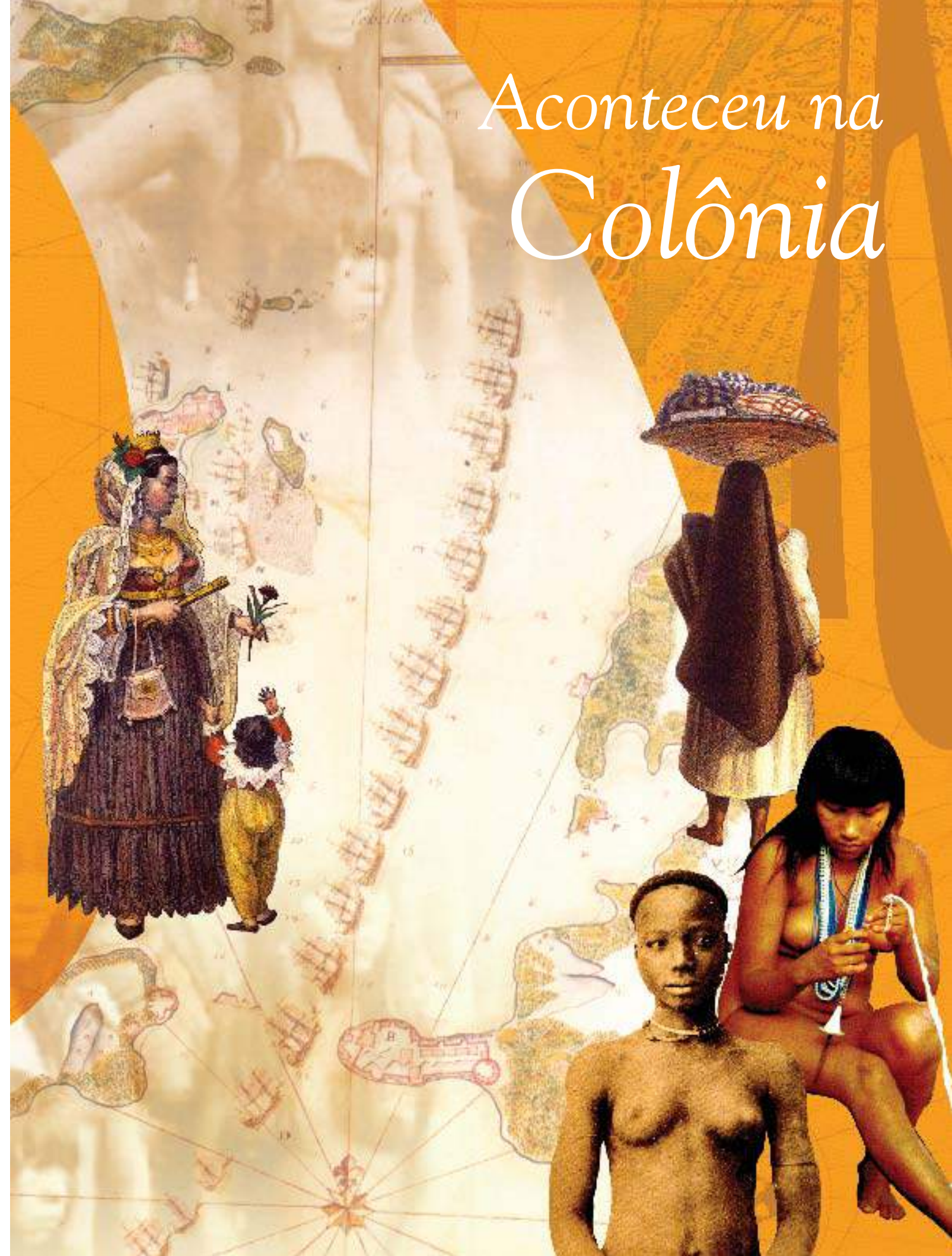
Pintando o podium de rosa choque

86

O feminismo no palco da história – a contribuição fluminense

88

Aconteceu na Colônia



A História fluminense vestindo saia

Poucas são as referências à contribuição das mulheres para o processo de colonização do Brasil e, mais escassos ainda, os registros de que dispomos sobre as mulheres indígenas que habitavam a região do atual Estado do Rio de Janeiro, quando os portugueses aqui chegaram.

Os relatos de cronistas e viajantes da época, que alguma luz lançam sobre os tempos coloniais, estão permeados de concepções e clichês que, infelizmente, mais afastam do que aproximam do conhecimento da realidade das mulheres no período que se estende do século XVI ao início do XIX.

Nos primeiros 30 anos de ocupação, a colonização foi praticamente inexistente. Apenas pequenas feitorias foram criadas para funcionarem como depósito de produtos nativos, o principal deles, o pau-brasil. A exploração desta madeira logo se provou bastante lucrativa, o que atraiu a pirataria para a costa brasileira, sobretudo de corsários franceses, que chegariam a fundar, em 1555, uma colônia no Rio de Janeiro – a França Antártica.

Uma das principais regiões visadas para a exploração e contrabando do pau-brasil era a região do litoral norte fluminense, lugar da primeira feitoria no estado, a de Cabo Frio. É do escrivão da Nau Bretoa, Duarte Fernandes, um dos primeiros relatos sobre índias brasileiras. Através dele, tomamos conhecimento da “bem-sucedida” expedição de mercadores portugueses ao litoral cabo-friense, que, em 1511, zarpou de volta a Portugal levando em seus porões cinco mil toras de pau-brasil e 26 índias e 10 índios para serem vendidos na praça de Lisboa. **Brígida, ou Bu-y-syde**, era uma dessas índias, escravizada e, prática comum de então, explorada sexualmente pela tripulação, durante toda a longa travessia. Ela pertencia à nação Tamoio,

habitante do litoral fluminense. Mais não nos conta o escrivão que documentou toda a viagem, a não ser que Brígida sobreviveu à travessia do Atlântico e chegou a Portugal como encomenda para certo Francisco Gomes.

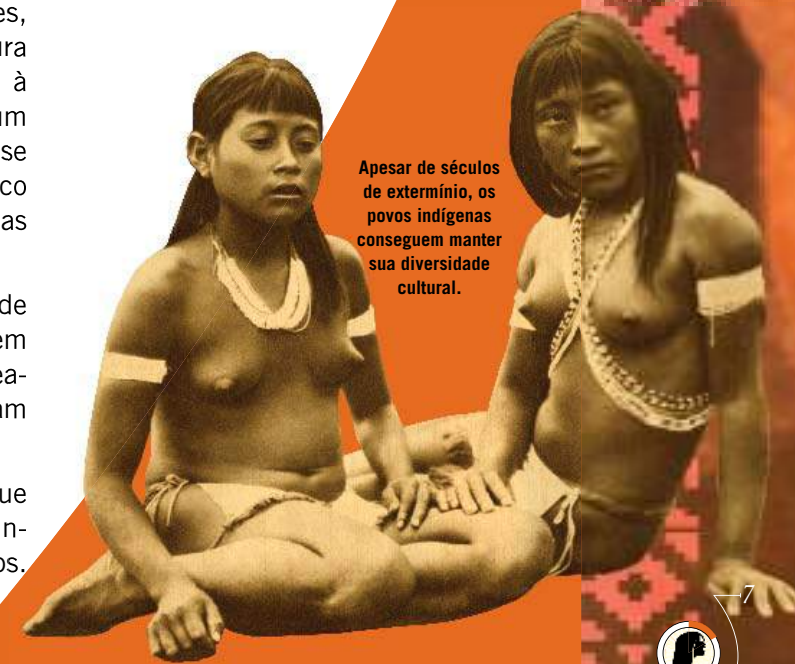
Em 1532, D. João III optou por dividir o território em Capitanias, que seriam doadas a pessoas da confiança da Coroa portuguesa para serem administradas com seus próprios recursos. Como incentivo, receberam permissão para escravizar os indígenas, úteis para o trabalho na terra e para a guerra contra possíveis invasores. A escravidão indígena iria perdurar até, pelo menos, 1755, data oficial de sua proibição, embora o trabalho compulsório tenha continuado ainda por muito tempo.

O Estado do Rio de Janeiro corresponde hoje à antiga Capitania de São Tomé e parte da Capitania de São Vicente. Os primeiros grupos indígenas a entrar em contato com os portugueses foram os de língua tupi-guarani, habitantes do litoral fluminense e, em especial, os Tamoios (ou Tupinambás) e os Tupiniquins.

Os índios escravos ou “negros da terra” eram obtidos através da “guerra justa” ou do resgate. Nas chamadas guerras justas, as aldeias indígenas resistentes à evangelização portuguesa eram invadidas, e mulheres, homens e crianças eram brutalmente capturados e destinados à escravidão. Depois de incendiada, a aldeia tinha suas terras repartidas entre os colonos. Índios arredios ou hostis eram ainda arregimentados nas ditas “missões de resgate”, quando, também, tribos negociavam com os portugueses a venda de inimigos capturados. Nas missões, os indígenas eram catequizados e qualquer tentativa de resistência era punida, muitas vezes, com violentos castigos físicos. O resultado foi uma aculturação tão radical, que, segundo alguns historiadores, poucos vestígios teriam restado em nossa cultura da presença das índias, além de contribuições à culinária (o beiju e o mingau, os mais citados) e um ou outro artesanato (a rede, por exemplo). Sabe-se hoje o quão pouco isto representa e o quão pouco a história oficial revela das inúmeras trajetórias desses povos.

Alguns grupos, chamados pelos portugueses de “índios amigos”, perderam suas antigas aldeias sem possibilidade de resistir, sendo batizados e aldeados por missionários jesuítas que aqui chegaram em meados do século XVI.

Pouco mencionadas são as mulheres indígenas que mostraram bravura nas lutas de resistência ou ainda as que personificavam ideais místico-religiosos.



Apesar de séculos de extermínio, os povos indígenas conseguem manter sua diversidade cultural.

Nos primeiros 30 anos de ocupação, a colonização foi praticamente inexistente.

Infelizmente, a maioria das citadas nos registros históricos ocupam quase sempre uma posição periférica e geralmente aparecem atreladas a uma figura masculina.

Com o intuito de selar uma aliança com os nativos, algumas índias foram tomadas como esposas pelos portugueses. Foi o caso de **Bartira**, ou **Mbcy**, filha do cacique Tibiriçá, o mais poderoso líder indígena tupiniquim da região. Batizada com o nome de **Isabel Dias**, uniu-se conjugalmente ao português João Ramalho, fato que teria sido determinante, segundo as autoridades coloniais, para a viabilização do processo de colonização. O povoamento do planalto de Piratininga foi feito a partir do assentamento luso-tupi comandado por Bartira, João Ramalho e sua extensa prole. **Joana Ramalho**, filha do casal, casou-se com Jorge Ferreira, capitão-mor de S. Vicente e um dos fundadores do Rio de Janeiro. A neta de Bartira, **Marquesa Ferreira**, filha de Joana e Jorge, foi uma das primeiras colonizadoras da região. Com a morte do marido, Cristóvão Monteiro, tomou posse das sesmarias Iguaçu, atual baixada fluminense, e Guaratiba, por volta de 1574. Em testamento, Marquesa (nome próprio e não título honorífico) doou à Companhia de Jesus metade das terras que possuía em Guaratiba. Outra parte de suas propriedades, foram doadas ao Mosteiro de São Bento, em 1596.

No entanto, o caso de Bartira – uma das três mulheres indígenas que ostentam o título de “*mãe do povo brasileiro*” – não espelha o destino da maioria das índias durante a colonização. Mais emblemática é a história de **Branca**, por ser uma entre tantas

escravas anônimas, destituídas de sua dignidade, de sua cultura e de seus laços afetivos. O que dela sabemos é que vivia no planalto de Piratininga na capitania de São Vicente e, com a aprovação dos jesuítas, uniu-se ao índio Pedro, porém sem receber o sacramento do matrimônio. O casal era propriedade de Antônio Ribeiro Roxo e, com a morte deste, foi separado pelos herdeiros sob a alegação de que não eram casados. A separação de membros da mesma família, lamentavelmente, não era prática incomum, como nos atesta o relato da captura de novos escravos, no caso, Tamoios, escrito por Frei Vicente do Salvador: “*apartando a mãe do filho e o filho da mãe; uns iam para S. Vicente e outros para o Rio de Janeiro. E era tão grande o pranto que quebrava os corações de quem ouvia*”.

Nos aldeamentos, aos índios cativos cabia preparar a terra, caçar e pescar, sendo os demais trabalhos executados pelas mulheres indígenas, como nos conta carta de Manoel da Nóbrega, de 10 de julho de 1557: “*...A causa porque se tomara fêmeas (indígenas) é porque d’outra maneira não se pode ter roça nesta terra, porque as fêmeas fazem farinha, e todo o princi-*

pal serviço e trabalho é delas; os machos somente roçam, e pescam, e caçam, e pouco mais...”. Como remuneração pelo trabalho e nas guerras, era comum os índios receberem dos portugueses apenas alguns metros de algodão, que seriam tecidos pelas próprias índias.

Em 1565, os portugueses haviam aliciado os índios tupiniquim e os temiminó para lutarem na guerra contra os invasores franceses, que, por sua vez, tinham a nação tamoio como aliada. Certamente para os índios, a maior consequência da guerra não foi a derrota francesa, mas a grande perda populacional indígena que a ela se seguiu. Nos confrontos, as índias eram participantes ativas. Conhecida é a história da índia **Potira**, filha do chefe tamoio Aimberê. Ainda menina, casou-se com Ernesto, francês, que integrou-se plenamente à vida tribal. Vale salientar que o casamento de franceses com nativas, ao contrário do que ocorria com os portugueses, era bastante estimulado como tática de ocupação de território. Potira morreu lutando contra as tropas de Estácio de Sá, ao lado do pai e do marido Ernesto. Na mesma

batalha que expulsou definitivamente os franceses da Baía de Guanabara, lutava **Iguaçu**, índia casada com Aimberê. Capturada e levada como escrava para as terras de Piratininga, no planalto paulista, foi libertada pelos tamoios, que a trouxeram de volta ao Rio de Janeiro, para, pouco tempo depois, vir a morrer na batalha que deu vitória decisiva aos portugueses, no dia 20 de janeiro de 1567, dia de São Sebastião, desde então homenageado como o padroeiro da cidade.

As tentativas de traçar a história das índias esbarram em um conjunto de representações, intolerâncias e julgamentos que povoam as fontes históricas. O grande desafio é o de criticar permanentemente os dados, para que não se aceite como certas, sem questionamento prévio, as representações dos colonizadores sobre as mulheres indígenas.

A história que se escreve sobre os índios carece sempre de maiores esclarecimentos. Não é possível, nestas poucas páginas, dar conta de todas as suas lacunas, mas procura-se, ao menos, deixar registrado que os povos indígenas não se extinguíram de todo na época da Colônia, como parecem fazer acreditar tantos livros, nem tampouco foram ou são incapazes de ação. O território brasileiro é habitado hoje por cerca de 350 mil índios, pertencentes a 216 nações distintas. Apesar de séculos de extermínio, estes povos conseguiram manter sua diversidade cultural e, nas últimas décadas, vêm se organizando politicamente em defesa de seus direitos.



Índia da nação Guarani, habitante da Aldeia de Bracuí.

COMUNIDADES INDÍGENAS DO RIO DE JANEIRO

Atualmente, após séculos de genocídio, o único povo indígena que vive em terras fluminenses é o Guarani, que na década de 1950 saiu da região sul do Brasil para erguer três aldeias no Estado do Rio de Janeiro: Bracuí, localizada no município de Angra dos Reis, Araponga e Paraty-Mirim, localizadas no município de Paraty.

Os Guarani, que há 500 anos vêm enfrentado o desafio de sobreviver de acordo com suas tradições, estão espalhados por todo território brasileiro e somam hoje, aproximadamente, 5.000 pessoas. Nas três aldeias citadas acima vivem cerca de 450 índios. A aldeia de

Bracuí é a que tem a maior população, em torno de 320 indivíduos. Mais da metade é constituída por crianças com menos de 14 anos.

Atualmente a Associação Indígena de Bracuí administra, em parceria com várias instituições, os projetos que escolheram para desenvolver em sua comunidade: a publicação de um livro no qual registrarão, sob o ponto de vista deles, a história do contato com os não-índios; uma escola bilíngüe, que já produziu uma cartilha Guarani para alfabetização; a construção de açudes para a piscicultura; produção de artesanato; instalação de um posto de saúde e a formação de agentes de saúde guarani, entre outros.

A comunidade de Araponga, é formada por três pequenas aldeias familiares ao todo são 62 pessoas e está localizada a 40 minutos de Paraty, em meio à

Mata Atlântica. Em 2002 conseguiram montar uma escola indígena, onde as aulas são ministradas em língua guarani, por um membro indígena empenhado no resgate da cultura e a auto-estima de seu povo.

As mulheres dessas aldeias são, na sua grande maioria, as responsáveis pela produção e venda do artesanato, contribuindo assim com grande parte da renda familiar. Além disto, são elas que, através de histórias orais, da preparação dos alimentos, do conhecimento das propriedades medicinais das plantas e do ensinamento dos rituais indígenas, têm ajudado a preservar a cultura e as tradições da nação Guarani.

Em 1996, as terras indígenas de Bracuí, Araponga e Paraty-Mirim tiveram o processo de demarcação concluído e foram homologadas pelo governo federal.



ELIANE POTIGUARA

Escritora de ascendência indígena, mãe de três filhos, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1951. Sua família, que pertencia à nação Potiguara, emigrou das terras paraibanas nos anos de 1920 para se livrar das ações violentas dos chamados neo-colonizadores.

A distância não a impediu de ir em busca da verdade e denunciar as conseqüências físicas e morais da violência imposta aos seus antepassados. Sofreu ao longo de sua trajetória toda sorte de ameaças, abuso sexual e humilhação, por defender os povos indígenas do racismo e da exploração.

Foi indicada como uma das “Dez Mulheres do Ano de 1988”, pelo Conselho das Mulheres do Brasil, por ter criado a primeira organização de mulheres indígenas no país: Grumim – Grupo Mulher e Educação Indígena –, e por ter trabalhado pela integração das índias no processo social, político e econômico.

Organizou em 1991, na cidade de Nova Iguaçu, o histórico Encontro Nacional de Mulheres Indígenas, que contou com a participação de mais de 200 representantes de diferentes comunidades. Ao lado de Marcos Terena e de outros líderes, ajudou a fundar o Comitê Intertribal 500 anos (kari-oca), por ocasião da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro.

Eliane tem participado freqüentemente de fóruns nacionais e internacionais e, como reconhecimento ao seu incansável trabalho na defesa dos direitos humanos dos indígenas, tem recebido várias homenagens.

Foi preciso ter força, raça, gana, sempre!

Duas décadas após a expulsão dos franceses comandada por Estácio de Sá, caberia a uma mulher branca, **Inês de Sousa**, a defesa da cidade do Rio de Janeiro, outra vez ameaçada por corsários. Esposa do governador da Capitania, Salvador Correia de Sá, Dona Inês conseguiu impedir o desembarque de franceses na Baía de Guanabara. Estes pretendiam saquear a cidade na ausência do governador, que saía em expedição acompanhado de grande contingente de homens. Inês de Sousa reuniu mulheres e crianças, vestiu-as com armaduras masculinas e as fez simular manobras de defesa na praia. Os corsários, assustados, desistiram de assaltar a cidade, contentando-se em extrair lotes de pau-brasil do litoral fluminense.



Medalha comemorativa do centenário de Benta Pereira.



A trajetória de Dona Inês se entrelaça com a de outra heroína, **Benta Pereira**, líder da Revolta de Campos, dois séculos depois. O filho de Inês de Sousa, Martim Correia de Sá, foi o primeiro Visconde de Assecas, donatário da recém-criada Capitania do Paraíba do Sul, no norte fluminense. O domínio dos Assecas na região foi extremamente atribulado. Uma disputa entre a Câmara Municipal de São Salvador dos Campos de Goytacazes e os herdeiros do terceiro Visconde de Assecas levou a uma revolta da população, que ficou conhecida como a Revolta de Campos. Benta Pereira teve importante atuação no conflito, e seus bens lhe foram seqüestrados. Ela não desanimou e, em 1748, liderou as mulheres de Campos no cerco dos revoltosos à Câmara, então ocupada por tropas do Visconde. Consta que foram elas que comandaram a investida final, invadiram o plenário e algemaram os usurpadores, tornando possível, no dia seguinte, a posse dos legítimos representantes. As forças a favor do donatário, porém, acabaram por derrotar os revoltosos. Benta teve a filha, **Mariana**, condenada ao degredo e foi obrigada a abandonar a vila. Benta e Mariana são lembradas até hoje como heroínas pelos campistas, que reconhecem sua

bravura na luta pelos direitos dos cidadãos. As armas da cidade de Campos atestam:

IPSE MATRONAE HIC PRO JURE PUGNANT
(Aqui até as mulheres lutam pelos direitos).

Os primeiros povoadores da Capitania do Rio de Janeiro estabeleceram-se, principalmente, no morro do Castelo, no Rio, e no entorno do Recôncavo da Guanabara, atual Baixada Fluminense. Muitos foram os agraciados com sesmarias (lotes doados pelo rei) com o objetivo de recompensar os colonos que ajudaram na expulsão dos franceses, estimular o povoamento da região e o cultivo das terras. Curioso constatar que as sesmarias eram dadas ao casal e não podiam ser transferidas sem a presença da esposa, mesmo analfabeta. **Ana Barroso, Ana Dias, Ângela Rodrigues, Catarina de Bittencourt, Francisca da Costa, Maria de Mariz** são alguns nomes de colonizadoras encontrados nas petições, ainda no século XVI. Muitas delas, quando viúvas, acabaram por doar suas propriedades aos religiosos. **Vitória de Sá**, natural do Rio de Janeiro, ficou conhecida por sua coragem ao percorrer a região pantaneira à procura de seu marido. Ao falecer em 1667, deixaria, em legado, terras, um Engenho e escravos aos padres beneditinos. A herança de Vitória foi considerada uma importante contribuição ao patrimônio da Igreja.

Morrer sim... entregar-se não!

Relatar os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres negras ao longo da História do Brasil, em particular em terras fluminenses, é acima de tudo louvar a abrangente e definitiva herança africana na formação do estado do Rio de Janeiro.

MULHER SOLDADO

Maria Úrsula de Abreu e Lencastre, nascida na Capitania do Rio de Janeiro, em 1682, ao completar 18 anos, disfarçada de homem, fugiu para Lisboa, onde assentou praça como soldado em 1.º de novembro de 1700. Embarcou para a Índia, destacou-se em numerosos combates, sem jamais revelar seu sexo. Em 1714, resolveu tirar o disfarce, obteve baixa e casou-se com o oficial militar Afonso Teixeira Arraes de Melo. Mereceu honras e distinções do rei português, D. João V, que a beneficiou com uma renda regular. Nunca mais voltou ao Brasil.

A triste e cruel condição imposta à população negra pelos colonizadores foi um dos pilares sob os quais se assentaram e naturalizaram as desigualdades de gênero, raça e classe na sociedade brasileira.

Muitos historiadores afirmaram que poucos foram os negros trazidos para o Rio de Janeiro, no início da colonização, e mais raros ainda são os registros encontrados sobre esses escravos. Motivos para tal seriam a própria omissão dos traficantes ao declarar o número real de pessoas trazidas da África e a dispersão das atividades econômicas na região até o século XVIII. É sabido, no entanto, que, já em 1730, a cidade do Rio de Janeiro recebia um terço dos escravos do país. Eram 7.400 escravos por ano, metade deles vindos diretamente da África. Ao todo foram 850.000 africanos, a maior parte deles do grupo étnico conhecido como Banto. Esta etnia incluía diferentes nações de Angola, sul do Congo e de Moçambique, além dos povos cabindas, benguelas, e quilinames.

Esta população escravizada sofria com a falta de alimentos e roupas. Era marcada a ferro quente e subjugada por meio de açoites e mutilações. A mão-de-obra africana era sobretudo destinada às regiões de lavoura, sendo as duas principais as regiões de Campos de Goytacazes e do Vale do Paraíba. A primeira, hoje norte fluminense, assistiu a partir do século XVII à grande expansão da atividade agropecuária. Para isso teriam contribuído motivos de ordem econômica e política, como a queda na produção canavieira do Recôncavo da Guanabara (atual São Gonçalo) e, mais tarde, a transferência da capital da colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.

Já nos últimos anos do século XVIII, com a proliferação do cultivo do café, estimulado pela boa aceitação do produto no mercado externo, o Vale do Paraíba, até



então produtor de algodão e cana-de-açúcar, tornou-se o destino da maior parte dos escravos que aportavam no Rio de Janeiro. A região que se estendia pelos atuais municípios de Vassouras, Valença, Barra do Piraí, Barra Mansa, entre outros, de 160 arrobas de café, em 1792, passou a mais de 3 milhões de arrobas exportadas, em 1835. Já em 1789, metade dos 170 mil habitantes da província do Rio de Janeiro era escrava, sendo que três quartos destes se encontravam nas áreas rurais. Estas proporções permaneceram as mesmas até o início do século XIX.

Segundo a pesquisadora Sonia Giacomini, as mulheres cativas, apesar de inseridas, como os homens, em tarefas produtivas, tinham a função de reprodutoras, o que não permitia a realização do lucro esperado por seus proprietários. Desta forma, eram freqüentemente destinadas às necessidades e solicitações da casa-grande, servindo, entre outros papéis, como objeto sexual e ama-de-leite.

Em uma sociedade patriarcal, onde o poder e a vontade dos homens era imperativo e os desejos sexuais no casamento cerceados por regras morais e valores religiosos, as escravas eram obrigadas a satisfazer a libido, tanto do senhor quanto de seus filhos, sendo submetidas a todo tipo de vontades. As senhoras, por sua vez, sentiam os laços abençoados e sacramentados da família ameaçados por este tipo de prática, tornando-se por vezes mais cruéis que os feitores. Essa condição deu origem ao mito da negra ultra-sexualizada, que “ardilosamente seduz a todos”.

Durante muito tempo, propagou-se que os escravos que trabalhavam na lavoura e moravam nas senzalas viviam em total promiscuidade. Essa idéia era alimentada pelo preconceito que ditava que os africanos seriam “naturalmente” promíscuos e pela percepção de que, no cativeiro, os escravos não teriam condições de se unirem em famílias. Estudos recentes, no entanto, provaram que durante todo o período de escravidão

houve, sim, a constituição de laços familiares entre os que viviam na casa-grande, entre os escravos das plantações, como também entre negras e brancos. Exemplar é o caso da africana **Justina Maria do Espírito Santo**, comprada aos 13 anos pela proprietária de terras **Emerenciana Ribeiro do Espírito Santo**, que a presenteou ao cônego João Carlos Monteiro, de Campos dos Goytacazes. Justina passou a viver na casa do pároco da cidade. No dia 9 de outubro de 1853, deu à luz um menino, filho do cônego. Este filho foi o destacado líder abolicionista José do Patrocínio.

Dentre as inúmeras trajetórias de negras que se rebelaram contra a opressão a que eram submetidas, as que chegaram até nós são as de mulheres do século XIX. Assim conhecemos **Júlia**, que entrou na Justiça em 1865 com o objetivo de conseguir a sua liberdade, visto que não mais morava com sua proprietária. Havia mais de sete anos, trabalhava como lavadeira e morava num cortiço no bairro do Catete, zona sul do Rio de Janeiro. Júlia perdeu a ação judicial, porém serviu de exemplo para muitas que, como ela, obtiveram autorização de seus donos para viverem como alforriadas, e, mais tarde, com mais sorte, conseguiram legalizar sua situação civil. **Mariana**, também escrava, vivia em Iguazu, atual Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Apesar da idade avançada, fugia à vigilância de sua senhora, a viúva **Gertrudes**, recebendo dos negros organizados em quilombos na Baixada o sebo para fazer sabão que era comercializado no centro da cidade. Com o dinheiro das vendas, comprava mantimentos para os quilombolas.

Mais famosa é a trajetória de **Mariana Crioula**, de Pati de Alferes, região do Vale do Paraíba. Em 1838, ocorreu uma das maiores fugas de escravos registradas na história fluminense, liderada por Manuel Congo, que arrebanhou revoltosos em diversas fazendas da região. Mariana juntou-se aos fugitivos, mais de 200, que tomaram a direção da serra da Mantiqueira. Lá

chegando, tornou-se “a rainha” do quilombo ao lado de Manuel Congo, “o rei”. Segundo depoimentos de soldados, quando a guarda nacional chegou, Mariana, com cerca de 30 anos, resistiu ao cerco com grande valentia e a seus companheiros esbravejava: “Morrer, sim, entregar-se, não!”

Presa, conseguiu ser absolvida, pois o código criminal distinguia a mulher escrava do homem escravo, quanto à aplicação de penas, e era mais implacável com eles. Manuel Congo foi acusado de homicídio e enforcado.

Durante o século XVIII, o ciclo do ouro estimulou, nas zonas de mineração e nos centros urbanos, o crescimento do comércio ambulante de gêneros alimentícios. Essa atividade, preponderantemente feminina, era exercida pelas forras para seu próprio sustento e pelas cativas, para seus senhores, sendo estas últimas, denominadas “*escravas de ganho*”.

No final do século XVIII e início do século XIX registra-se a chegada de grande quantidade de negras e negros daomeanos, nagôs e haúças. Estes povos foram os principais responsáveis pela estruturação dos cultos africanos que predominaram no Brasil.

... Essas que acenderam todos os tipos de velas...

Para o resgate da memória das mulheres na colônia, talvez tenha lugar privilegiado o espaço religioso. Índias, negras, brancas, pobres ou ricas, as mulheres produziram no campo da espiritualidade formas diversas de resistência pessoal e cultural. Talvez isso explique a presença maciça de mulheres atuantes em grupos religiosos.

No Rio de Janeiro colonial, as irmandades tornaram-se um importante espaço feminino. Ao contrário do que haveria de se esperar, a instituição de conventos nem sempre representou para as mulheres recolhidas o ingresso em uma vida de devoção, de ausência de contato com o mundo exterior, de ignorância e de absoluta falta de liberdade. Os recolhimentos funcionavam mais como um prolongamento dos “claustros” domésticos ou, ainda, como abrigo para mulheres que, por circunstâncias diversas, se

RAINHA DO CAFÉ

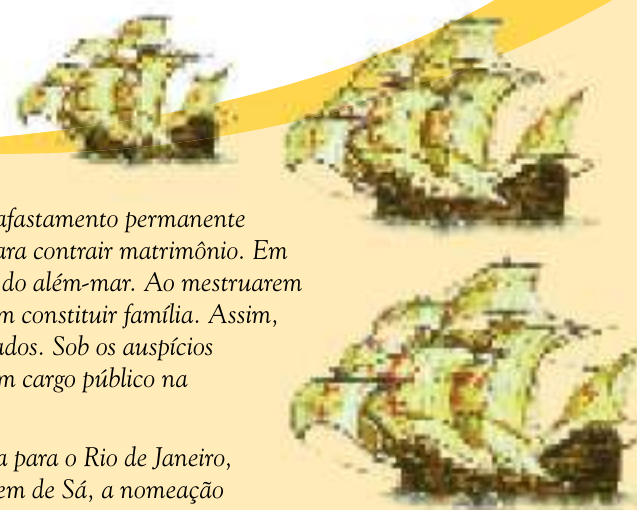
Maria Benedita Gonçalves Martins, filha da índia Puri, batizada como Ana Maria de Jesus, e do comerciante português Manoel Gonçalves Martins, nasceu a 7 de março de 1809, em Resende. Foi considerada a maior produtora cafeeira do Vale do Paraíba, sendo chamada a rainha do café. Usou a grande fortuna que recebeu de herança para promover o desenvolvimento de sua região, tornando-se uma das principais responsáveis pela construção de sua cidade, tanto no âmbito social quanto cultural. Faleceu aos 72 anos, sendo até hoje constantemente homenageada pela população resendense.



ÓRFÃS DA RAINHA

Órfãs da Rainha foi o nome dado as meninas lusitanas, que com a morte ou afastamento permanente dos pais, eram recolhidas em conventos ou casas de famílias, de onde saíam para contrair matrimônio. Em sua grande maioria, eram filhas da pequena nobreza engajada nas expedições do além-mar. Ao menstruarem “estavam prontas” para serem enviadas as colônias de Portugal, onde deveriam constituir família. Assim, a coroa garantiria descendências legítimas para ocupar os territórios conquistados. Sob os auspícios da rainha, ou do rei, levavam como dote aos futuros maridos a promessa de um cargo público na administração colonial.

Entre as órfãs que vieram para o Brasil, **Maria Barbosa** foi a única mandada para o Rio de Janeiro, onde casou-se com Manuel Gonçalves. Este ganhou, do então governador Mem de Sá, a nomeação para o posto de escrivão do campo, da cidade e da capitania.



encontravam fora de seus lares.

É importante lembrar que a mulher branca de origem portuguesa vivia na colônia, até o século XVIII, em rigoroso regime de reclusão em sua própria residência. Não lhe era permitido exibir-se a estranhos, nem mesmo a hóspedes, como atestam depoimentos de diversos viajantes estrangeiros que se espantavam com o fato de nunca serem apresentados à dona da casa. Muito lentamente, a mulher branca começou a frequentar igrejas fora de suas propriedades, tornando-se figura ativa no calendário religioso e encontrando, desta maneira, o que seria, talvez, sua primeira forma de expressão na comunidade.

Até 1732, a fim de garantir a predominância lusitana, a prática de casamentos com mulheres brancas era estimulada e, portanto, reduziu a ida destas para os conventos. Os interesses da metrópole, todavia,



colidiam com as expectativas da elite colonial, desejosa de enviar suas filhas para a vida monástica, fosse por dificuldades na promoção de arranjos matrimoniais condizentes com a origem social das famílias, fosse por impossibilidade de constituição de dote, ou ainda para que o patrimônio familiar não se fragmentasse. Frente ao impasse, a população colonial adotou a estratégia de criação de casas de reclusão para mulheres. Embora construídos visando a um posterior reconhecimento do Papa e da Coroa, tais recolhimentos surgiram



sem licença canônica e, portanto, sem a obrigatoriedade dos votos de pobreza, castidade e obediência para as internas.

Desta forma, os recolhimentos coloniais acabaram servindo a finalidades bastante distintas: a eles eram enviadas mulheres cujos pais ou maridos partiam em longas viagens, esposas acusadas de adultério e jovens suspeitas de relações ilícitas. Ali eram igualmente isoladas as acusadas de prostituição e as que buscavam refúgio de maridos violentos ou indesejáveis. Também meninas órfãs eram para lá encaminhadas a fim de receberem educação adequada.

preservação dos rituais africanos e de suas tradições, no estado do Rio de Janeiro, há mais de trinta anos.

Mãe Beata de Iemanjá nasceu em 20 de janeiro de 1931 em Cachoeira de Paraguassu, na Bahia, e foi iniciada no terreiro de Dona Olga do Alaketu, uma das figuras mais expressivas do candomblé no Brasil.

Em 1969 vem ao Rio de Janeiro, convidada por Tião do Irajá, para participar de seus rituais, tendo feito assim vários contatos com sacerdotisas e sacerdotes da religião afro-brasileira local. Encantada com os vínculos estabelecidos, um ano depois, juntamente com os filhos, deixa a Bahia para viver em terras fluminenses. Mãe Regina Bambochê, Miguel Grosso, Tia Davina e Joãozinho da Gomêia são alguns dos pais e mães-de-santo que fazem parte da história do candomblé carioca e com quem Mãe Beata manteve contato frequente, acompanhando as celebrações ocorridas nesses terreiros. Seu carisma e dinamismo fez com que muitas casas tradicionais de candomblé a convidassem para



Incêndio do Recolhimento Nossa Senhora do Parto – 23 de agosto de 1789

O primeiro recolhimento feminino sediado na cidade do Rio de Janeiro foi o de Nossa Senhora da Ajuda, que teve sua fundação solicitada à realza portuguesa por representantes da elite colonial. O principal agente nesse processo foi uma mulher: **D. Cecília Barbalho**, que teria oferecido recursos do seu próprio bolso às autoridades eclesiásticas locais para a construção da instituição que seria destinada a abrigar mulheres influentes da cidade. Assim, em 1678, junto à ermida da Ajuda, localizada no distante Largo da Mãe do Bispo, atual Cinelândia, ergueu-se a casa de recolhimento que abrigou, inicialmente, Cecília com suas três filhas e outras duas meninas de famílias igualmente importantes da cidade. Em 1750, o recolhimento seria transformado em mosteiro por autorização da Coroa.

O Convento da Ajuda ficou famoso por suas transgressões às regras monásticas de recato e austeridade. Como as monjas vinham dos altos extratos da sociedade colonial, elas reproduziam no convento os hábitos socialmente incorporados: eram servidas por escravas, vestiam jóias e roupas luxuosas e mantinham longas conversações com visitantes nos locutórios, muitas vezes contando com apresentações de peças de teatro e números musicais para entretê-las. Desta forma, as monjas revertiam a situação em que se encontravam por decisão familiar. Não deixavam, contudo, de sofrer represálias pela conduta desafiadora.

Em 1761, **Isabel Maria da Cruz** foi eleita abadessa do convento. Favorável ao voto de pobreza, fez uma

reforma na clausura, retirando todos os objetos de luxo e diminuindo o número de escravas que serviam no mosteiro.

Diferente era a imagem que os moradores do Rio de Janeiro tinham a respeito do segundo recolhimento religioso feminino existente na cidade, o de Santa Teresa, emblema de religiosidade piedosa e ascética. Este surgiu por iniciativa de duas órfãs, Jacinta e **Francisca Aires**, que obtiveram a concordância do padrasto e do irmão sacerdote. Em 1742, as duas jovens recolheram-se à Chácara da Bica, no Caminho de Mata-Cavalos, atual Rua do Riachuelo. Na época, **Jacinta de São José**, como era chamada, devota de Santa Teresa, era conhecida na cidade por suas visões místicas.



Jacinta de São José

Com a autorização de Gomes Freire de Andrade, governador da Capitania do Rio de Janeiro, e de D. João da Cruz, bispo da diocese pertencente à Ordem das Carmelitas Descalças, as duas irmãs passaram a receber as primeiras internas, iniciando uma vida comunitária sob a Regra de Santa Teresa. Disputas pela liderança religiosa na cidade, porém, se seguiram – o novo bispo, D. Antonio do Desterro, franciscano, retirou a autorização do convento – o que forçou Jacinta a viajar em segredo à Europa para conseguir a concordância real e a bula papal. De volta, Jacinta continuou a ser perseguida por D. Antônio, que a acusava, entre outras coisas, de forjar suas visões e milagres e perturbar a paz social. Jacinta morreu sem obter a ordem canônica para seu convento, o que só veio a ocorrer em 1780. Até hoje, vê-se no outeiro de Santa Teresa, logo acima dos Arcos da Lapa, a imagem do convento, tombado em 1939 pelo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional.

MÃE BEATA DE IEMANJÁ

As religiões afro-brasileiras recebem diversas denominações, como candomblé, umbanda e omolokô, segundo suas características rituais e deuses cultuados. Apesar de no passado terem sofrido repressão por parte do Estado através do fechamento de vários espaços e, atualmente, sofrerem perseguição de outras religiões, o número de terreiros continua crescendo e formando uma rede ainda invisível para muitos. Segundo pesquisadores, estima-se a existência de 10.000 terreiros de candomblé no Rio de Janeiro.

Essa tradição religiosa se estabeleceu ao longo dos anos através de sacerdotas como João Alabá e das famosas tias baianas **Gracinda**, **Ciata**, **Josefa da Lapa**, entre outras, que possibilitaram a manutenção e preservação desses espaços de resistência negra e de culto aos orixás. Assim como elas, **Beatriz Moreira Costa**, mais conhecida como Mãe Beata de Iemanjá, vem realizando um trabalho de

participar de obrigações internas, percebendo-a uma pessoa capaz de dar continuidade ao saber da tradição.

Em 21 de abril de 1980, Mãe Beata abre o seu próprio terreiro: o Ilê Omi Ojuarô, localizado em Miguel Couto, na Baixada Fluminense. É como sacerdotisa que Beata de Iemanjá desenvolve várias ações sociais paralelas às atividades religiosas que marcam sua trajetória de vida.

Mãe Beata faz parte de uma linhagem de ialorixás que conseguiram através de sua sabedoria unir tradição e modernidade sem perder a essência e os valores repassados pelos seus ancestrais. Sua participação nos movimentos pela valorização da religiosidade afro-brasileira, na luta pela cidadania do povo negro, no intercâmbio das mulheres dos terreiros com o movimento feminista, nos trabalhos de promoção da saúde permitiu dar visibilidade aos terreiros e conquistar o apoio de outros segmentos da sociedade.

Essa sacerdotisa é reconhecida como uma grande liderança pela sua capacidade de articulação com os movimentos sociais e com o governo, sendo convidada para participar de vários eventos nacionais e internacionais. Atualmente é presidente de honra do grupo de mulheres negras Criola.



IRMÃ ADELINA

Nasceu em 27 de novembro de 1896, na vila operária da Companhia Têxtil Brasil Industrial, em Paracambi, no Rio de Janeiro. Filha de Marcelina Zanei e Carlos Augusto Frambach. Tornou-se irmã de caridade, adotando o nome de Maria Beatriz, sendo co-fundadora da Congregação Religiosa das Irmãs Sacramentinas, ordem comprometida com os segmentos mais pobres da infância e da juventude. Faleceu em 1979, aos 83 anos.

ALÉM DAS FRONTEIRAS RELIGIOSAS

Em 1959 foi fundada a Liga Feminina Israelita do Brasil, no Rio de Janeiro. Esta entidade se propõe a conscientizar a mulher judia-brasileira da necessidade de participar de todas as áreas da vida comunitária em prol do bem comum. **Ieda Rinder Benzecri** foi a primeira presidente desta Liga, atualmente substituída por **Ester Schwartz**, que ocupa pela terceira vez este cargo.

No período colonial ainda, outros dois recolhimentos foram criados, porém, nunca foram destinados à vida religiosa contemplativa. Por volta de 1750, foi criado o Recolhimento de Nossa Senhora do Bom Parto, na Rua dos Ourives, atual da Assembléia, com o objetivo específico de enclausurar mulheres leigas, cujas trajetórias de vida eram consideradas “moralmente comprometedoras”. Aqui destaca-se a figura de **Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz**, ex-escrava de ganho, forçada à prostituição por seus donos e acusada de heresia pela Igreja. Internada no Recolhimento, tornou-o acessível a mulheres pobres, em sua maioria negras e ex-prostitutas. Rosa foi deportada para Lisboa, presa pela Inquisição. Em 1789, o prédio foi alvo de um incêndio atribuído à ação de duas internas, **Ana Campista** e **Matilde**, recolhidas contra sua vontade, acusadas de adultério por seus maridos. As duas conseguiram escapar às chamas, porém mais de uma centena de mulheres não tiveram a mesma sorte e morreram, uma vez que as portas do prédio permaneciam trancadas.

O segundo recolhimento para mulheres leigas na cidade foi o das Órfãs da Santa Casa, fundado em 1739, pela Irmandade da Misericórdia. Destinava-se a órfãs

de pai, visto que, na sociedade colonial, a ausência da figura paterna representava grande risco para a honra. O estatuto do recolhimento, todavia, aceitava pensionistas, o que acabou alterando o perfil da casa, pois o número de mulheres recolhidas por ordem de seus familiares – para acobertar gravidez indesejada ou em represália a alguma relação amorosa “ilícita” – ultrapassou largamente o número de órfãs. É exemplar o ocorrido com **Maria José de Melo**, que foi internada pela própria mãe e, mesmo sob suspeita de gravidez, conseguiu permanecer nesse recolhimento após intensas negociações com autoridades da época.

Na cidade de Niterói encontramos o Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, de 1764, chamado de “*Protetor do Bem Comum*”, destinado a mulheres de extrato social mais baixo e considerado de péssima reputação moral, de acordo com os padrões vigentes.

As casas de recolhimento serviram, também, como mais um instrumento de pressão social contra a mulher, durante o longo período que se estende da colônia até fins do século XIX. A ameaça de recolhimento lançada às mulheres, brancas ou negras, em caso de qualquer desobediência doméstica, foi uma constante até o pensamento liberal-iluminista aqui chegar, com sua crítica à vida religiosa em clausura e à condição social parasitária da mulher, o que levou os conventos e recolhimentos à acentuada decadência, sobretudo na capital. A não-obediência às rigorosas condutas comportamentais também poderia resultar em denúncia ao Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, presente no Brasil a partir de 1591.

.... E as que arderam nas fogueiras ...

Na década de 1490, por ordem de D. Manuel, rei de Portugal, os judeus foram obrigados a se converterem ao catolicismo, dando início à distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos. Estes eram considerados potencialmente perigosos, pois poderiam, depois de batizados, retomar suas antigas crenças e práticas. Muitos deles optaram por trocar Portugal pelo Brasil, na esperança de começar uma nova vida no novo continente, mas a Inquisição, preocupada com a fé no além-mar, acabou seguindo-os até aqui. Em 1703, o Tribunal do Santo Ofício começou a perseguição aos cristãos-novos do Rio de Janeiro. Em 1711, um grande número de convertidos encontrava-se na prisão aguardando a frota que os levaria a Lisboa quando a cidade foi invadida por franceses, e todos os prisioneiros libertados. Livres, mas com os bens confiscados, resolveram vingar-se da família Barros, proprietária de terras em Jacarepaguá, que, diferente das outras famílias de cristãos-novos, não havia sido perseguida. Resolveram que, se fossem novamente presos, denunciariam todos os membros daquela família, como foi o caso de **Brites de Lucena**, neta de índia carijó, casada com Antonio de Barros. Assim o fizeram quatro anos mais tarde. Brites foi presa aos 64 anos de idade e, sob tortura, denunciou seus filhos.

Até 1767, o Santo Ofício teria feito, segundo o historiador Varnhagen, cerca de 450 prisões no Rio de Janeiro. Dentre estas, 221 eram de membros de uma mesma família, a família do Vale, a que pertenciam **Angela do Vale Mesquita** e **Helena do Vale**, para citar apenas duas das dezenas de mulheres perseguidas e condenadas

por razões diversas, que iam da prática de judaísmo à bigamia, passando por sodomia, homossexualismo, curandeirismo e adultério.

Lourença Correia, escrava, foi denunciada pela esposa ciumenta de um rico proprietário do Rio de Janeiro. Em vão, a esposa tentara afastar Lourença de seu marido, obrigando-a a se casar com outro de seus cativos. Não suportando os maus-tratos de sua dona, Lourença fugiu para São João do Meriti, onde passou a viver com outro escravo. Por fim, em 1745, foi presa pelo Santo Ofício, acusada de prática de bigamia e, mais tarde, degredada para Angola.

Nem só as escravas foram visadas. **Leonor Gomes** denunciou sua senhora **Lourença Coutinho**, cristã-nova, por observância às práticas de judaísmo, tais como jejuar aos sábados e “no dia grande do mês de setembro” passar o dia sem comer nem beber, “ceando coisas que não eram carne”. O processo contra Lourença, seus três filhos e nora, resultou em prisão perpétua para as duas mulheres e em morte na fogueira para o filho caçula, o teatrólogo Antônio José da Silva, que passou à história sob a alcunha de “o Judeu”. O motivo oculto da acusação era a recusa de Lourença em conceder a liberdade a Leonor após esta ter servido à família por 18 anos como escrava.

No final do século XVIII, o avanço das tropas napoleônicas em direção à Portugal mudaria definitivamente os rumos da história do Brasil. Com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, a vida deste lado do Atlântico nunca mais seria a mesma. Agora, a Corte era aqui. Uma nova sociedade surgia rapidamente, mais europeizada, e um novo contexto, lentamente, começava a delinear-se para a participação da mulher.



O Santo Ofício visitou o Brasil, pela primeira vez, em 9 de junho de 1591, na Bahia.

Prédio da Santa Casa de Misericórdia

Assistir, um verbo conjugado no feminino

Supostamente seria um contra-senso pensar em iniciativas assistenciais em uma sociedade que escravizava seres humanos, fossem eles homens, mulheres, crianças ou idosos. Embora a Igreja tenha fechado os olhos para a escravidão de indígenas e africanos, foram as ordens religiosas que deram início ao assistencialismo no país. No começo, só havia congregações masculinas; ao longo do tempo, porém, com a abertura dos primeiros conventos de mulheres, as atividades de amparo passaram a fazer, cada vez mais, parte do universo feminino.



Um dos episódios que marcaram a história do assistencialismo no país aconteceu no período colonial, em 1693, quando uma autoridade pública enviou carta indignada à corte portuguesa solicitando um alvará para a criação da Casa dos Expostos no Brasil. Esse senhor estava revoltado com o crescente número de crianças encontradas nas ruas do Rio de Janeiro que, mortas, acabavam sendo devoradas por animais. Apesar da demora de trinta e três anos, em 1726 foi fundada a Santa Casa de Misericórdia em Salvador, que na época era a capital da colônia. Essa entidade, pioneira no cuidado à infância abandonada, veio para o Rio de Janeiro em 1738.

Em algumas dessas instituições havia a chamada roda dos expostos, um dispositivo medieval de origem italiana que inicialmente foi utilizada para manter o máximo de isolamento dos monges e freiras reclusas. Era um aparelho mecânico cilíndrico, fechado num dos lados, que girava em torno de um eixo, e era fixado em um dos muros dos conventos. Essas engenhocas foram adaptadas para receber as crianças enjeitadas, preservando-se o anonimato de quem as abandonava.

Muitas escravas foram obrigadas pelos seus senhores a deixar seus filhos e filhas na roda. As crianças acolhidas eram criadas por amas-de-leite, geralmente mulheres sem instrução que ganhavam uma pequena quantia pelos serviços prestados. Essa prática motivou também muitas mães necessitadas a abandonarem seus bebês e, logo em seguida, se apresentavam à instituição para cuidar dos mesmos, visando pagamento. A roda dos expostos existiu por mais de dois séculos, até 1949.

As mulheres parturientes não tinham qualquer tipo de atenção institucional. A gravidez e o parto eram considerados absolutamente fisiológicos, não merecendo cuidados especiais, muito menos um acompanhamento preliminar.

Os serviços assistencialistas foram mudando progressivamente, passando do exercício da caridade religiosa para a filantropia. A partir de 1850 surgem projetos para a criação de Asilos de Educandos, Institutos de Menores Artesãos, de Menores Artífices e Colônias Agrícolas.

A mortalidade infantil crescia bastante nas últimas décadas do século XIX, e os dados alarmantes fizeram proliferar as creches nas principais cidades do país. Em 1879, o periódico *A Mãe de Família*, editado no Rio de Janeiro, publicou artigos defendendo a creche como um estabelecimento de beneficência para mães que trabalhavam fora.

O início do século XX foi marcado pela crescente urbanização das grandes cidades brasileiras e consequentemente houve um significativo aumento dos problemas sociais. Diante desta realidade, as mulheres fluminenses organizaram-se e além de criar várias instituições assistenciais, pressionaram o poder público a tomar iniciativas em prol da população carente, sendo a *Cruzada pela Infância* um dos principais exemplos desse período.

O assistencialismo foi um importante espaço de atuação pública feminina nessa época, já que as mulheres estavam vetadas a participarem diretamente da vida política do país. No final da década de 1910, algumas

senhoras das sociedades carioca e fluminense, entre elas a **Baronesa do Bonfim**, sua filha **Jerônima Mesquita** e **Stella Guerra Duval**, formaram o grupo denominado Damas da Cruz Verde.

Inicialmente prestaram auxílio no combate à gripe espanhola, que em 1918 assolava as cidades portuárias do Brasil. Dessa experiência nasceu o projeto de fundar a maternidade Pró-Matre, no Rio de Janeiro.

Damas da Cruz Verde

A primeira reunião do grupo aconteceu no dia 1º de abril de 1918 e contou com a presença de **Laurinda Santos Lobo**, **Jenny Monteiro Amaral**, **Helena Figueiredo Araújo**, **Jerônima Mesquita**, **Ernestina Passos Bulhões de Carvalho**, **Nair de Azevedo Teixeira**, **Maria Engrácia Celso Carneiro de Mendonça** e **Lo Landbery**, além do professor Fernando Magalhães, ginecologista e obstetra, e de Fernando Guerra Duval, marido de Stella, que conduziu o encontro. Decidiram pela implantação de programas de proteção à mulher pobre e à infância carente. Como primeiro passo, foram buscar o apoio do Presidente Wenceslau Brás, ao qual solicitaram um casarão na avenida Venezuela para instalarem a entidade.

A maternidade foi inaugurada em 9 de fevereiro de 1919, com duas enfermarias, uma de obstetrícia e outra de ginecologia, num total de 40 leitos. O ambulatório para atendimento às gestantes alcançou rapidamente a média semanal de 162 consultas. Criaram ainda, logo a seguir, uma creche com capacidade para abrigar 20 crianças. Em poucos anos ampliaram os postos de atendimento, bem como os serviços de assistência à população feminina e a infância.

Neste mesmo ano, o governo criou o Departamento Nacional da Criança, o qual passou a coordenar atividades de assistência às mães, às crianças e aos adolescentes.



AS CRIADEIRAS

Pelo menos no Rio de Janeiro e em Salvador, as criadeiras eram recrutadas preponderantemente na zona urbana, ao contrário da Europa, onde se buscavam de preferência amas camponesas. Eram mulheres que, mediante um insignificante salário, prestavam-se a criar filhos dos outros, amamentá-los, vesti-los, até a idade de três anos. Alguns casos, por um pagamento bem menor, conservavam consigo as crianças até a idade de sete anos, ou mesmo por toda a vida. Eram em sua maioria mulheres livres e que viviam sós, solteiras ou viúvas. Mas houve escravas, cujos senhores encaminhavam-nas à Misericórdia para se inscreverem como amas-de-leite.

As iniciativas desenvolvidas pelas Damas da Cruz Verde ganharam maior amplitude política com o surgimento da FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922. A maior parte desse influente grupo ajudou a fundar essa organização, que incorporou as reivindicações assistenciais a seu programa político. As militantes mantinham sempre um espaço para debates sobre a proteção à maternidade e à infância, tanto nos congressos que realizavam, quanto em suas ações públicas em defesa dos direitos da mulher.

Até bem pouco tempo, as esposas dos Presidentes da República, dos Governadores e Prefeitos, as chamadas primeiras-damas, eram estimuladas a promover a filantropia, geralmente ações caritativas, efêmeras e marcadas por interesses políticos circunstanciais, como foram as *Campanhas do Agasalho*. Para manter a boa imagem do marido, deveriam cumprir harmoniosamente o papel de guardiã da família, do lar e da população carente, além de anfitriã exemplar. **D. Darcy Vargas** ocupou diferencialmente esse lugar, utilizou o aparato administrativo do Governo Federal e fundou entidades permanentes de assistência social. A primeira iniciativa inovadora foi a criação da Casa do Pequeno Jornaleiro, em 1940, no Rio de Janeiro. Dois anos depois, em 1942, bem-sucedida nesse trabalho, encaminhou o projeto de implantação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, com o propósito de garantir amparo contínuo aos pobres em âmbito nacional.

Apesar de bastante criticado, o assistencialismo de cunho paternalista continuou mobilizando um grande número de pessoas. No final do século XX a sociedade brasileira testemunhou a mudança de concepção relativa ao trabalho assistencial. Organizações não-governamentais e movimentos civis começaram a se mobilizar e a exigir do estado políticas públicas que combatam as desigualdades e ampliem a cidadania.



Aconteceu no Período Imperial

Maria vai com as outras!

Ainda que interditada, D. Maria I era a rainha de Portugal na época da vinda da família real para o Brasil. Os historiadores se referem a ela com as alcunhas “a piedosa” ou “a louca”. Governou de fato por 15 anos, de 1777 até 1792, quando foi declarada emocionalmente incapaz.

Ao nascer, em 1734, **D. Maria** recebeu o título de Princesa do Brasil. Era herdeira do trono luso e foi a primeira mulher a ser proclamada rainha em Portugal; as que governaram antes dela sucederam a seus maridos por curtos períodos regenciais. Ao tomar posse, libertou os presos políticos e destituiu o poderoso Marquês de Pombal, seu grande opositor. Durante seu reinado, apesar das suas convicções moralmente conservadoras, promoveu avanços nas relações diplomáticas e comerciais, nas áreas do Direito, assistência social, urbanismo e, sobretudo, foi responsável pela criação de diversas instituições de educação e cultura.

Quando da Inconfidência Mineira, D. Maria I concedeu, por motivos políticos, perdão aos revolucionários, com a exceção de Tiradentes, condenado à força. O alferes havia sido preso em maio de 1789, no Rio de Janeiro, onde recebera auxílio de **Inácia Gertrudes de Almeida**, que, por conta disso, foi severamente punida pelas autoridades portuguesas.

Neste mesmo ano, o mundo ocidental vivia o estouro da Revolução Francesa, que rapidamente difundiu suas idéias liberais, tornando-se o grande marco do chamado período iluminista. Foi a época em que ocorreram profundas transformações nos hábitos e nos costumes, nas cabeças e nos corações de toda a Europa. As relações humanas começavam a mudar, mulheres e homens semeavam uma nova atitude, tanto no convívio privado quanto no coletivo.

Alguns anos mais tarde, os europeus sofreram com as terríveis invasões francesas. Napoleão se auto-intitulou imperador e avançou na conquista de todo o continente, não respeitando fronteiras nem tratados. Diante de tantas turbulências, a corte portuguesa começou a questionar quem deveria deixar Portugal e quem permaneceria no país. As opiniões eram muitas, porém a mais contundente foi dada por Dona Maria I, que, embora considerada louca, declarou com altivez: **“Ou vamos todos ou não vai ninguém!”**.



D. Maria I

Foi no calor destes acontecimentos, entre os vínculos de dependência econômica com os ingleses e as ameaças e investidas francesas, que a corte portuguesa começou o embarque para o Rio de Janeiro durante a noite do dia 27 de novembro de 1807.

D. João, o príncipe regente, havia planejado meses antes a fuga para o Brasil. Resistiu até onde pôde. Sem muitas alternativas, deixou Portugal acompanhado por cerca de 15.000 pessoas e a menos de 24 horas do avanço dos exércitos napoleônicos sobre Lisboa. Os registros da época contam que as cenas da partida foram de muita tristeza, não havia lugar para todos e uma quantidade enorme de gente desesperada tentava embarcar à força. Muitos ficaram pra trás e foram presos ou mortos. A reação de D. Maria I foi comovente, da popa do navio ela gritava: **“Deixem-me ficar que eu luto!”**.

Vieram os 14 membros da família real: a rainha D. Maria I; suas duas irmãs, a infanta **D. Maria Ana** e a princesa **D. Maria Francisca**; seu filho, o príncipe regente D. João e sua esposa **D. Carlota Joaquina**; os oito filhos do casal: a primogênita, princesa **D. Maria Teresa**, que tinha 14 anos, e seu noivo D. Pedro Carlos da Espanha; os infantes D. Pedro, futuro imperador do Brasil, e D. Miguel; as infantas **D. Maria Isabel**, **D. Maria Francisca**, **D. Isabel Maria**, **D. Maria da Assunção** e, a mais moça, **D. Ana de Jesus**, de apenas dois anos de idade. Eles se dividiram em quatro navios da frota composta por dezenas de embarcações que zarparam ao amanhecer.

As milhares de pessoas experimentaram desconforto e tédio durante a viagem, passaram por alguns sustos com o mau tempo e foram atacadas por um surto de piolhos, fato que obrigou as mulheres a rasparem as suas cabeças. A travessia do Atlântico durou em torno de 54 dias; a nau que trazia D. Maria I e D. João rumou para Salvador, onde chegou em 22 de janeiro de 1808. Dias depois, o príncipe regente, entre outras importantes medidas, decretava a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Seguiram viagem no final de fevereiro, e a 7 de março de 1808, entre salvas de canhões, a esquadra real aportava no Rio de Janeiro. A maior parte da população foi às ruas recebê-los e, durante dias, festejaram sua chegada.

A transferência da corte para o Rio de Janeiro representou um episódio inédito na história ocidental e para o Brasil marcou, na prática, o fim da condição colonial, fato reconhecido de direito, em 1815, quando o país foi elevado a Reino Unido a Portugal e Algarve.

Não havia na cidade muitas opções para acomodar tanta gente. Como resolução, os funcionários reais recorreram à chamada lei das aposentadorias, que obrigava os moradores a ceder suas residências aos monarcas e fidalgos da enorme comitiva. A sigla P.R., representando “príncipe-regente”, foi inscrita nas portas das casas escolhidas para desapropriação. Logo o povo a interpretou com outro sentido: **“ponha-se na rua”**.

O último censo, de 1799, havia registrado apenas 43.376 habitantes no Rio de Janeiro, e o panorama urbano que a corte encontrou na capital do país em 1808 era bastante modesto comparado às metrópoles européias. Apesar de já ostentar, na época, alguns importantes marcos arquitetônicos, existiam somente algumas poucas dezenas de ruas, becos, largos e travessas. Os novos habitantes ficaram deslumbrados com a exuberância da natureza, mas se assustaram com a insalubridade e com a imensa população negra que, ainda escravizada, transitava pelas ruas.

Os códigos sociais relativos às mulheres se alteravam em uma sociedade marcada pela tragédia da escravidão e pelo injusto sistema patriarcal lusitano. As possibilidades econômicas, as características étnicas e a nacionalidade determinavam as diferenças das normas de conduta impostas ao feminino. As mulheres mais ricas, nobres e damas da corte, freqüentavam e promoviam festas e reuniões, tinham maior acesso à educação e usufruíam um pouco mais de liberdade e escolha. As que pertenciam às classes intermediárias estavam restritas às ordens paternas; o desejo do pai era lei e o preconceito, normalmente, a regra. Exceção feita às imigrantes estrangeiras, que, contrariando

os padrões da época, exerciam diferentes ofícios. As afrodescendentes alforriadas e as ciganas formavam as camadas mais pobres. Trabalhavam especialmente no comércio ambulante e, desde então, tornavam-se as principais responsáveis pelo sustento e manutenção de suas famílias. As escravas além de não terem direito algum eram geralmente exploradas por seus senhores e senhoras, como se fossem elas próprias uma rentável empresa. Vendiam diferentes produtos nas ruas, serviam como amas de leite de aluguel e ainda estavam constantemente sendo obrigadas a se prostituírem.

A população carioca surpreendeu-se com a grande quantidade de mulheres e moças que chegaram com a corte. Embora sem poder opinar na escolha dos maridos, pois eram os pais que a determinavam, elas foram responsáveis por um significativo aumento dos registros de casamento e, muitas delas, foram viver no interior, o que possibilitou a expansão do estado.

Durante os primeiros anos do período monárquico brasileiro, o príncipe regente organizou seu ministério e deu início a uma série de reformas administrativas, culturais e sócio-econômicas. Entre várias iniciativas, promoveu a instalação de indústrias, deu início à construção

de uma siderúrgica, fundou instituições de ensino superior, o Observatório Astronômico, a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico. Criou ainda o Banco do Brasil, a Intendência da Polícia, o Arsenal da Marinha e a Fábrica de Pólvora. Na política externa, anexou ao território brasileiro a Guiana Francesa e a Banda Oriental, atual Uruguai.

D. Maria I morou no Convento Carmelita até a sua morte, em 20 de março de 1816. Durante os oito anos em que viveu no Rio de Janeiro, tornou-se figura folclórica na cidade. Um de seus passatempos prediletos era passear com suas damas de companhia e, ao vê-las, o povo gritava: **“Maria vai com as outras!”** – daí a origem deste tão conhecido dito popular.

Mulheres no Império

Durante o século XIX as mulheres brasileiras começaram definitivamente a percorrer o longo caminho para a transformação de seus destinos. Os capítulos mais representativos do prefácio oitocentista foram redigidos no contraste de valores entre as nativas e as recém-chegadas. O Rio de Janeiro se transformou no principal cenário da nova forma de atuação feminina no país.

Desde 1808, o poder, a política e a economia, o dito universo masculino, passou por grandes agitações. A antiga rivalidade entre brasileiros e portugueses cresceu expressivamente após os primeiros momentos de entusiasmo pela proximidade da nobreza. Enquanto os antigos habitantes da colônia eram tratados como inferiores e normalmente excluídos dos novos empregos, o governo joanino protegia, sustentava e privilegiava abertamente os reinóis. Segundo Moraes Filho, *“...Do interminável séquito da família real poucos prestavam para alguma coisa. Eram fidalgos e vadios. Aos fidalgos mandou-se dar pensões do tesouro... Os vadios foram empregados nas repartições que se criaram para esse fim...”*.

A população fluminense dobrou nas primeiras décadas do período monárquico, elevando a demanda dos mais diferentes produtos de consumo, assim como de mão-de-obra. Com isso aumentou significativamente o desumano tráfico negreiro. O panorama do estado e da capital mudou, tanto do ponto de vista arquitetônico e urbano como também do convívio social. Todos os caminhos passavam pelo Rio de Janeiro, famílias chegavam e ficavam, outras partiam para vários pontos do Brasil. Da Europa continuavam vindo moças de diversas nacionalidades, e abriram-se frestas no anti-

go e conservador sistema patriarcal vigente. Algumas dezenas de mulheres aproveitaram para conquistar espaços públicos e lugares até então proibidos a elas na rotina da cidade. Dentre essas, destacavam-se as professoras, as parteiras e as modistas francesas, as comerciantes e as quituteiras.

Eva Maria do Bonsucesso era uma das muitas negras forras quitandeiras que diariamente armavam seus tabuleiros nas ruas do Rio de Janeiro. Em 16 de julho de 1811, foi esbofeteada por ter enxotado com vara uma cabra que avançava sobre seus produtos. Eva levou o caso a justiça, e trinta pessoas depuseram a favor dela, confirmando a agressão do responsável pelo animal. Diante disso, o juiz mandou prendê-lo. Fato raro para a época, uma mulher negra e ex-escrava conseguir, ainda que temporariamente, a condenação de um homem branco e servidor da coroa.

Maria, Carlota, Leopoldina, Amélia, Maria da Glória, Januária, Teresa e Isabel foram, direta ou indiretamente, mulheres que também interferiram nos rumos do Brasil. Cada qual a sua maneira, umas mais, outras menos, desempenharam múltiplos e importantes papéis na nossa história. Quis a história que fossem elas, juntamente com suas irmãs e filhas, as únicas princesas, rainhas e imperatrizes a viverem na América pós-colombiana. Todas moraram no Rio de Janeiro, sendo que **Maria da Glória, Januária e Isabel** são cariocas. Foram mulheres que, desde muito cedo, tiveram que aprender a ser protagonistas de um tempo no qual o texto e o contexto eram obrigatoriamente escritos no masculino.

Talvez por seu destemperamento e por sua personalidade viril, Carlota tenha sido a que representou, entre elas, o maior contraste ao modelo de mulher virtuosa e submissa que predominava nos cânones morais oitocentistas.



Uma mulher condenada pela História

“Praticamente não há na história

luso-brasileira personagem que tenha sido tão severamente criticada e pessoalmente desmoralizada quanto Carlota Joaquina.”

(Francisca Nogueira de Azevedo - Profª. Doutora do Departamento de História - PEA- IFCS/UFRJ)



Carlota Joaquina

D. Carlota Joaquina de Bourbon nasceu em 1775. Era infanta da Espanha e com apenas 10 anos de idade casou-se com o príncipe D. João de Portugal, incorporando assim o título de Princesa do Brasil. Nunca contou com prestígio e consideração na família real lusitana, tendo sido provocativamente chamada de “a espanhola”. O casamento, determinado por interesses políticos dos reinos ibéricos, só consumou-se após cinco anos de convívio com o príncipe. Segundo os estudiosos, a relação do casal foi desde o início muito difícil; ela, uma criança sagaz sentenciada ao “exílio”, e ele, um adolescente retraído. Ao longo dos 41 anos de vida a dois, travaram verdadeiras batalhas. A partir de 1805, ainda em Lisboa, começaram a viver separados, cada um no seu Palácio. Nessa ocasião, D. Carlota Joaquina, apaixonada pelo jogo político, articulou, conquistou adesões e pôs em prática o primeiro de uma série de planos para interditar o marido, visando ocupar o trono português. Anos depois, já no Brasil, tentou assumir o lugar de seu irmão Fernando VII, rei da Espanha, tomar posse da coroa ibérica, unir os dois reinos e transformar-se na Imperatriz das Américas.

Após a morte de D. Maria I, em 1816, o príncipe regente tornou-se oficialmente o rei D. João VI, e D. Carlota Joaquina, a rainha de Portugal, Brasil e Algarve.

A grande maioria dos cronistas da época e, conseqüentemente, os historiadores não pouparam citações pejorativas ao descrever D. Carlota Joaquina: horrenda, devassa, perversa, ambiciosa, traiçoeira e inescrupulosa – esses são alguns dos adjetivos difamatórios de uma longa listagem depreciativa. Exceção feita à elucidatória tese da historiadora Francisca Nogueira de Azevedo, uma rara contribuição ao entendimento da repulsa histórica que envolve esta personagem. Em seu trabalho a autora observa:

“ (...) Apesar do avanço da História das Mulheres, da variedade de estudos sobre gênero, a historiografia

brasileira, os compêndios didáticos e outros meios de divulgação da história mantêm inalterado o modelo de mulher criado para Carlota Joaquina. (...)

Para D. Carlota a imagem de mulher mordaz, debochada, sensual e extravagante, em oposição a do rei, bondoso, mas fraco e débil, que sofre e se acabrunha com o comportamento da esposa. (...)

O que se conclui, é que essas contradições são reveladoras das práticas, formas e subterfúgios que implicam na atitude preconceituosa contra a mulher, ambigüidades que revelam o desconhecimento, ou o propósito da negação de valores inerentes a uma época. (...)

Entendendo que o mundo feminino é parte do mundo masculino, e vice-versa, que não há esferas diferentes, a diversidade de papéis é percebida como uma construção cultural que determina funções apropriadas para homens e mulheres, é provável que possamos entender melhor porque Carlota Joaquina, como outras mulheres da aristocracia ou do povo, muitas delas ainda no anonimato, são censuradas ao se rebelarem à condenação de passar a existência como sombras, espectros, a não ser que optem por adornar as conversações dos salões ilustrados ou, quando pobres, dividam a lida diária com os maridos. Por outro lado, ao observarmos os autores prediletos de Carlota Joaquina, percebemos que sua inquietude passa por uma formação intelectual em certa medida questionadora. Talvez isso explique, em parte, suas respostas e atitudes diante dos dilemas existenciais. (...)

(...) as mulheres, talvez mais do que os homens, sofressem essas transformações pois, além de assimilar

as novidades que a sociedade modernizada impunha, têm que lutar para se inserir nas novas brechas que se abriam. A conquista desses espaços gera tensões e conflitos pois impõe também a reformulação da mulher sobre si própria. Não restam dúvidas de que essa mutação dos papéis femininos exige audácia das primeiras vanguardas. Os passos iniciais são, frequentemente, desconexos, hesitantes e, certamente, incompreensíveis para os contemporâneos. ”

Durante os 13 anos que D. Carlota Joaquina viveu no Rio de Janeiro, protagonizou muitos episódios que abalariam o prestígio e a confiabilidade da monarquia. Jamais se adaptou ao clima tropical e à distância da Europa.

Em janeiro de 1817, após complexas negociações, ficou decidido o casamento do príncipe herdeiro D. Pedro com a arquiduquesa austríaca D. Leopoldina, sendo a união celebrada por procuração em Viena, a 13 de maio. Neste mesmo ano, dois meses antes, eclodia a Revolução Pernambucana. A população de Recife foi para as ruas, indignada pelo aumento dos impostos e a tirania do governo provincial. O levante durou 74 dias e conquistou a adesão geral do povo, dos militares, do clero e dos senhores de terra, juntando todos em torno das idéias iluministas, liberais e republicanas. D. Carlota Joaquina aproveitou o clima de apreensão causado pela rebelião no nordeste e,

com a cumplicidade da coroa britânica, tentou impedir a vinda da nora. Tanto a rainha quanto os ingleses se empenhavam pelo retorno da corte lusitana a Portugal, porém D. Leopoldina, já a caminho do Brasil, manteve-se firme na decisão de continuar a viagem para o Rio de Janeiro.

Após pressões e revoltas em várias cidades portuguesas, D. João VI viu-se obrigado a regressar para Lisboa. Em 1820, correntes liberais promoveram uma revolução na cidade do Porto e assumiram o governo de Portugal através de uma junta. Logo se sentiria as conseqüências no Rio de Janeiro, onde um grupo de adeptos dos revolucionários conseguiu obter de D. João VI o juramento a uma nova e provisória constituição. Doravante, o monarca teria que repartir o poder com um parlamento, representando oficialmente o fim do regime absolutista em Portugal e no Brasil.

Em 25 de abril de 1821, sob um clima de muita tensão, a família real partiu acompanhada de 4000 cortesãos. Ao embarcar, D. Carlota Joaquina jogou os sapatos ao mar e disse: “Nem nos calçados quero como lembrança a terra do maldito Brasil”.

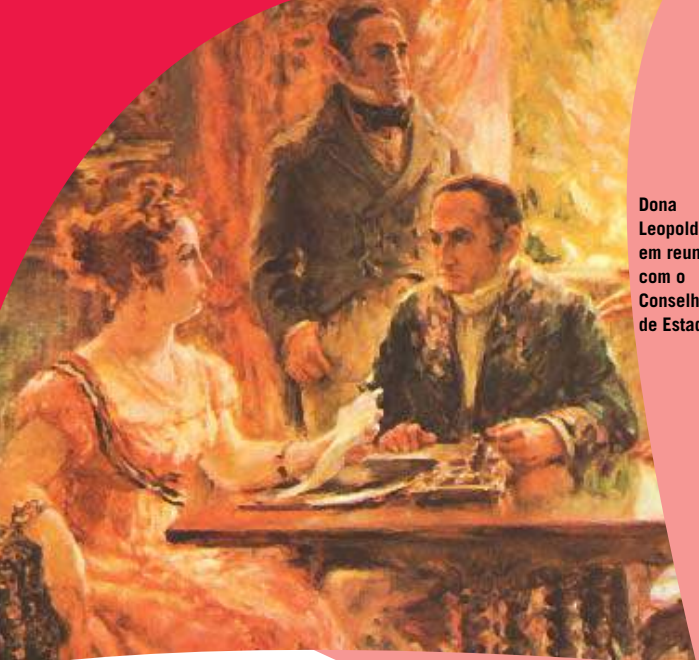
O rei passou a regência do Brasil a seu filho, príncipe D. Pedro, que meses depois iria também começar a sofrer coação de Portugal para deixar o país com D. Leopoldina e seus filhos.

DIREITO À HERANÇA

Durante muitos anos as mulheres não tiveram qualquer tipo de direito sobre os bens deixados com a morte de seus familiares. Ainda no século XVII, a viúva **Isabel de Pina**, portuguesa de nascimento e moradora da cidade do Rio de Janeiro, solicitou ao Conselho Ultramarino a propriedade sobre os ofícios de contador, inquiridor e distribuidor de seu falecido marido. Mãe de três filhos e grávida do quarto, alegou que não teria condições de sustentá-los e que sabia realizar os trabalhos de seu companheiro, visto que, desde a morte dele, permanecera prestando os serviços próprios daqueles ofícios. Pelo fato de ser mulher, as autoridades negaram seu pedido, favorecendo João Antônio Corrêa, que fizera uma petição semelhante.

Dois séculos depois, uma outra habitante do Rio de Janeiro, **Ana Benedita Rosa**, precisou recorrer à Justiça para ter acesso aos bens deixados por sua mãe. O estatuto jurídico relativo às mulheres solteiras era extremamente frágil, sujeitando-as a favores e interpretações das autoridades, especialmente nos casos de heranças e propriedades. De acordo com as Ordenações Filipinas – conjunto de leis portuguesas vigentes na época – quando do falecimento da mãe, os juízes determinavam que o pai seria responsável pela administração e guarda dos bens dos menores. Embora Ana Benedita tivesse 35 anos, bem mais idade do que a lei estabelecia para a maioridade, viu-se obrigada a buscar os meios legais para garantir o direito a sua herança.

A independência financeira, que a permitiria deixar o lar paterno e ter uma existência autônoma, era algo inconcebível para as mulheres oitocentistas.



Dona Leopoldina em reunião com o Conselho de Estado

A paladina da Independência

A transferência da sede de governo para o Rio de Janeiro, a abertura dos portos e a elevação do país a Reino Unido fomentaram o processo de independência do Brasil.

Em poucos anos o país tornara-se, do ponto de vista administrativo, econômico e jurídico, superior a Portugal. Os lusitanos da península, que desde o século XVIII viviam praticamente à custa do Brasil – tanto pela exploração do ouro e diamantes, como também pelo comércio de diferentes produtos –, não suportavam mais a decadência gerada pela inversão de papéis.

Após a chegada de D. João VI em Lisboa, não demoraria muito para que as cortes portuguesas comesçassem a reivindicar o rebaixamento do Brasil à antiga condição de colônia, pressionando o retorno do príncipe regente D. Pedro e sua família. Foi no desenrolar destes acontecimentos que D. Leopoldina se revelou uma das principais defensoras da independência brasileira.

Leopoldina de Habsburgo-Lorena, primeira Imperatriz do Brasil, nasceu a 22 de janeiro de 1797, em Viena. Era filha de Maria Teresa de Bourbon Nápoles e Francisco I da Áustria, Rei da Hungria, da Baviera, chefe da Santa Aliança e último dos monarcas europeus a ostentar o título de Imperador do Sacro Império. Cresceu e se educou na poderosa corte austríaca, onde, desde cedo, se interessou pelas ciências naturais, estudando especialmente mineralogia e botânica. Como todas as herdeiras e herdeiros reais da época, estava destinada a um casamento dinástico, que visava sobretudo benefícios políticos e a preservação da monarquia.

D. Leopoldina aceitou o matrimônio, pois esse era o desejo de seu pai e certamente convinha aos interesses austríacos, além de agradá-la a perspectiva da aventura de habitar em uma terra tão distante e diferente da sua. Após a confirmação oficial do pacto, começou a se preparar para a nova vida que teria no Rio de Janeiro. Realizou sucessivas reuniões com os naturalistas que já haviam estado no Brasil, aprendeu português e dedicou-se mais ainda aos estudos de música, pois sabia que era um dos grandes prazeres de seus futuros familiares.

Chegou ao Rio de Janeiro na tarde do dia 5 de novembro de 1817, sendo salada com fogos e tiros de canhões de todas as fortalezas. A família real aguardava no Arsenal de Marinha e, segundo relatos da época, D. Pedro se decepcionou ao ver os traços germânicos da esposa. Haviam planejado uma grande recepção para D. Leopoldina e toda a população a esperava ansiosamente. Ornamentaram as casas e ruas com flores e arcos magníficos, alguns de autoria de Grandjean de Montigny e Jean-Baptiste Debret. No dia seguinte, a Princesa desembarcou, tomou a carruagem luxuosamente preparada e percorreu a cidade acompanhada por um enorme cortejo até a Capela Real, onde realizou-se a cerimônia de seu casamento, seguida de comemorações que duraram dois dias.

Apesar do absoluto encantamento com a paisagem que encontrou, Leopoldina teve de início dificuldades em se adaptar ao clima quente, além de ter ficado perplexa com a escravidão e com o hábito de alguns padres freqüentarem tabernas e bordéis. Foi morar no Palácio de São Cristóvão, onde D. João VI e D. Pedro viviam separados de D. Carlota Joaquina – que habitava o Paço da Cidade com suas filhas.

Gostava imensamente de andar à cavalo e vestia-se normalmente com trajes de montaria: botas, camisa e gravatas masculinas. Por comodidade ou calor, não usava colete ou espartilhos. Atirava muito bem, freqüentemente indo caçar. Em seus passeios diários colhia flores, folhas, insetos e pedras. Pintava aquarelas, fazia versos, tocava piano e lia constantemente.

Nos primeiros anos, a aproximação com o marido se deu especialmente por sua inteligência e cultura. O príncipe gostava de escutar as histórias das cortes européias e aprendia um pouco da língua alemã, além de ser apresentado aos pensamentos de autores que Leopoldina admirava. Faziam constantemente cavalgadas pela floresta da Tijuca, visitavam o Jardim Botânico e encontravam-se nas horas de música.

D. João VI era um de seus principais interlocutores. Logo conquistou a consideração do sogro, o qual venceu a desapropriar e acabar definitivamente com

as fazendas de café que destruíam a floresta em torno da cidade. Usou ainda seu prestígio para estimular o início de um projeto de replantio, que mantivesse a preservação sistemática das matas, pois reconhecia nelas uma das maiores riquezas do país. Na área de estudos científicos, foi co-responsável pela vinda de célebres naturalistas como Spix e Martius, entre outros sábios que a antecederam, e, em abril de 1817, começou uma vasta catalogação e classificação da mineralogia, da flora e fauna do Brasil. Leopoldina ordenou a reorganização da Casa dos Pássaros, que veio a ser o Museu Nacional, e fundou em uma pequena sala do Palácio de São Cristóvão o Museu de História Natural.

Seu séqüito era bem pequeno, a maioria dos que vieram em sua comitiva retornaram em menos de um ano. Manteve sempre uma atitude cordial com todos da corte e se preservava das intrigas palacianas. Aproximou-se dos artistas e intelectuais, conservando a amizade de pessoas como José Bonifácio, com quem compartilhou momentos críticos da história brasileira.

Sua participação na política foi decisiva na defesa da soberania do Brasil. Nos dois principais episódios históricos de 1822, ela esteve na defesa da emancipação brasileira, sendo considerada a defensora do Fico e a Paladina da Independência. Em 13 de agosto, D. Pedro viajou para São Paulo, e Leopoldina assumiu pela primeira vez a regência do país. No curto período em que ocupou o governo, exatamente em 2 de setembro, presidiu a sessão do Conselho de Estado na qual deliberou a separação entre os dois reinos, fazendo registrar na ata a assinatura de todos os ministros. A independência foi então oficialmente decidida e cinco dias depois proclamada por D. Pedro nas margens do rio Ipiranga. Foi coroada Imperatriz do Brasil em 1º de dezembro desse mesmo ano.

Durante os nove anos de casamento experimentou a instabilidade amorosa do marido e sofreu com as situações de humilhação que os romances extraconjugais produziam. Ficou especialmente transtornada depois de janeiro de 1823, quando D. Pedro I levou sua amante, **Domitila de Castro do Canto e Melo**, para a corte, concedeu a ela o título de Marquesa de Santos e, contra a vontade de Leopoldina, nomeou-a camareira-mor da Imperatriz. Posteriormente ele legitimou as filhas que nasceram dessa relação.

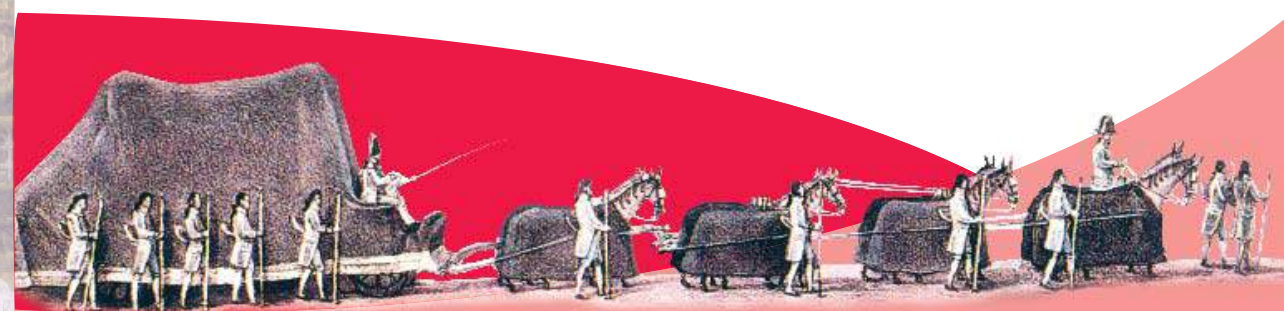
Leopoldina teve sete crianças: a primogênita **Maria da Glória**, nasceu a 4 de abril de 1819 e se tornou a rainha D. Maria II de Portugal; Miguel, março de 1820, faleceu ao nascer; João Carlos, 6 de março de 1821, morreu ainda bebê; **Januária Maria**, 11 de março de 1822; **Paula Mariana**, 17 de fevereiro de 1823; **Francisca Carolina**, 2 de agosto de 1824, e Pedro de Alcântara, 2 de dezembro de 1825, que se tornou Pedro II, herdeiro da coroa e segundo Imperador do Brasil.

Em novembro de 1826, Leopoldina assumiu pela segunda vez a regência temporária do Brasil. Deveria ocupar o trono enquanto o Imperador estivesse pelo sul, acompanhando de perto os conflitos cisplatinos. Mas ela ficou profundamente doente. Estava grávida e teve convulsões devido a uma febre alta, seguida de aborto, que causou um processo de septicemia. A Imperatriz padeceu ao todo duas semanas.

Durante sua agonia, vários boatos correram na corte; uns diziam que ela havia sido envenenada, outros comentavam as razões do aborto, que teria acontecido em decorrência de um pontapé dado por D. Pedro I, quando ela se recusara a entrar no mesmo salão do palácio onde Domitila estaria presente. Não existem provas históricas que comprovem tais fatos, porém é certo que o caso amoroso entre o Imperador e a Marquesa já abalava há muito tempo o estado de ânimo de Leopoldina, sobretudo pela influência intrigante que a amante oficial exercia na corte.

Tanto a imprensa quanto a população mobilizaram-se consternadas com a aflição daqueles últimos dias de vida da Imperatriz. Pessoas das diferentes camadas sociais lotaram as igrejas com suas preces, faziam promessas, vigílias e procissões nos portões do Palácio de São Cristóvão.

A primeira mulher a governar interinamente o Brasil faleceu na manhã do dia 11 de dezembro de 1826, no Rio de Janeiro. Foi sepultada três dias depois, com as mais altas honrarias no Convento de Nossa Senhora da Ajuda. Sua morte causou grande comoção. Foram inúmeras as manifestações de dor e pesar pela perda da Imperatriz regente e a cidade acompanhou o enterro chorando. Muitos se revoltaram, preocupando a polícia, que chegou a montar guarda na casa da Marquesa de Santos, temendo possíveis atentados. O Imperador não estava presente e ao regressar de viagem, contrariamente ao que se supunha, afastou-se de Domitila.



Enterro de D. Leopoldina, 1826

De passagem pela história

Após a proclamação da independência, estouraram várias lutas armadas no Brasil, e as contínuas crises financeiras acirravam ainda mais os conflitos sociais e políticos no país. As mortes de D. João VI e de D. Leopoldina, ambas em 1826, agravaram os problemas de D. Pedro I.

Nesta época, o soberano passou por momentos de hesitação, pois deveria retornar a Lisboa e assumir o trono lusitano que havia herdado com o falecimento de seu pai. Pressionado pela opinião pública brasileira, que temia a possível reunificação das duas coroas, não o fez. Permaneceu no Brasil e abdicou em favor de sua filha mais velha, D. Maria da Glória, ainda uma menina de sete anos, que logo após a morte da mãe foi mandada para Viena, onde seria educada para tornar-se Rainha.

D. Pedro I, na tentativa de solucionar os impasses sucessórios em Portugal, manteve temporariamente sua irmã **D. Isabel Maria** na regência lusitana, outorgou uma nova constituição aos portugueses e firmou o compromisso de casamento entre sua filha e seu irmão D. Miguel. Este deveria jurar os novos preceitos constitucionais e ainda representá-lo junto às cortes portuguesas até a futura Rainha completar a maioridade. Entretanto, D. Miguel não cumpriu sua parte no acordo. Liderou um golpe, apossou-se do trono e restaurou o regime absolutista em Portugal. A pequena princesa D. Maria da Glória foi expulsa do país e enviada para o exílio em Londres, onde passou alguns meses, até setembro de 1829, quando embarcou com sua futura madastra para o Brasil.

Após oito tentativas frustradas, D. Pedro I, viúvo e com má fama nas cortes européias, conseguiu um novo contrato de matrimônio, salvando-se provisoriamente do desgaste pessoal e político que enfrentava. Aceitou-o D. Amélia, neta de Josefina Bonaparte e filha de Augusta da Baviera e de Eugênio de Beauharnais, vice-rei da Itália, duque de Leuchtenberg e príncipe de Eischstoedt.

D. Amélia Augusta Napoleona de Beauharnais, Princesa de Leuchtenberg e 2ª Imperatriz do Brasil, nasceu a 31 de

julho de 1812, em Milão. Aos 17 anos, em outubro de 1829, desembarcou no Rio de Janeiro, onde foi celebrado o seu casamento com D. Pedro I, que em sua homenagem criou a Ordem da Rosa, uma das condecorações mais disputadas do período monárquico. A jovem Imperatriz viveu apenas 18 meses no Brasil e testemunhou os tumultuados momentos finais do 1º Reinado.

As tensões entre brasileiros e portugueses se intensificaram nessa época, provocando vários distúrbios em diferentes Províncias. O mais grave ocorre em 12 de março de 1831, quando as ruas do Rio de Janeiro transformaram-se em um verdadeiro campo de batalha. Esse episódio, que ficou conhecido como a Noite das Garrafadas, começou durante um ato político de desagravo ao governo. Aliados e opositores do imperador confrontaram-se violentamente, resultando em muitos feridos para ambos os lados.

As semanas seguintes foram marcadas por novos conflitos e protestos, até que, isolado politicamente e sob forte pressão, D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu único filho homem.

“Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei muito voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o Senhor D. Pedro de Alcântara. - Boa Vista, sete de abril de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do Império. Pedro.”

Nesse mesmo dia, escreveu, despedindo-se do filho: (...) *“me retiro para a Europa (...) para que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e possa para o futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu amado filho, receba a bênção de seu pai, que se retira saudosos e sem mais esperança de o ver.”*

O Imperador partiu para o exílio na França acompanhado por sua primogênita D. Maria da Glória e pela Imperatriz D. Amélia, que já estava grávida de sua única filha, Maria Amélia, a qual viria a nascer em Paris no dia 1º de dezembro de 1831.

Deixou no Rio de Janeiro, sob a tutela de José Bonifácio, seu filho Pedro de Alcântara e suas duas outras filhas, princesas D. Januária e D. Francisca.

Domitila de Castro e Melo
– Marquesa de Santos



Tendo o herdeiro do trono apenas cinco anos de idade, formaram-se as regências para administrar o país. Inicialmente composta por três membros provisórios, sendo logo instituída uma junta permanente, a qual governou de 1831 até 1835, ano em que, pela primeira vez no Brasil, sobe ao poder, eleito por seus pares, um único mandatário plebeu, Padre Diogo Antônio Feijó. Dois anos depois, em 1837, Pedro de Araújo Lima assumiu a regência, permanecendo como chefe do governo até 1840.

Durante esse período regencial, o Brasil atravessou uma das fases mais conturbadas de sua história. A pouca idade do príncipe herdeiro acirrava as disputas pelo poder entre as diferentes facções políticas, que mantinham a população excluída da vida pública. Tanto as várias revoltas regionais, como os motins militares dessa época, foram energeticamente reprimidos.

Alguns políticos defendiam a antecipação da maioridade de Pedro de Alcântara, enquanto outros, por oposição, levantavam a hipótese de substituí-lo pela sua irmã mais velha, Princesa D. Januária. Ao que tudo indica, a possibilidade de se ter uma mulher ocupando permanentemente o trono brasileiro acelerou ainda mais a mudança do artigo constitucional que fixava em 18 anos a maioridade do futuro monarca. Assim sendo, em 18 de julho de 1840, o jovem Pedro, com apenas 14 anos de idade, foi coroado e sagrado Imperador do Brasil.

Dois anos depois, após contornados os diversos levantes populares que se espalharam por todo país, havia chegado a hora de consolidar o trono brasileiro. Era preciso encontrar uma nobre herdeira européia para selar um contrato de união com o jovem governante, D. Pedro II. A escolhida foi a princesa Teresa Cristina, filha de Maria Isabel de Bourbon, Infanta da Espanha, e de Francisco I, Rei das Duas Sicílias.

A suave presença

Teresa Cristina Maria de Bourbon das Duas Sicílias, 3ª Imperatriz do Brasil, nasceu a 14 de março de 1822, em Nápoles. Cresceu e foi educada na prestigiada corte napolitana, demonstrando desde muito cedo uma peculiar sensibilidade pelas artes. Aos 21 anos, em 2 de julho de 1843, veio para o Brasil acompanhada de seu irmão, príncipe D. Luiz, futuro marido de D. Januária, e de uma comitiva formada por cientistas, intelectuais e artistas italianos. Trouxe na sua bagagem um patrimônio cultural incalculável para o país, vieram obras de arte, documentos preciosos e diversas coleções.

Desembarcou no Rio de Janeiro dois meses depois, em 4 de setembro, quando, após uma grandiosa recepção,

casou-se com o Imperador na capela real do Paço.

Marcou sua presença na corte com suavidade e discrição, mantendo-se sempre informada dos acontecimentos políticos nacionais e internacionais. Esteve permanentemente ao lado de D. Pedro II, tanto em suas viagens como em suas decisões e aparições públicas. Atuou assiduamente no amparo aos necessitados e em várias ocasiões intercedeu decisivamente na ida de importantes artistas brasileiros para a Itália, onde complementariam seus estudos. Pioneira da arte do mosaico, incrustou mostras de seu talento nos bancos do jardim das princesas do Palácio de São Cristóvão.

A maior parte dos historiadores se referem à estatura moral com que D. Teresa Cristina ocupou o trono brasileiro durante os 46 anos que permaneceu no país. Admirada pelos políticos e amada pela população, foi chamada respeitosa e carinhosamente de: *“A Imperatriz Arqueóloga”* e *“A Mãe de Todos os Brasileiros”*.

Do casamento com D. Pedro II nasceram dois filhos e duas filhas: Pedro, em 1845, falecido no ano seguinte; Isabel, em 1846, que viria a ser regente do Brasil; **Leopoldina**, em 1847, viveria até os 24 anos, e Afonso, em 1848, falecido ainda criança, com dois anos de idade.



Imperatriz Teresa Cristina

“Quantos tronos houvesse a cair, eu não deixaria de assiná-la”

A princesa carioca **Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon** nasceu ao entardecer do dia 29 de julho de 1846, no Palácio de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. Aos quatro anos de idade, em 10 de agosto de 1850, foi nomeada Princesa Imperial do Brasil, pois tornara-se a herdeira do trono com a morte prematura de seus dois irmãos homens Pedro e Afonso.

Cresceu na Quinta da Boa Vista, onde esteve sob os cuidados, até os dez anos, de D. Rosa de Sant’Anna Lopes, **Baronesa de Sant’Anna**, ou *“Minha Rosa”* como era chamada afetuosamente pela princesa. Isabel e



D. Amélia
– Segunda Imperatriz do Brasil



Princesa Isabel – a primeira e única brasileira a governar o país.

sua irmã Leopoldina foram educadas num rigoroso e abrangente programa pedagógico, tinham aulas desde as primeiras horas até o escurecer, durante seis dias por semana e, às vezes, também aos domingos. Os pais, D. Pedro II e D. Teresa Cristina, participavam assiduamente da formação das filhas, que aprendiam do latim às ciências, passando por diferentes línguas, matemática, química e história natural. As princesas eram acompanhadas por vários professores, entre eles, os mestres Joaquim Manoel de Macedo e o Visconde de Sapucaí, todos coordenados pela enérgica e eficiente

D. Luísa Margarida Borges de Barros, que a partir de 1856 assumiu a função de preceptora das meninas.

D. Luísa foi uma mulher de múltiplas qualidades pessoais, nasceu em 13 de abril de 1816, em Salvador. Ficou conhecida como Condessa de Barral, porém, possuía outros títulos, como os de Condessa da Pedra Branca e Marquesa de Abrantes. Amiga de D. Januária, tornou-se uma presença fiel e constante no cotidiano de toda a família real, interagindo na corte com grande desenvoltura diplomática. Marcou o 2º Reinado com sua inteligência e sólida formação cultural.

Em 29 de julho de 1860, no dia em que completava 14 anos, Isabel apresentou-se diante do senado para prestar o juramento de herdeira presuntiva da coroa do Brasil, confirmando assim o título de Princesa Imperial.

Quatro anos depois, em 15 de outubro de 1864, casou-se com o príncipe francês Luís Felipe Maria Gastão de Orléans, Conde D’Eu. A cidade do Rio de Janeiro parou; já antes, com os preparativos, durante, pelas celebrações e depois, com os inúmeros festejos. Nesta ocasião, a jovem princesa libertou todos os escravos que a serviram na adolescência, demonstrando publicamente suas convicções humanitárias e abolicionistas. O casal seguiu em lua-de-mel para Petrópolis e depois, em 10 de dezembro, embarcavam para a Europa.

Ao retornarem, em junho de 1865, encontraram um clima de apreensão no Palácio de São Cristóvão; D. Pedro II e o Duque Saxe, marido de Leopoldina, haviam ido para o sul supervisionar a Guerra do Para-

guai. Diante das notícias, o Conde D’Eu, que recebera a patente de Marechal do Exército Brasileiro, partiu imediatamente ao encontro do sogro e do concunhado. Enquanto aguardavam a volta deles, a Imperatriz D. Teresa Cristina e as princesas D. Isabel e D. Leopoldina, entre outras atenções à guerra, costuravam para os “voluntários da pátria”. Em novembro, o Imperador e seus genros regressaram, e D. Isabel e seu marido foram morar no Palácio das Laranjeiras, onde viveram por mais de vinte anos.

Após o fim da guerra do Paraguai em 1870, a Princesa Imperial substituiu D. Pedro II durante três períodos em que ele viajou para o exterior. Ao todo foram três anos e 11 meses ocupando o trono. Embora a historiografia oficial trate com pouco destaque as regências de D. Isabel, suas iniciativas à frente do governo revestem-se de grande importância para o Brasil.

Além de sua comunhão com os movimentos abolicionistas que lutavam para acabar definitivamente com a escravidão no país, foi a principal responsável pela aprovação dos decretos referentes ao estabelecimento de relações comerciais com os governos vizinhos, a naturalização dos estrangeiros, a organização do primeiro recenseamento do Império, o desenvolvimento da viação férrea e a solução de questões dos limites territoriais.

A I Regência estendeu-se de maio de 1871 a março de 1873, durante o ministério conservador do Visconde do Rio Branco. Ao assumir o poder, com apenas 24 anos, ordenou a libertação de todos os escravos que pertenciam ao governo e sancionou a lei n.º 2.040, chamada Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, declarando livres a partir desta data os nasciturnos das mulheres escravas, que ficariam, porém, sob a tutela de seus senhores até atingirem a idade de 21 anos. Essa determinação foi burlada inúmeras vezes, com a alteração da data de nascimento das crianças.

Após 11 anos de casada, Isabel sofria pela falta de filhos. Havia passado por dois abortos e diferentes “tratamentos” frustrados para conseguir engravidar. Aconselhada por um médico, resolveu fazer uma tentativa com as águas das estâncias hidrominerais do sul mineiro. O resultado foi o nascimento de três príncipes: Pedro de Alcântara, em 1875; Luís Felipe, em 1878 e Antônio Gastão, em 1881.

A 2ª Regência ocorreu de março de 1876 a setembro de 1877, nessa época governou com o gabinete do Duque de Caxias. Na década seguinte, assumiu o Império pela terceira e última vez, em 5 de janeiro de 1887. Tinha 40 anos de idade, e o presidente do Conselho de Ministros era o Barão de Cotegipe, que,

conservador e escravocrata, defendia a indenização e os interesses dos latifundiários, atrasando e afrontando publicamente os propósitos abolicionistas da Princesa.

Porém, um incidente policial, ocorrido nos primeiros meses de 1888, na cidade do Rio de Janeiro, acelerou a abolição no país. Alguns funcionários da polícia carioca haviam espancado oficiais da Marinha. Assim que soube do episódio, D. Isabel chamou Cotegipe e pediu-lhe explicações. O Barão afirmou que já tinham sido tomadas as providências necessárias e que ordenara a punição de policiais subalternos. Diante dos frágeis argumentos, a regente foi enérgica, exigindo a demissão do chefe de polícia, Coelho Bastos, que ela sabia ser um dos homens de confiança do Barão. O então presidente do Conselho advertiu-a que o comandante agiu de acordo com instruções do próprio Ministério e demiti-lo seria abalar a confiança no gabinete. A Princesa manteve-se firme na decisão e Cotegipe, como resposta, já preparado e acreditando que comprometeria a regente, apresentou a carta de demissão coletiva de seu gabinete. Para surpresa do Barão, o pedido foi aceito com júbilo. Era tudo que D. Isabel desejava. Empossou João Alfredo Corrêa de Oliveira, assim como o novo Ministério, determinando a imediata elaboração da lei que libertaria incondicionalmente os escravos.

Poucas semanas depois, estaria finalmente consumado o longo processo iniciado décadas antes pelos negros e negras que se rebelaram contra a condição escrava e pelos diversos movimentos abolicionistas dos diferentes segmentos da população brasileira. Em 3 de maio, a Princesa declarou enfaticamente: “...*Confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura, em antagonismo com o espírito cristão e liberal de nossas instituições. (...) a extinção do elemento servil (...) é hoje aspiração aclamada por todas as classes*”. Quatro dias depois, em 7 de maio, o novo ministro apresentou a proposta abolicionista ao parlamento, não se dando ao traba-

lho de justificá-la. Realmente desnecessário, no dia seguinte a lei foi aprovada por maioria esmagadora: 89 votos a 9. No domingo, 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinava a tão esperada Lei Áurea.

Os festejos tomaram as ruas e o palácio, eram feitos discursos nas esquinas da cidade com salvas e vivas à Princesa e à liberdade. O Barão de Cotegipe foi uma das centenas de pessoas a cumprimentá-la e ao beijar-lhe a mão, disse: “*Vossa Majestade redimiu uma raça, mas acaba de perder o trono*”.

Com o retorno do Imperador, em agosto de 1888, deixou a regência aclamada pelo povo, sendo chamada de A Redentora. Ainda nesse mesmo ano, em 28 de setembro, foi condecorada pelo papa Leão XIII com a Rosa de Ouro. Ao longo de sua trajetória recebeu outras honrarias, entre elas a Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro, a Ordem da Rosa, a Ordem de Santiago da Espada de São Bento de Avis e de N.S. Jesus Cristo; também lhe foram concedidas a Ordem de Santa Isabel de Portugal, a Ordem da Cruz Estrelada da Áustria e a Ordem das Damas Nobres de Maria Luísa da Espanha.

A abolição, porém, como esperado, não agradou à aristocracia rural, que exigia do governo uma grande indenização pela perda dos “bens”. Como isso não aconteceu, ela passou a apoiar a causa republicana, que alcançou seus objetivos em 15 de novembro de 1889.

Toda a família real foi banida, dois dias depois de proclamada a República, sendo obrigados a abandonar tudo e embarcar durante a noite, pois os políticos estavam com medo das manifestações populares a favor deles. A Princesa Isabel foi forçada a partir sem os filhos, que ainda estavam em Petrópolis.

Isabel foi a primeira e única mulher brasileira a governar o país. Também primeira e única nas Américas, somente em 1988, cem anos depois, a Nicarágua elegeu Violeta Chamorro para chefe de governo.

Questionada já no exílio, a Princesa declarou: “**Quantos tronos houvesse a cair, eu não deixaria de assiná-la**”.



Princesa Isabel com os filhos e a Condessa de Barral



PASSOS ABOLICIONISTAS

A perversa escravidão foi a principal forma de trabalho no Brasil. Durante mais de três séculos a população negra representou a única mão-de-obra, quer nas cidades, quer nos campos. As campanhas abolicionistas contribuíram para descredibilizar o sistema escravista e forçou os senhores de escravos a pensarem em soluções alternativas para o trabalho em suas terras. Mas foi apenas quando os cativos decidiram abandonar as senzalas, em número cada vez maior, que os fazendeiros se viram obrigados a aceitar a abolição como inevitável. A libertação dos escravos no Brasil, último país no mundo a declará-la, foi um processo lento e gradual...

1791	A 28 de setembro é declarada a abolição da escravatura na França, onde já não havia escravos, de acordo com uma decisão anterior de Louis XIV.
1801	Napoleão restabelece a escravidão.
1815	A 8 de fevereiro, o Congresso de Viena abole o tráfico de escravos; Portugal assina um tratado com a Inglaterra concordando em restringir o tráfico ao sul do Equador.
1823	José Bonifácio propõe que o Brasil substitua a mão-de-obra escrava por trabalhadores imigrantes europeus; Abolição no Chile.
1824	Abolição na América Central; Abolição no México.
1826	O Brasil se compromete em acabar com o tráfico em três anos;
1830	O Brasil assina um tratado imposto pela Inglaterra, comprometendo-se a abolir a escravatura no prazo de 15 anos. Entretanto, os britânicos admitiam o escravismo em suas colônias produtoras de gêneros de consumo. Não podiam, contudo, aceitar o monopólio dessas regiões sobre o comércio metropolitano de açúcar, na medida em que asseguravam mercado estável e preços elevados a essas colônias, além de obrigarem os industriais a pagar maiores salários aos trabalhadores. Dessa maneira, a extinção do tráfico de escravos, apoiada pelos industriais ingleses, não representava qualquer atitude humanitária, mas um meio de enfraquecer as regiões coloniais e anular as leis que davam a essas áreas o monopólio do comércio de gêneros agrícolas.
1831	Em 7 de novembro, o governo Regencial, pressionado por inúmeras insurreições de escravos e por interesses ingleses, promulgou a Lei Feijó, que proibia o tráfico negreiro para o Brasil. Essa lei, como tantas outras não cumpridas, tornou-se a origem do conhecido ditado “só para inglês ver”; Abolição na Bolívia.
1838	Abolição nas colônias inglesas.
1845	A Inglaterra aprova o Bill Aberdeen, que dá aos ingleses o poder de apreender os navios negreiros com destino ao Brasil.
1850	O Brasil aprova a Lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico negreiro no país. Nesse ano, o chefe do Gabinete Ministerial, Senador Eusébio de Queiroz, ordenou à polícia que localizasse escravos importados ilegalmente e prendesse os negreiros e fazendeiros infratores. Os imigrantes europeus assalariados começam a substituir os escravos no mercado de trabalho.
1854	Abolição na Venezuela.
1863	Abolição na Holanda.
1866	A sociedade abolicionista de Paris pede ao Imperador D. Pedro II que acabe com a escravidão no Brasil.
1869	Manifesto Liberal propõe a emancipação gradual dos escravos no Brasil.
1870	O fim da Guerra do Paraguai impulsiona o movimento abolicionista. Milhares de ex-escravos que retornaram vitoriosos dos campos de batalha, muitos até condecorados, correm o risco de voltar à condição escrava por pressão dos seus antigos senhores.

1871	A 28 de setembro, a Princesa Isabel sanciona a Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco. Na prática, essa lei representou um golpe para os liberais abolicionistas, que tiveram suas reivindicações enfraquecidas.
1873	Abolição em Porto Rico.
1880	Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e outros criam, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que estimula a formação de dezenas de agremiações semelhantes pelo país. Da mesma forma, o jornal <i>O Abolicionista</i> e a <i>Revista Ilustrada</i> servem de modelo a outras publicações antiescravistas. Profissionais liberais, artistas, intelectuais, jornalistas e políticos engajam-se no movimento e arrecadam fundos para pagar cartas de alforria. <i>“De maneira geral”, afirma a historiadora Emilia Viotti, “foram os elementos urbanos e as categorias não comprometidas diretamente com o sistema que participaram ativamente do movimento abolicionista quando esse tomou força, o que coincidiu com o processo de urbanização incipiente, mas característico dos últimos anos do Império. (...) Nas cidades, a propaganda ganhava forças. Desfilavam nas ruas da Capital, e outros centros da Província, grupos de pessoas levando cartazes que representavam castigos infligidos aos escravos, fazendo coletas em prol da campanha e chegando mesmo a incitar os escravos à violência e à rebelião. (...)”;</i> Abolição em Cuba.
1884	O Ceará decreta o fim da escravidão em seu território. O Brasil é tomado pela causa abolicionista.
1885	O Imperador D. Pedro II sanciona a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotejipe, que tornou livres os escravos com idade igual ou superior a 65 anos, mediante compensações aos seus proprietários. Os escravos passam a participar mais ativamente da luta pela alforria, fugindo das fazendas e buscando a liberdade nas cidades. As campanhas abolicionistas misturam-se à causa republicana e ganham um reforço importante do Exército, que pede publicamente para não mais ser utilizado na captura dos fugitivos. Do exterior, sobretudo da Europa, chegam apelos e manifestos favoráveis ao fim da escravidão no Brasil.
1888	A 13 de maio, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea. Entretanto, a abolição desagradou aos fazendeiros, que exigiam indenizações pela perda de seus “bens”. Como não as conseguiram, aderiram ao movimento republicano.



A emancipação jurídica não mudou a condição subalterna dos ex-escravos, nem ajudou a promover a cidadania ou ascensão social da população negra que até hoje sofre as consequências do preconceito e das práticas racistas. Libertos, mas invisibilizados pelas políticas públicas, esse segmento social e seus descendentes tornaram-se o grande grupo de excluídos no Brasil. Transcorridos mais de 110 anos do fim oficial da escravatura, a III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em 2001 em Durban, na África do Sul, trouxe para a agenda nacional o debate sobre o mito da democracia racial, o reconhecimento das discriminações de raça e gênero, a necessidade de políticas reparatórias que possam efetivamente corrigir os efeitos da discriminação praticada no passado e, sobretudo, a urgência na implementação de ações afirmativas que garantam de fato igualdade de oportunidades para todas as pessoas.



Paço Imperial no dia 13 de maio de 1888

o Colégio Augusto. Nesse estabelecimento implantou suas idéias pouco ortodoxas em matéria de educação feminina. O currículo proposto por essa professora incluía matérias nunca antes oferecidas às moças, sendo considerado revolucionário para a época.

Encontram-se, ainda nesse período, outras referências a proprietárias de escolas particulares para meninas. No livro *O Rio de Janeiro Imperial*, de Adolfo M. de los Rios Fº, estão mencionadas(os): **Baronesa do Geslin, Senhoras Tanière, Talouis, Halbout e Mallet, Tootal, Wilfords e Donovan**, Sr. e **Sra. Lacombe**, Sr. e **Sra. Huet**, Sr. e **Sra. Hitchings**, **D. Maria Ludovina Pestana Cipriano** e **D. Catarina Lopes Coruja**.

A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro começou a preparar, em 1838, o Asilo de Santa Maria, onde, durante dois anos, planejou e construiu uma lavanderia “industrial”, cujo objetivo era desenvolver o primeiro curso profissionalizante para mulheres dos segmentos populares. Esse estabelecimento começou a funcionar a partir de 1840.

A educação feminina em terras fluminenses contou com a dedicação de vários grupos de religiosas. Alguns se destacaram especialmente pela significativa contribuição dada ao ensino de meninas das camadas mais pobres da população. A congregação formada pela irmã austríaca **Barbara Maix** é um exemplo. Essa religiosa dirigia, em Viena, um pensionato voltado para a instrução e a assistência de empregadas domésticas e mães solteiras, quando, aos 30 anos, foi perseguida, fugindo para o Brasil acompanhada de 21 mulheres. Ao desembarcar, anotou em seu diário: “*Chegamos ao Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1848, sem dinheiro, sem conhecimento de ninguém, sem saber a língua, com muita fome, mas cheias de confiança...*”. Menos de um ano depois, em 8 de maio de 1849, fun-

dou a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, no Rio de Janeiro, onde pregava uma vida religiosa ativa, pautada no trabalho educativo, leigo e assistencial. Barbara e as outras freiras não admitiam nenhum tipo de discriminação; acolheram meninas negras, órfãs e mães solteiras, enfrentando assim a resistência, tanto do clero, quanto do Governo.

Em 1854, começa a funcionar o Colégio da Imaculada Conceição, sendo inicialmente dirigido pela irmã **Ana Maria Saugère** e mantido por mais 11 religiosas da Companhia das Filhas de Caridade de São Vicente de Paula, que se dedicavam às atividades pedagógicas. Essas freiras estavam mais voltadas para a educação das filhas da elite carioca e, com a convivência das famílias, utilizavam um método de ensino extremamente comprometido com os rígidos padrões morais da Igreja Católica Romana.

No interior do estado, o processo de implantação de escolas femininas aconteceu mais tarde. Destacam-se as iniciativas de dois municípios fluminenses. Em Petrópolis, foi fundado em 1864 o Colégio Santa Isabel para meninas necessitadas. Anos depois, em 1871, instalou-se o Convento do Amparo. Estes foram considerados os primeiros educandários destinados às moças petropolitanas. Em 1891, já na República, as religiosas francesas de Notre Dame de Sion estabeleceram naquela cidade o renomado colégio da sua congregação. Em Itatiaia, duas escolas funcionavam em 1885: uma, para meninos, com 59 alunos, e outra, para meninas, com 35 alunas, cabendo a duas mulheres a direção dessas instituições. A professora **Jovina Eudóxia Rodrigues** esteve a frente, desde o início, da escola para meninas, e a educadora **Dulcinda Cândida Jardim** assumiu, em 1888, a regência do colégio masculino.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na segunda metade do século XIX, duas educadoras fluminenses, ambas portadoras de deficiência visual, dedicaram-se ao ensino de pessoas cegas. **Adélia Sigaud** foi a primeira mulher brasileira a aprender o método Braille. Seu exemplo incentivou D. Pedro II a criar no Rio de Janeiro, em 1854, o Instituto Benjamin Constant, onde ela inicialmente complementou seus estudos e posteriormente se tornou a primeira professora da instituição. Anos depois, a educadora **Alina de Brito** muito contribuiu para a divulgação do método, mobilizando-se para a expansão do aprendizado das crianças cegas do estado.



Por uma educação laica

Já se iam mais de trezentos anos de predomínio absoluto da ideologia católica cristã na educação, quando, em meados do século XIX, missionários presbiterianos introduziram no Brasil novas práticas pedagógicas, implementando classes mistas para homens e mulheres, abolindo os castigos corporais e incentivando o esporte.

Em sintonia com essas práticas, a educadora mineira **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade**, que havia se especializado em métodos educacionais renovadores nos Estados Unidos, fundou no Rio de Janeiro um colégio para meninas, contrapondo a crescente implantação de escolas das congregações católicas nas últimas décadas do Império.

A ascensão do pensamento liberal, a prática dos métodos pedagógicos dos grupos protestantes, as reivindicações das ativistas pelos direitos das mulheres e a utilização de parte significativa da imprensa foram certamente as principais munições da crítica à interferência e ao poder exercido pela Igreja Católica no ensino oficial. Conjuntamente, formaram a base para os grandes debates que se prolongariam por décadas, sobre a necessidade de se garantir uma educação laica no Brasil.

Atividades adequadas à “natureza feminina”

A liberalização para o ingresso de moças nos cursos normais surgiu apenas a partir da década de 1870. Aparentemente, a sociedade brasileira apresentava sinais de relativo amadurecimento quanto à instrução feminina, oferecendo às mulheres canais de acesso à educação média e conferindo a elas uma qualificação especial para o exercício do magistério.

EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE

Nasceu em Vassouras, a 15 de abril de 1850, filha de Ana Esméria Corrêa e Castro e do rico fazendeiro José Joaquim Teixeira Leite. Passou a infância e a adolescência no Vale do Paraíba, onde teve o privilégio de ser educada por uma professora francesa, Mme. Grivet. Com a morte dos pais, tornou-se herdeira de uma grande fortuna, a qual multiplicou com sua capacidade administrativa. Viveu em Paris, com sua única irmã, e nunca se casou, embora ao longo da vida tenha guardado na privacidade as marcas de seu romance com o abolicionista Joaquim Nabuco. Após a morte de Eufrásia, parte de seus bens foram doados a uma série de obras sociais em Vassouras. Sua residência, conhecida como Casa da Hera, é hoje um importante Museu da região.

Na época, acreditava-se que as mulheres tinham uma capacidade inata para lidar com crianças. Sendo assim, abriram-se as portas das Escolas Normais às jovens alunas e, cada vez mais, para elas, foi estimulada a consolidação das profissões ligadas a área da educação, consideradas adequadas aos “atributos naturais femininos”.

Outra opção foi a enfermagem, que desde os tempos coloniais era tida como uma atividade propícia às mulheres, ficando, durante décadas e décadas, sob a responsabilidade de religiosas e suas auxiliares, geralmente escravas, índias ou negras.

A primeira escola de enfermagem no Brasil foi criada, em 27 de setembro de 1890, no Hospital Nacional dos Alienados, fundado em 1842, no Rio de Janeiro. Essa formação surgiu com a crise gerada pela abrupta saída das irmãs de caridade, que, após 48 anos de poder dentro do estabelecimento, não se adaptaram às mudanças implementadas no hospital por uma nova direção. Romperam com a instituição e levaram com elas todas as serventes do sexo feminino, provocando falta de pessoal disponível para o atendimento dos pacientes. Diante disso, os médicos resolveram organizar um curso profissionalizante, inexistente até então no país, com o objetivo específico de preparar enfermeiros e enfermeiras para o trabalho em hospitais e hospitais. O método adotado foi inspirado na Escola Salpêtrière francesa.

Três décadas depois, em 1920, criou-se um curso para visitadoras sanitárias, mantido pela Cruz Vermelha no Rio de Janeiro. Essa foi a primeira iniciativa nacional de formação qualificada na área da enfermagem, começando assim a capacitação de dezenas e mais dezenas de mulheres para atuar na saúde pública.

A PRIMEIRA NORMALISTA

Olímpia Francisca Proença do Couto nasceu em 1867, na cidade do Rio de Janeiro, onde dirigiu diversas escolas no início do século XX. Olímpia foi a primeira mulher a terminar o curso da Escola Normal no então, Distrito Federal. Tornou-se uma educadora muito admirada e fez parte do Conselho Superior da Instrução Pública, a partir de 1902. Foi casada com o professor Pedro do Couto e faleceu aos 83 anos de idade, em 1950.

UNE MULHER

Aos 22 anos de idade, a estudante da UFRJ, **Clara Araújo**, foi eleita presidente da União Nacional dos Estudantes(UNE), tornando-se a primeira mulher a ocupar esse cargo, em 1982. Durante sua gestão, conseguiu do governo do estado a doação de uma sede para a entidade, o antigo prédio da faculdade de Direito da UERJ, situado na rua do Catete. Atualmente é militante do movimento feminista e doutora em sociologia.

Outras alternativas

A difusão da educação feminina para o conjunto mais amplo da sociedade deu-se simultaneamente ao surgimento dos setores médios, que emergiram na esteira das transformações da economia e da administração pública. O aumento da exportação do café deu ensejo ao crescimento de uma população urbana ocupada com funções nas burocracias públicas e privadas, bem como na prestação de serviços.

Em 1881, houve a inauguração das classes profissionalizantes para o sexo feminino do Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, 24 anos depois de sua fundação. Esses cursos eram especialmente voltados para as jovens das camadas menos favorecidas da população e tinham como proposta prepará-las tecnicamente para exercerem as múltiplas ocupações que aquele momento oferecia.

A iniciativa de proporcionar cursos profissionalizantes, gratuitos e noturnos para as moças provocou uma enorme repercussão na sociedade fluminense. Com o objetivo de encampar o debate em torno da educação feminina, o liceu convidou mais de uma centena de intelectuais para escrever sobre o tema. Na inauguração das aulas, essas opiniões foram reunidas e publicadas no formato de um livreto comemorativo, tendo como título *Polyantheia*. A maioria concordou que a instrução da mulher contribuiria para a dignificação da família, da nação e do mundo. Um dos principais defensores da causa foi Joaquim Nabuco, que escreveu: “... a indústria não conhece sexos; inteligência, aptidão e honestidade são grandes qualidades de operário que a mulher possui em grau elevado...” Dos 131 colaboradores, quatro eram mulheres. São elas: **Adelina Lopes Vieira, Ana Machado Nunes Pena, Guilhermina de Azambuja Neves e Laurentina Neto**.

Apesar desses cursos ainda reforçarem os papéis tradicionalmente vinculados às aptidões femininas, representaram uma alternativa valiosa para a ocupa-

ção do espaço público pelas mulheres. Na época, a formação de uma mão-de-obra feminina voltada para a economia doméstica, a indústria e o comércio foi fundamental para a integração e o desenvolvimento de uma nova sociedade que surgia.

Já na República, em 1897, publicou-se um decreto que criava o Instituto Profissional Feminino no Rio de Janeiro, que, após 15 anos, em 1912, acrescentou **Orsina da Fonseca** ao seu nome, em homenagem à esposa do presidente Hermes da Fonseca. Depois de atravessar algumas reformas, a lei nº 1997, de setembro de 1918, autoriza a separação entre o internato e o externato, que a partir daí começam a funcionar autonomamente. **Amália da Silva Quintas** foi nomeada diretora do internato, e **Andréia Borges da Costa** assumiu a direção do externato, permanecendo nessa função por 32 anos. Em 1919, o externato foi transferido para novas instalações e passou a chamar-se Escola Profissional Paulo de Frontin. Nesse local, ministrava-se tanto o Curso Comercial, com as disciplinas de estenografia, datilografia,

riam apresentar licença de seus pais e, as casadas, o consentimento por escrito de seus maridos.

Embora oficialmente aceitas para a graduação, o número de mulheres inscritas nos cursos superiores foi irrisório, assim permanecendo por bastante tempo. Algumas das principais razões para tanto originavam-se no puro preconceito da sociedade. Na época, as moças estavam condicionadas a tornarem-se nada mais do que donas de casa educadas, boas esposas e mães exemplares. Era inconcebível pensar em mulheres profissionais, pois essas teriam que necessariamente diminuir o tempo dedicado ao lar.

A impossibilidade das mulheres freqüentarem os melhores cursos preparatórios representou ainda um outro empecilho determinante para dificultar a entrada delas nas faculdades. O Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, bem exemplifica isso. Foi fundado em 1837 e durante 90 anos não permitiu o ingresso



contabilidade e línguas, como também o Curso Profissional, com as oficinas de chapéus, bordados, costura, flores, desenho e modelagem. Ainda que bastante criticado pelas integrantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, esse estabelecimento foi, durante décadas, uma das principais referências do ensino profissionalizante para as moças fluminenses.

Da alfabetização à faculdade

De todas as lutas que as mulheres tiveram que enfrentar para ter acesso à educação, o ingresso nos cursos superiores representou a mais difícil batalha. Apesar de algumas poucas exceções anteriores, as jovens estudantes brasileiras foram obrigadas a esperar até 1879, quando finalmente o governo imperial se rendeu e permitiu, condicionalmente, a entrada do “sexo frágil” nas faculdades. As candidatas solteiras deve-

de nenhuma estudante do sexo feminino. Essa instituição tinha o privilégio de garantir o acesso de seus alunos aos cursos superiores, sem que eles precisassem se submeter a qualquer tipo de “vestibular”. **Yvonne Monteiro da Silva** foi a primeira mulher a concluir o secundário nesse colégio, em 1927.

No âmbito das atividades ligadas à saúde, a lei emitida em 3 de outubro de 1832 determinou a separação das áreas e propôs a implantação de cursos específicos, organizados de acordo com a seguinte divisão: medicina, farmácia e partos. Assim sendo, ninguém mais poderia curar, ter botica ou partejar sem cursar a Faculdade. A partir daí, começaram a surgir as exceções de mulheres freqüentando os cursos superiores. Em 1833, **Marie Josephine Mathilde Durocher** foi a primeira e única mulher a matricular-se no recém-criado Curso de Partejas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1837, já havia acompanhado cerca de 5.000 parturientes.



Embora essa regulamentação tenha aparentemente representado uma possibilidade de avanço educacional para as mulheres, a obrigatoriedade de uma formação superior provocou a perda da autonomia, a ilegalidade e, sobretudo, a exclusão social de centenas delas. Durante gerações e mais gerações, o saber e a prática de partejar foram dos poucos domínios essencialmente femininos, onde atuavam mulheres de diferentes níveis de instrução e classes sociais, chamadas carinhosamente de “*comadres*”.

Na odontologia ocorreram algumas outras peculiaridades. Desde a década de 1840, encontram-se registros da prática de mulheres dentistas no Brasil. A **Sra. Arson**, moradora da cidade do Rio de Janeiro, aparece como pioneira nesta área. Trabalhava ao lado de seu marido, com quem havia aprendido o ofício, quando, em 1848, ficou viúva e assumiu sozinha o gabinete dentário na rua do Ouvidor, ampliando sua clientela.

Ainda neste período, aparecem duas outras mulheres dentistas na lista de profissionais do Rio de Janeiro. Em 1850, **Maria Arthot** atendia em seu consultório instalado na rua do Sabão, e **Francisca Beiral**, em 1854, tratava de suas pacientes em um gabinete dentário na rua dos Pescadores.

Em 14 de maio de 1856, foi emitido um decreto regulamentando a prática dos dentistas e sangradores do Império. Essa nova lei determinava a obrigatoriedade de exames específicos para o exercício legal da odontologia; os candidatos aprovados receberiam um certificado de autorização. **Elisa Elvira Bernard** foi a primeira mulher a obter esse título de “Dentista Aprovada”, tendo passado pelas provas em 1879.

Os primeiros cursos em odontologia foram criados em 25 de outubro de 1884, também na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Quatorze anos depois, em 18 de fevereiro de 1899, **Isabella von Sydow** completou o curso, tornando-se a primeira mulher cirurgiã dentista formada no Brasil. Nos anos seguintes, **Silvia Gloria Novais e Alzira de Mello Machado** também obtiveram o diploma nesta área.

A formação em Medicina representou o principal divisor de águas na luta das mulheres pelo direito de acesso aos cursos superiores.

Coube à carioca **Maria Augusta Generoso Estrela** o papel de protagonista nesse capítulo da nossa história. Em 1875, sabendo que seria impedida de frequentar a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro unicamente pelo fato de ser mulher, partiu para os Estados Unidos

onde pôde realizar o seu sonho, formando-se médica em 1881.

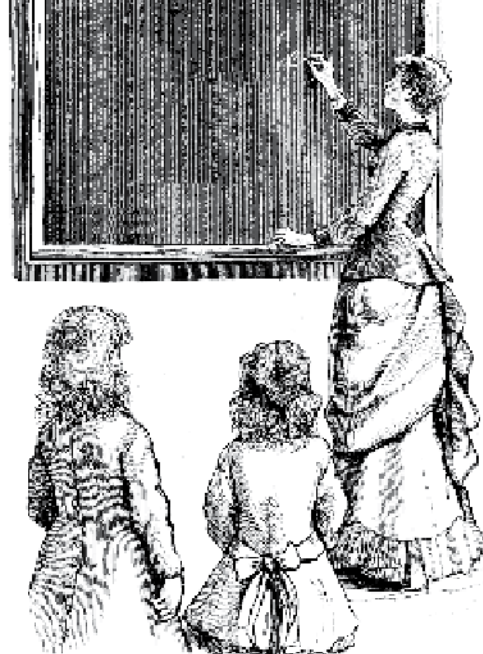
Esse episódio provocou uma estrondosa polêmica nos mais diferentes segmentos sociais brasileiros, levando a imprensa a acompanhar e publicar diariamente os passos de Maria Augusta. Tanto essa repercussão quanto o reconhecimento da capacidade intelectual e profissional da futura médica foram determinantes para que o poder público viesse a permitir, em 1879, o ingresso das mulheres nos cursos superiores.

No Rio de Janeiro, a gaúcha **Ermelinda Lopes Vasconcelos** foi a primeira mulher diplomada em Medicina, sendo a segunda no Brasil. Em 1888, defendeu sua tese de formatura: “*Formas clínicas da meningite na criança*”. Após a aprovação, seus colegas ergueram-na nos braços e saíram comemorando pelas ruas da cidade. Ermelinda foi saudada entusiasticamente por admiradores e populares que se aglomeravam para vê-la e, ao passar pelo Palácio, recebeu congratulações do Imperador D. Pedro II.

Educar para servir

Durante a ditadura de Getúlio Vargas, que vigorou de 1937 a 1945, o ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, propôs um Plano Nacional de Educação que previa a existência de um ensino médio feminino voltado para a economia doméstica. Constavam dessa proposta as seguintes matérias: higiene e preparo dos alimentos; cuidados com pessoas doentes e normas para receber bem. Ou seja, a educação da mulher era exclusivamente voltada para a casa e para os cuidados dos familiares. Trabalhos não remunerados!

Coerente com essa situação das mulheres, em 1941 Capanema propõe o Estatuto da Família: incentivando a prole numerosa, a chefia paterna reforçada e a censura moral em todos os níveis. Para conseguir isso, era necessário prender a mulher ao lar, condicionando-a ao casamento e à maternidade como vocações naturais. O artigo 14 do Estatuto da Família previa: “*as mulheres não poderão ser admitidas senão nos empregos próprios da natureza feminina e dentro dos estritos limites da conveniência familiar*”.



Assim o ciclo se fecharia: por que as mulheres precisariam estudar, se seus trabalhos seriam sem especialização e sem desafios?

Foi de uma jornalista e poetisa, nascida na cidade do Rio de Janeiro, **Rosalina Coelho Lisboa**, uma das vozes que se rebelaram com veemência contra o artigo 14 do Estatuto. Para Rosalina, impedir que a mulher pudesse competir leal e limpamente com os homens era voltar atrás nas conquistas de emancipação feminina. Ela tinha toda razão: o Plano Nacional de Educação e o Estatuto da Família engessavam as mulheres. Felizmente, esses dois projetos seriam modificados antes da aprovação.

As mulheres viram a mesa



Nilcéia Freire

Durante a segunda metade do século XX, a presença das mulheres cresceu enormemente na educação, tanto no magistério quanto no aprendizado. Elas que começaram lutando para frequentar os bancos escolares, transformaram-se na principal força de trabalho e participação em todos os níveis de formação educacional. Após conquistarem o acesso aos cursos superiores, continuaram virando a

mesa, defendendo e editando teses, tornando-se mestras e doutoras nas diferentes áreas do saber.

Seria necessário preencher uma longa lista para citar as milhares de educadoras fluminenses que com sua dedicação modificaram a face do ensino no Estado. Entre tantas, destacam-se as cariocas **Alba Canizares** e **Armanda Alvaro Alberto**, a petropolitana **Branca Fialho** e **Anália Franco**, que embora tenha nascido em Resende, atuou na criação de mais de 70 instituições educativas em São Paulo e Minas Gerais. Mais recentemente, **Nilceia Freire** se tornou a primeira reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), uma das mais prestigiadas instituições de ensino do país. Também merecem menção as professoras **Nilda Teles Ferreira** e **Lia Faria**, que chegaram a ocupar Secretarias do Estado do Rio de Janeiro.

MARIA FELISBERTA

Maria Felisberta de Oliveira Brunnet Dias de Andrade nasceu em Cachoeiras de Macacu, no Estado do Rio de Janeiro, no dia 12 de janeiro de 1880, filha de Alessandro Otto Brunnet e Francisca de Oliveira Brunnet, ambos professores. Maria Felisberta formou-se pela Escola Normal de Niterói e dedicou toda sua vida ao magistério, tanto público quanto particular. Foi diretora dos grupos escolares “Alberto Brandão” e “Pinto e Lima” até quando se aposentou, em 1950, ao completar setenta anos. Foi também uma das primeiras professoras nomeadas, quando a Escola Profissional Feminina Aurelino Leal foi fundada, em Niterói. Mesmo após a aposentadoria, continuou lecionando em casa, até poucos dias antes de sua morte em 1963, aos oitenta e três anos de idade.

Segundo os dados estatísticos disponibilizados no site do Ministério da Educação – “*(...) a década de 1990 marca a virada das mulheres brasileiras, que ultrapassaram os homens em nível de escolarização. A proporção de pessoas analfabetas já é significativamente menor entre as mulheres do que entre os homens em todos os grupos com até 39 anos de idade. As mulheres também superaram os homens em número médio de anos de estudo e, nas salas de aula, reinam absolutas: 85% dos 1,6 milhão de professores da educação básica em todo o país são do sexo feminino. Elas são a maioria entre os alunos do ensino médio e do ensino superior e entre os alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental. Entre os concluintes, elas também são maioria; em 1998, eram do sexo feminino 53,6% dos alunos que concluíam o ensino fundamental, 58,5% do ensino médio e 61,4% do ensino superior.*”

No Brasil, as mulheres ocupam atualmente 48,9% dos assentos no ensino fundamental, 55,05% no ensino médio e 55,6% no ensino superior. No Rio de Janeiro, elas representam 49,5% dos estudantes do ensino fundamental, 55,03% do ensino médio e 55,6% no ensino superior. Embora os dados acima não estejam desagregados por raça, é necessário afirmar que as mulheres negras, ainda hoje, não têm acesso igualitário ao ensino público, especialmente à universidade. 🗳️

Normalistas no Instituto de Educação



Maria Augusta Generoso Estrela



Mme. Durocher

laboratórios



Bertha Lutz



Johana Döbereiner



Eloisa Biasotto Mano



Carolina Martuscelli Bori

“Se a historiografia nos dizia que não valia a pena olhar do século 20 para trás, porque ainda não existia ciência, que dirá descobrir as mulheres cientistas. Achá-las, na História da Ciência, é o garimpo do garimpo”

Sílvia de Mendonça Figueirôa,
Presidente da Sociedade
Latino-Americana de História
das Ciências e da Tecnologia

Ao focalizar a presença feminina na história das ciências, dois nomes são sempre recorrentes, **Hipácia e Madame Curie**. Dois exemplos de coragem e persistência que, embora separadas por muitos séculos, vivenciaram experiências semelhantes: dedicaram-se à investigação científica e sofreram com a discriminação. Hipácia de Alexandria, filósofa, astrônoma e matemática grega do século IV da era cristã, foi brutalmente assassinada por expor sua sede de conhecimento. A ilustre física polonesa Marie Skłodowska Curie, primeira mulher a receber o cobiçado prêmio Nobel, não foi admitida pela Academia Real de Ciências da França porque era do “sexo frágil”.

As trajetórias dessas duas grandes sábias são emblemáticas e traduzem o quanto, desde os primórdios da civilização ocidental, a “comunidade científica” se fechou à participação das mulheres. As características sexuais condicionavam quem iria ou não fazer ciência. Na tentativa de justificar a inferioridade intelectual das mulheres, começaram a surgir, a partir do século XVIII, perversas e inconsistentes teorias biológicas fundamentadas no tamanho craniano, na lateralização cerebral, nos níveis de testosterona e do cromossoma X.

Considerando que ciência significa conhecimento e saber em sua mais ampla acepção, se faz necessário reconhecer o valor do minucioso e sofisticado entendimento da fauna e da flora brasileira que as populações indígenas sempre demonstraram possuir, mesmo antes da chegada dos primeiros navegadores portugueses.

O desenvolvimento das ciências no período monárquico foi marcado pelos impasses políticos. Os homens do poder discutiam, sem muitas realizações, a necessidade ou não de se investir em pesquisas.

É importante registrar que as atividades e viagens dos naturalistas, do começo do século XIX, contaram com o apoio e o entusiasmo da Imperatriz Leopoldina.

Os passos inaugurais a caminho da inserção feminina nas ciências foram dados pela imigrante francesa Maria Josephina Matilde Durocher que, com sete anos de idade, em agosto de 1816, desembarcou com sua mãe no Rio de Janeiro. Em 1833, já viúva e com dois filhos para criar, decidiu ingressar no curso de obstetrícia prática da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, destacando-se como primeira aluna da turma. Trinta e oito anos depois, em 1871, foi nomeada titular da Academia Nacional de Medicina e, durante as cinco décadas seguintes, nenhuma outra representante do sexo feminino ingressou nessa instituição. Coube ainda a Mme. Durocher ser a primeira mulher no Brasil a publicar textos no campo da Medicina.

Mais de um século depois, a psicóloga paulista **Carolina Martuscelli Bori** assumiu a presidência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Carolina foi a primeira e única mulher a ocupar esse cargo, estando a frente dessa importante instituição entre 1986 e 1989.

O processo de consolidação da experiência científica no país contou com a participação de centenas de mulheres. Inicialmente, exerciam funções auxiliares e, à medida que foram tendo acesso aos bancos universi-

tários, passaram a fazer pesquisas, produzir e publicar conhecimento nas mais diferentes áreas do saber. Entre elas, encontram-se as cientistas do Estado do Rio de Janeiro, fluminenses por nascimento ou por opção.

Em uma época que o funcionalismo público ainda era proibido às mulheres, a cientista e líder feminista **Bertha Lutz** obteve, em 1919, o primeiro lugar de um concurso para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Após grande polêmica em torno do fato, assumiu seu posto e durante décadas dedicou-se à Zoologia, desenvolvendo inúmeras pesquisas. Ao longo de sua trajetória profissional, realizou um trabalho único e de maior importância, descobriu e descreveu várias espécies anfíbias. Em sua homenagem, o sapo-boi recebeu o nome - *Eleutherodactylus Hoehnei* Lutz.

Tanto o Laboratório de Ultraestrutura Celular da UFRJ, como o Laboratório de Cultura de Tecidos da UFF, levam o nome da cientista **Hertha Meyer**, que foi a pioneira no cultivo de tecidos no Brasil. Na década de 1940, tornou-se uma das principais responsáveis pela introdução e difusão da microscopia eletrônica no país.

A microbiologista **Johana Döbereiner** foi a primeira e única mulher a ocupar a vice-presidência da Academia Brasileira de Ciências. Suas pesquisas alcançaram a unanimidade dos mais altos conceitos nos meios científicos e seus trabalhos provocaram mudanças radicais na produção de soja no Brasil, tornando esse produto mais competitivo no mercado internacional.

A sensibilidade e a ousadia caracterizaram os passos da médica alagoana **Nise da Silveira**. Imbuída de seus ideais humanitários, conseguiu ultrapassar as duras fronteiras do preconceito e, no Rio de Janeiro, desenvolveu um trabalho que revolucionou o tratamento das doenças mentais, tornando-se uma importante referência na Psiquiatria mundial.

Beatriz Gonçalves Ferreira foi a primeira química brasileira e trabalhou na Casa da Moeda. A doutora **Eloisa Biasotto Mano** graduou-se em Química Industrial em 1947, tornando-se uma legenda nessa área. Foi agraciada com inúmeras homenagens e premiações por suas pesquisas sobre polímeros, tendo sido seu nome dado ao Instituto de Macromoléculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1998, obteve o reconhecimento internacional com o prêmio The Polymer Science.

O complexo estudo das plantas foi amplamente beneficiado pelas investigações das incansáveis mestras **Alda Pereira da Fonseca e Graziela Maciel Barroso**. Em 1917, a carioca Alda rompeu com um tabu quando optou por um campo de trabalho até então eminentemente masculino. Profissional dedicada, defendeu teses e representou o país em congressos internacionais. Já a

obra de **Graziela Maciel Barroso** é hoje referência dentro e fora do Brasil. A alta qualidade de suas pesquisas e publicações garantiu-lhe o lugar de primeira grande dama da Botânica brasileira. Essa área contou ainda com o talento e o conhecimento técnico das desenhistas e ilustradoras **Margaret Mee** e **Maria Werneck de Castro**. Ambas atingiram o grau máximo de fidelidade e precisão em seus trabalhos, tornando-as co-responsáveis pela formação de um dos mais belos e preciosos acervos de documentação científica no Brasil.

A médica sanitária carioca **Sylvia Halssemann** foi a primeira mulher a frequentar o Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz, em 1931. Além de sua sólida formação em Medicina, especializou-se em Higiene e Saúde Pública, recebendo ao concluir o curso a medalha de ouro do Prêmio Carlos Chagas. Trabalhou em importantes instituições, ocupando diferentes funções e vários cargos de chefia. Aposentou-se em 1988, quando estava na direção do Departamento de Análises Institucionais e Fatos Vitais da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

A Engenharia brasileira contou com o talento, a criatividade e a competência de **Carmen Velasco Portinho**, que foi a principal responsável pelo desenvolvimento de experiências inovadoras na habitação popular no país, pela construção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e pela fundação da Escola Superior de Desenho Industrial, a qual dirigiu durante 20 anos. Foram também pioneiras na Engenharia e Arquitetura do país: **Edwiges Becker, Maria Ester Correia Ramalho, Berta Leitchic e Clara Steinberg**.

Ao longo do século XX, as chamadas Ciências Sociais agruparam o maior número de mulheres que colaboraram para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas e científicas no Brasil. Em 1925, **Heloísa Alberto Torres** passou em primeiro lugar no concurso para professor substituto em Antropologia do



Graziela Maciel Barroso



Margaret Mee



Carmen Velasco Portinho

Museu Nacional do Rio de Janeiro. Atuou intensamente na luta pela preservação da cultura indígena, sendo uma das idealizadoras da Fundação Nacional do Índio. **Marina de Vasconcelos**, foi co-fundadora da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia e ocupou a direção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS. A geógrafa e historiadora **Isa Adonias** foi a primeira mulher a ser admitida como sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. **Eulália Lahmeyer Lobo** foi a primeira mulher a defender uma tese de doutorado em História no país.

Maria Yedda Linhares e, mais recentemente, **Ângela de Castro Gomes** deram valorosas contribuições à historiografia nacional. Em Saquarema, a arqueóloga **Lina Maria Kneip** desenvolveu um significativo trabalho de pesquisa e educação, preservando assim parte importante do patrimônio arqueológico brasileiro.

Reconhecidamente a professora **Maria Conceição Tavares** é uma das vozes mais expressivas e polêmicas na área econômica. Consultora da Cepal, foi

co-responsável pela formação de celebridades da economia do país.

Desde o final da década de 1940 até 1957, **Dinah Vianna Brazil** esteve à frente da administração do Instituto Vital Brazil, em Niterói. Anos depois, já no século XXI, outra mulher, **Elizabeth Moreira dos Santos**, assumiu a presidência dessa instituição.

Em 1996, as mulheres do Estado do Rio de Janeiro estiveram representadas nas solenidades pelos 80 anos da Academia Brasileira de Ciências. Entre outras presenças femininas, o catálogo comemorativo registra os nomes das cientistas: como membros titulares – **Aída Hassón-Voloch**, nas ciências biológicas; **Anita Dolly Paineck** e Eloisa Biasotto Mano, nas ciências químicas e **Belita Koiller**, nas ciências físicas. Como membros associados: **Dyrce Lacombe de Almeida**, nas ciências biológicas; **Elisa Esther Maia Frota-Pessoa**, nas ciências físicas; **Lélia Duarte da Silva Santos**, nas ciências da terra e **Fernanda Margarida Barbosa Coutinho** e **Otilia Rodrigues Affonso Mitidieri**, nas ciências químicas. Após aquela data, a Academia recebeu mais duas associadas fluminenses, **Eliane Volchan** e **Vivian Rumjanek**, ambas pesquisadoras nas ciências biomédicas.



Acima, Maria da Conceição Tavares. Ao lado (da esquerda para direita): Aída Hassón-Voloch, Heloísa Alberto Torres, Elisa Esther Maia Frota-Pessoa, Belita Koiller, Lélia Duarte da Silva Santos, Otilia Rodrigues Affonso Mitidieri



Imprensa Feminina

A partir de meados do século XIX, algumas corajosas pioneiras dispuseram seus talentos, suas inteligências e criatividade em prol da emancipação feminina. Começaram a produzir, redigir e distribuir revistas e jornais onde se expressavam politicamente e, de maneira ampla, expunham as suas percepções de mundo. O conjunto desses periódicos certamente representa um dos principais acervos sobre os sentimentos, as experiências, as aflições e as expectativas daquelas mulheres, que foram co-responsáveis pelas grandes mudanças sociais do Brasil oitocentista.



Esses periódicos foram editados em diferentes formatos. Tratavam dos mais variados temas e alcançavam um diversificado público leitor. De modo geral, a imprensa feminina mesclava reflexões sobre assuntos fervilhantes naquele momento, como a Abolição e a República; vinculava textos literários; escrevia sobre comportamento, direito, saúde, cultura, religião, moda, entretenimento e, ainda, prestava consultoria às leitoras.

O cotidiano das primeiras jornalistas não foi nada fácil. Eram continuamente ridicularizadas em público, acusadas de intromissão em “ofícios masculinos”, e suas colaboradoras, sentindo-se ameaçadas, impunham geralmente o anonimato como condição para participar nos jornais.

O primeiro periódico brasileiro feito exclusivamente por mulheres foi *O Jornal das Senhoras*, fundado pela argentina **Joana Paula Manso de Noronha**, em 1852, no Rio de Janeiro. Em seu edital de lançamento, propunha-se a trabalhar pelo melhoramento social. Afirmava ainda que, para as mulheres gozarem de seus direitos, era necessário tanto o aprimoramento da educação feminina, como a conscientização dos homens de que as mulheres não faziam parte de suas propriedades. Anos depois, surgiram vários outros jornais no Rio de Janeiro.

O Belo Sexo foi lançado em 1862 por **Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar**, que tinha o hábito de reunir o seu conselho editorial semanalmente. Nesses encontros, debatia-se aberta e livremente os assuntos inerentes às mulheres.

A mineira **Francisca Senhorinha da Motta Diniz** foi uma das vozes mais veementes da época. Em suas matérias, incitava as mulheres a buscarem uma identidade própria e a defenderem seus direitos. Estimulava ainda a luta por uma autonomia financeira através da educação e do trabalho. Em 1873, editou *O Sexo Feminino* em Campanha (MG) e dois anos depois, transferindo-se para o Rio de Janeiro, passou a publicar também a revista semanal *A Primavera* e o periódico *A voz da Verdade*, ambos na década de 1880.

Amélia Carolina da Silva Couto foi responsável pela criação do *Eco das Damas*, em 1879. Dez anos depois, na época da instalação do regime republicano, chegava ao Rio de Janeiro o jornal *A Família*, fundado por **Josefina Álvares de Azevedo**. Esse periódico transformou-se no principal veículo de expressão para dezenas de mulheres em todo o país. As colaboradoras escreviam em defesa do direito ao voto e ao divórcio,



além de debaterem entusiasticamente sobre os novos caminhos políticos da nação.

Entre as jornalistas que lutaram pelo sufrágio feminino no início do século XX, destaca-se **Eugenia Álvaro Moreira**, que foi considerada a primeira mulher repórter do país. Nesse período, as redatoras militantes incluíram em seus textos as reivindicações quanto à formação profissional das mulheres e à regulamentação do trabalho feminino.

A partir da conquista do acesso às urnas em 1932 e do golpe de 1937, houve uma espécie de refluxo na imprensa feminista, só retornando dez anos depois

com o bem-sucedido *Momento Feminino*, fundado pelo movimento de mulheres comunistas, em 24 de junho de 1947, no Rio de Janeiro. Esse periódico, além de defender a cidadania feminina e a paz, lutava contra a carestia.

Nos anos 60, a jornalista gaúcha **Carmem da Silva** mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, onde publicou, durante décadas, na revista *Claudia*, a coluna *A Arte de Ser Mulher*, que revolucionou o pensamento de gerações de brasileiras. Carmem participou intensamente da causa feminista.

Em 1963, a baiana **Niomar Muniz Sodré** assumiu a direção do *Correio da Manhã* e sua resistência às ingerências dos militares no jornal carioca ficou conhecida nos meios da imprensa.

Após 1975, Ano Internacional da Mulher, surgiram dois importantes jornais que, editados em outros es-

tados, alcançaram expressão nacional: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Três anos depois, começou a circular no Rio de Janeiro o transgressor *Lampião da Esquina*, voltado prioritariamente para a defesa dos homossexuais, abriu grande espaço em suas páginas para o debate sobre os direitos sexuais das mulheres. Entre suas principais colaboradoras, destaca-se a escritora **Leila Micolis**. Ainda nessa nova leva de periódicos, nasce *O Mulherio*, que desde seu lançamento, em 1981, contou com o apoio da equipe de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo. Circulou por mais de cinco anos, durante os quais transformou-se numa leitura obrigatória das feministas brasileiras.

É importante registrar que, em junho de 2002, a jornalista e escritora **Ana Arruda Calado** assumiu a presidência do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Imprensa – ABI. 🌸

As mulheres comerciantes



As atividades comerciais da cidade do Rio de Janeiro iniciaram-se na época de sua fundação. O primeiro negócio montado por uma mulher foi aberto nesse período.

Isabel Dias, que era casada com Lourenço Fernandes, porteiro da Cidade e do Conselho, procurou ficar legalmente estabelecida, como comprova sua petição datada de 4 de agosto de 1576.

Contudo, o comércio urbano só se dinamizou após a descoberta do ouro nas Minas Gerais e cresceu, mais ainda, no início do século XIX, a partir da instalação da família real no Brasil, em 1808. As várias leis que restringiam as negociações de determinadas mercadorias foram sendo extintas. Montaram-se muitas lojas e prosperou a livre transação de gêneros. Houve intensa circulação de dinheiro com a chegada dos mercadores e vendedores de toda a sorte de produtos.

Embora houvesse bastante comércio ambulante que escapava do fisco, os impostos sobre as casas de

comércio foram sendo regulamentados nos primeiros anos da instalação da corte no Rio de Janeiro.

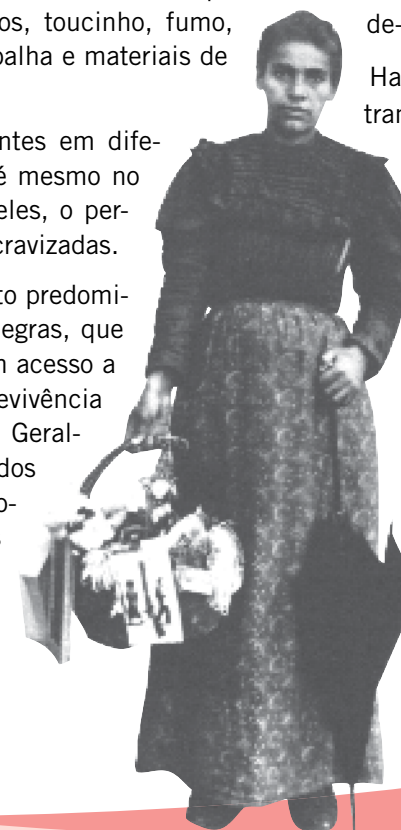
No início da década de 1820, os vendedores ambulantes conseguiram garantir seus direitos, e os estabelecimentos comerciais estavam espalhados pela cidade, ao todo 1.619 casas de negócio, das quais 1.032 eram tavernas. As demais compreendiam arma-



zéns de comestíveis, vendas de carne-seca, depósitos de café, molhados, queijos, toucinho, fumo, louça, objetos de metal, cordoalha e materiais de construção.

As mulheres estiveram presentes em diferentes ramos de negócios, até mesmo no mais lucrativo e desumano deles, o perverso comércio de pessoas escravizadas.

O comércio ambulante era feito predominantemente pelas mulheres negras, que quando alforriadas não tinham acesso a outra possibilidade de sobrevivência e sustento de suas famílias. Geralmente com os filhos encaixados nas costas, vendiam nos logradouros públicos, em seus tabuleiros trazidos no alto da cabeça, frutas, bugigangas, brinquedos, café torrado,



limões doces, cana-de-açúcar, sonhos, angu, pão-de-ló, pé-de-moleque, cuscuz, cocada.

Havia ainda intensa movimentação de grupos estrangeiros no comércio, sobretudo das francesas, que se aventuravam com mais facilidade na vida pública. O requinte e a elegância dos vestidos, roupas e uniformes, a perfeição das cabeleiras e penteados femininos foi possível graças a elas. Entre as várias casas de moda instaladas na rua do Ouvidor e na rua Direita, atual Primeiro de Março, destacavam-se a de **Mademoiselle Lucy** e a de **Madame Josephine**, modista da 1ª Imperatriz. Além das vestimentas, negociavam calçados e acessórios, tanto a sapataria de **Madame Bérard**, como a loja de coletes de **Madame Haugonté** eram assiduamente freqüentadas pelas nobres e mulheres ricas da corte. 🌸

LATA D'ÁGUA NA CABEÇA



Maria da Conceição nasceu no dia 1 de abril de 1891, em Conceição de Macabú. Filha de pai desconhecido, foi registrada em Cabo Frio, onde viveu com sua mãe, Cantialina da Conceição, até os onze anos. Desde pequena, ajudava no sustento familiar, acompanhando a

mãe nos trabalhos da roça e nos serviços domésticos que prestava. Após passar inúmeras dificuldades, voltou para sua terra natal, onde sofreu um grave acidente ao se queimar no fogão à lenha. Anos depois, já novamente morando em Cabo Frio,

D. Maria sobrevivia carregando água na cabeça, andava vendendo de porta em porta a todos as pessoas que lhe podiam pagar dois tostões a lata. Trabalhou também como lavadeira e depois salgadeira de peixe. A única coisa da modernidade que D. Maria não aprovou, em seus 111 anos de idade, foi o uso de qualquer tipo de sapato ou sandália.

OLÉ MULHER RENDEIRA

Otília Fernandes da Silva nasceu no dia 2 de setembro de 1909, filha da rendeira Eugênia Joana da Conceição e de Antonio



José Fernandes, pescador em Arraial do Cabo, Rio de Janeiro. Otília cresceu observando a mãe trabalhar e, por volta dos dez anos de idade, tornou-se também “profissional” na arte de fazer renda, passando a ajudar no orçamento da família. Diante das dificuldades financeiras para a compra de material, improvisava criativamente os instrumentos necessários para a sua produção. Entre tantas soluções, substituiu a falta de alfinetes por espinhos de cardeiros retirados da restinga. Além do artesanato, vendia também os doces caseiros que fazia, sendo que seus melhores fregueses eram os tripulantes dos navios ancorados no porto da cidade. D. Otília foi ainda exímia dançarina de fado, ritmo típico e tradicional português muito comum em Arraial do Cabo.



As Imigrantes

“...todo brasileiro é mestiço, se não é mestiço no sangue, o é na alma...”

Silvio Romero

Certamente, o mosaico étnico e cultural representa uma das maiores riquezas do nosso país. A população brasileira foi fundamentalmente gerada no ventre das mulheres indígenas, portuguesas e africanas que aqui viveram nos primeiros séculos de colonização. Somou-se a essa multiplicidade embrionária o vigor das imigrantes de outros portos do planeta, que chegaram, permaneceram e contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da jovem nação.

Desde o início da colonização, a sociedade brasileira encontrava-se injustamente dividida em duas classes bem distintas: a dos senhores e a dos escravos, índios e negros. A uma cabia mandar; à outra, executar. Em consequência dessa desigualdade, todo trabalho manual passou a ser identificado como serviço de escravo. Ao longo dos anos, o preconceito tornou-se tão forte que, apesar de ser cada vez maior a população livre nas cidades, e em especial no Rio de Janeiro, faltava mão-de-obra, tanto para a agricultura como para as manufaturas. Quem era livre preferia se dedicar ao comércio, ou até mesmo mendigar, para não ter que fazer “trabalho de escravo”.

A mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro agravou ainda mais os problemas de produção. O príncipe regente, D. João, logo ao chegar, resolveu fomentar a vinda de homens e mulheres livres que não se opunham ao esforço braçal. Visava sobretudo os grupos de colonos europeus, pois também intencionava implementar uma política de embranquecimento do povo. Inicialmente emitiu um decreto, em 25 de novembro de 1808, no qual considerava um dever público incrementar a agricultura e fazer aumentar a população; para tanto, doaria terras aos imigrantes que viessem residir no Brasil. Porém, isso não surtiu efeito. Anos depois, em 16 de fevereiro de 1812, através de um novo decreto, ordenou a vinda de inúmeros casais açorianos para o trabalho na lavoura. Não foi suficiente; o crescimento acelerado do consumo, provocava mais e mais demanda de mão-de-obra. Sem muitas opções, o governo voltou-se avidamente para a África, fazendo com que o tráfico negreiro, uma espécie de imigração às avessas, aumentasse sobremaneira durante os primeiros anos do período monárquico.

Em 1817, houve uma coincidência de interesses: lamentavelmente a fome na Suíça atingiu níveis in-

suportáveis, e a necessidade de diminuir a pressão demográfica fez com que o governo daquele país solicitasse o assentamento de famílias em terras brasileiras. Através do decreto de 16 de maio de 1818, o Rei autorizou e financiou a vinda dos imigrantes suíços, dando início aos trâmites legais para a instalação da primeira colônia de europeus não oriundos dos reinos ibéricos no Brasil.

Abriam-se oficialmente os portos e as portas para o fluxo migratório que, ao longo do século XIX, esculpiu uma face a mais na formação da sociedade brasileira. O país ganhou em força e vida com as múltiplas características culturais dos diferentes grupos humanos que acolheu. A maior parte das mulheres imigrantes trouxeram mais do que sotaques e temperos variados; vieram propondo novos jeitos de lidar com as regras do patriarcalismo.

Durante as primeiras décadas da corte no Rio de Janeiro, chegaram isoladamente mulheres de várias nacionalidades. Geralmente desembarcavam com suas famílias e muitas já se dedicavam a diferentes ofícios. Além das portuguesas e espanholas, vieram também viver em terras fluminenses imigrantes francesas, inglesas e italianas, entre outras.

Logo no início, os contratos para imigração dos grupos de trabalhadores brancos exigiam que todas as famílias fossem católicas e deveriam habitar em uma localidade que tivesse uma Igreja. A Coroa concederia a assistência de padres, médicos e professores e doaria terras, sementes e animais para cada núcleo. Como estímulo à produção agrícola, os novos colonos receberiam ainda, durante o primeiro ano, 160 réis por dia e por pessoa, e 80 réis, no segundo ano de permanência no país, ficando isentos de impostos pelo prazo de 10 anos.

Partiram em sete navios, no dia 4 de julho de 1819, 2.006 pessoas oriundas da região oriental da Suíça, com destino ao Rio de Janeiro. Traziam a esperança como único patrimônio para reconstruírem suas histórias no Brasil. Muitas vidas se perderam na viagem, cerca de 390 óbitos foram registrados. Marianne Joset era uma das centenas de adolescentes que embarcaram com seus familiares, tinha apenas 13 anos e perdeu a mãe e o irmão nessa travessia do Atlântico.

As embarcações foram ancorando em datas diferentes, o último veleiro demorou 146 dias para chegar ao porto do Rio de Janeiro. As famílias suíças foram encaminhadas para uma localidade a 24 léguas de distância da corte, a fazenda Morro Queimado, atual Nova Friburgo. Durante vários séculos as populações indígenas ocuparam essa região. A partir de 1767, foram se instalando as primeiras fazendas de colonos luso-brasileiros e também alguns quilombos de escravos rebelados.

Após mais 12 dias de viagem, em novembro de 1819, Marianne Joset e as milhares de pessoas chegaram à fazenda Morro Queimado. Os aspectos geográficos e climáticos da região eram comparáveis aos do lugar de onde provinham, facilitando um pouco a adaptação desses novos colonos. Entretanto, durante os primeiros tempos, as famílias de imigrantes se dispersaram. Não falavam português e sofriam com a hostilidade dos antigos habitantes, que além de já ocuparem grande parte das melhores terras, como as de São José do Ribeirão, atual distrito do município de Bom Jardim, mantinham o poder político local.

A Freguesia de São João Batista da Vila de Nova Friburgo foi fundada em 3 de janeiro de 1820. Quatro anos depois, em 1824, chegava um novo grupo com 342 imigrantes. Eram famílias germânicas que formaram ali a primeira comunidade protestante no Brasil.

Marianne Joset casou-se oficialmente com Guillaume Salusse em 1830, porém já vivia com ele e tinham dois dos seus oito filhos. O casal instalou uma modesta hospedaria, que com o passar dos anos transformou-se no hotel mais sofisticado da cidade. Trabalhavam também como corretores e juntos construíram um expressivo patrimônio. **D. Mariana Salusse**, como ficou conhecida, se tornou um símbolo de persistência e dedicação ao trabalho, sendo considerada, por suas iniciativas, uma das responsáveis pelo desenvolvimento e urbanização de Nova Friburgo.

A Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, primeira companhia brasileira de agenciamento de imigrantes, fundada em 15 de janeiro de 1836, instalou seus escritórios na rua do Passeio e os alojamentos para os colonos no Largo da Lapa. Nesta época, já não havia necessidade de tantos esforços para atrair trabalhadores europeus para o Brasil, chegavam cada vez mais homens e mulheres em busca de oportunidades no Novo Mundo. A tarefa desses agentes consistia em adiantar os recursos para o pagamento das passagens e despesas de viagem, abrigar os imigrantes nos primeiros dias e intermediar os contratos de emprego. Cobravam esses serviços dos recém-chegados, negociando com eles várias formas de pagamento.

A região de Petrópolis também deve grande parte do seu desenvolvimento ao esforço e persistência de alguns grupos de imigrantes. Desde 1837, começaram a chegar os primeiros alemães que foram contratados para trabalhar na construção da Estrada da Estrela. O início da colônia se deu um ano depois e contava com 51 famílias germânicas que habitavam na fazenda do Itamarati. Esse local, em 1845, já havia se transformado em sede administrativa de importantes obras provinciais; transitavam por ali engenheiros, imigrantes açorianos e alemães, trabalhadores livres e escravos. Nesse mesmo ano, o povoado recebeu quase 600 famílias oriundas da Alemanha, cerca de 2.300 pessoas.

A partir de 1860, começavam a chegar os primeiros grupos árabes. Na sua maioria, eram sírios e libaneses católicos, que curiosamente eram chamados de turcos, pois na época o império otomano dominava a região de onde provinham. Geralmente desembarcavam sem suas famílias e pensavam em voltar rapidamente a seus países de origem. Evitavam o trabalho na lavoura, preferindo o comércio ambulante, que produzia resultados mais imediatos. Aqueles que resolviam permanecer no Brasil definitivamente instalavam-se nas cidades mais populosas. No Estado do Rio de Janeiro, as comunidades árabes foram abrindo casas de comércio dos mais variados produtos, onde normalmente as mulheres tinham um espaço para vender as



comidas típicas que faziam, como as famosas esfirras e quibes.

Já na República, as estrangeiras que não faziam parte dos grandes grupos étnicos, religiosos ou de uma mesma nacionalidade passavam por diversas dificuldades. Eram geralmente mulheres simples que viviam praticamente isoladas e se auto-sustentavam. A costureira **Lola Abitbol** foi uma dessas imigrantes, que por pertencer a uma comunidade bastante reduzida, encontrou vários obstáculos para inserir-se no cotidiano carioca. Judia magrebina, nasceu em 1871, na cidade de Arzila, no Marrocos. Foi mãe solteira e chegou com 23 anos ao Rio de Janeiro, onde morou, na rua do Riachuelo, com sua filha. Apesar de se considerar analfabeta em português, após dois anos, em 1897, tentou obter a nacionalidade brasileira. Durante seis meses, foi obrigada a voltar diversas vezes à repartição pública da imigração, sofrendo tanto com a burocracia quanto com o preconceito. Mulher sozinha, mãe solteira e autônoma, foi tratada como meretriz, e negaram-lhe o pedido com o carimbo: **Arquive-se!**

Desde finais do século XIX, começaram a chegar outras mulheres judias, que escreveram um capítulo muito peculiar na história das imigrações para o Brasil. Vinham da Europa oriental e tinham em comum, além da origem, a mesma religião. No Rio de Janeiro, foram trabalhar na zona do meretrício da Praça Onze, região portuária da cidade e ficaram conhecidas como as *'polacas'*, termo empregado pela população fluminense como sinônimo de prostitutas.

Em 10 de outubro de 1906, criaram a Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita – ABFRI. Pobres e menosprezadas pela própria comunidade judaica, uniram-se a alguns homens, também imigrantes europeus, para constituir essa entidade de seguro mútuo, com a finalidade de prestar assistência às suas associadas. O ato de registro oficial foi realizado por sua primeira secretária, **Matilde Hüberger**, e os estatutos originais previam, além da prática filantrópica, a criação de uma sinagoga onde pudessem assistir cerimônias religiosas, repudiadas que eram pelos outros templos da cidade.

Se para os trabalhadores regulamentados a sociedade brasileira não oferecia qualquer forma de aposentadoria, sequer assistência primária à velhice, o que dizer da comunidade das prostitutas que convivia com as doenças próprias do ofício e a repressão da polícia?

Em 1916, **Fanny Nusman** era a presidente da ABFRI e, de acordo com os interesses das associadas, con-

seguiu inaugurar o cemitério comunal de Inhaúma, exclusivamente para elas.

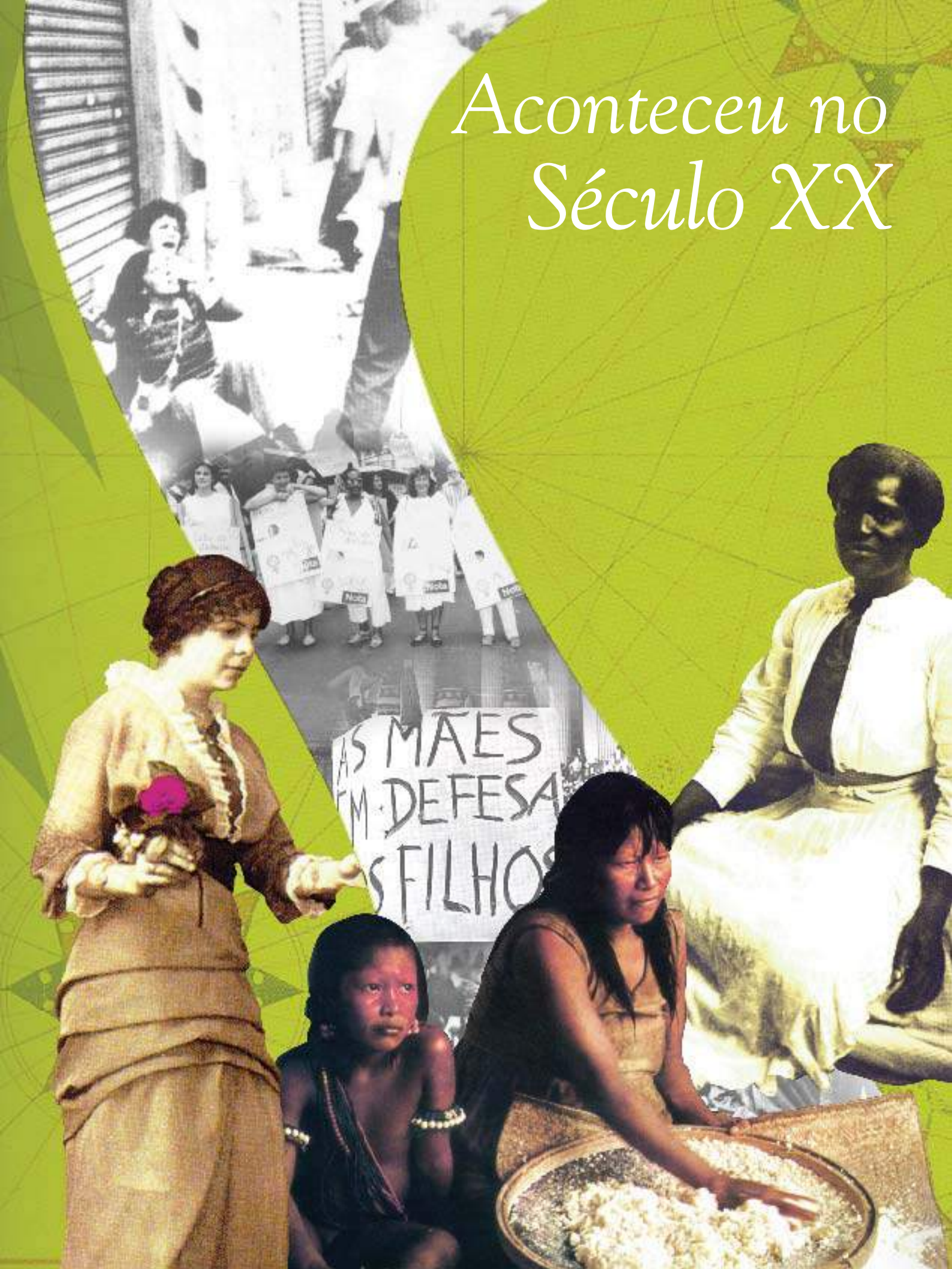
Entre as dezenas e mais dezenas de afiliadas, quatro mulheres desempenharam um importante papel na vida da associação e foram chamadas de irmãs superiores: **Emmy Zusman**, **Amália Schkolnik**, **Angelina Schaffran** e **Rebecca Freedman**. Outra mulher que se destacou foi a imigrante russa **Ester Gladkower**. Em 1927, chegou ao Rio de Janeiro, onde se tornou a sócia n.º 65 da ABFRI e, durante 18 anos, namorou o sambista e compositor Moreira da Silva, que lhe dedicou o samba *Judia Rara*.

Essa entidade se manteve ativa durante oito décadas, até que, no início dos anos 70, as obras do metrô do Rio de Janeiro desapropriaram as casas onde viviam as prostitutas da área do Mangue, no centro da cidade. A sede da associação acabou sendo destruída, a despeito da reação ensaiada pelas mulheres, indignadas pela perda de seu espaço. Lamentavelmente elas não encontraram apoio na sociedade para as suas reivindicações.

A imigração finlandesa para a região do médio Paraíba do Sul se diferencia de todas as outras. Um pequeno grupo de luteranos e amantes da natureza, liderados pelo casal Toivo e **Liisa Uuskallio**, desembarcou no Rio de Janeiro, em 1927. Foram imediatamente aprender português e procurar um lugar agradável para se instalarem. Dois anos depois, em 1829, compraram dos monges beneditinos a antiga sede da fazenda Penedo, que havia originalmente sido uma das muitas propriedades de **Maria Benedita Gonçalves Martins**, a Rainha do Café. As famílias imigrantes introduziram, entre outras, a prática do artesanato feito em teares e foram co-responsáveis pela divulgação do uso da sauna em todo o país. D. Liisa abriu e administrou a primeira pousada do local, iniciando uma tradição que chegou até os dias de hoje; o comando feminino da maior parte dos empreendimentos turísticos do município. **D. Eva Hilden** fundou o Museu Finlandês na cidade, em 1982.

Segundo dados oficiais, de 1819 até 1859 migraram para o Brasil 5,3 milhões de pessoas. Não estão contabilizados nesse levantamento os milhões de africanos, trazidos forçosamente, ao longo de três séculos, para o trabalho escravo. Calcula-se que as mulheres representaram no mínimo 50% desse fluxo de imigrantes. 🍷

Aconteceu no Século XX



Cantando, dançando e pintando o panorama cultural e artístico do Rio de Janeiro



Tradicionalmente, diz-se que a história da arte e cultura no Brasil se inicia tardiamente, somente no século XVIII. Antes disso, a luta pela sobrevivência na colônia e a grande distância até a metrópole teriam criado um vazio cultural que só seria preenchido com o nascimento do barroco brasileiro. Isto só é verdadeiro para quem acredita que cultura é sinônimo de cultura européia. Mas, se, ao contrário, levar-se em conta a riqueza das tradições dos povos indígenas que aqui estavam e africanos que posteriormente chegaram, a história da cultura e das artes brasileiras passa a ser outra, bem mais antiga e, certamente, tendo as mulheres em lugar de destaque.

Infelizmente, porém, durante muito tempo, pouco reconhecimento se deu à contribuição dos costumes e das tradições tanto indígenas como africanas no Brasil. No período colonial, a chamada aculturação das populações nativas – essas, as principais visadas pela ação dos jesuítas – foi tão radical que, praticamente, eliminou suas referências na história da cultura brasileira. Restou ao menos a valorização da peculiar estética de uma variedade de utensílios e objetos utilizados por esses povos. Entre outros, os potes e vasos de cerâmica, os adornos pessoais, os cestos, as redes para pescar e dormir, as armadilhas para caça, os abanos e alguns instrumentos musicais. Em relação às mulheres, sabe-se, por exemplo, que cabia especialmente às índias preservar a tradição cantando as fações dos antepassados, acompanhadas de música e dança, daí os missionários tanto se servirem de peças de teatro como meio de catequese. Em princípios do século XVII, porém, os papéis femininos foram proibidos nos teatros da Companhia de Jesus sob a alegação de que a presença de mulheres poderia excitar os homens.

Já as tradições africanas fortificavam-se com as sucessivas vindas de navios negreiros, alcançando, assim, mesmo que gradativamente, maior penetração na incipiente cultura luso-brasileira. Apesar da perversa condição escrava, dos terríveis e sucessivos castigos sofridos e da proibição oficial de seus ritos, a população negra conseguiu, entre tantas outras contribuições, enraizar no país a sua extraordinária diversidade artística.

De fato, os manuais da história da cultura enfocam o barroco brasileiro como sendo o primeiro movimento artístico nacional, com sua arquitetura, pintura, música e escultura de cunho religioso. Nesse período encontram-se as mulheres, confinadas aos espaços do lar e da igreja, ocupando-se da decoração e da ornamentação dos altares e dos santos – com trabalhos muitas vezes realizados com ricos objetos de ourivesaria – e da organização de bailes pastoris.

Foi preciso ousadia

Em terras fluminenses, o panorama não poderia ser diferente. Foi somente a partir do século dezoito – e, sobretudo, depois da cidade do Rio de Janeiro se tornar a nova capital da colônia em 1763 – que um maior número de manifestações artísticas são registradas. Surgiram os primeiros espaços teatrais, e o mais antigo elenco profissional brasileiro de que temos notícia foi criado durante o mandato do vice-rei Luís de Vasconcelos, entre 1779 a 1790. O grupo era formado por cantores, dançarinos e comicos, e dele constavam os nomes de **Francisca de Paula, Luísa, Rosinha, Maria Jacinta e Joaquina da Lapa**, mais conhecida como Lapiinha, a contralto carioca que causou furor em Portugal, na virada do século XIX.

O regime de reclusão a que os costumes condenaram a mulher no período colonial manteve-se até princípios do século XIX, como atestam os relatos de viajan-



tes estrangeiros. A. de Saint-Hilaire conta raramente ter tido, nas suas passagens pelo Brasil, o prazer de repousar os olhos sobre um rosto feminino, tanto nas ruas quanto nas casas em que se hospedava. Apesar deste sombrio cenário, encontra-se ainda no século XVIII, em 1752, a poetisa carioca **Ângela do Amaral Rangel**, como membro da Academia dos Seletos, exclusivo salão literário da cidade do Rio de Janeiro.

Inaugurando outros cenários

A chegada da família real e de seu numeroso séquito, em 1808, provocou verdadeira revolução cultural. Nesse mesmo ano, surge o primeiro jornal publicado no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e, ao longo da primeira década da corte no Rio de Janeiro, são criadas importantes instituições como a Biblioteca Nacional. Através do decreto de 28 de maio de 1810, D. João VI reconheceu a necessidade da construção de “teatros decentes”. Com isso, em 1813 foi inaugurado o Real Teatro de São João, projetado à semelhança do Teatro São Carlos de Lisboa.

O costume das danças aristocráticas dos salões europeus instalou-se na cidade, tornando-se um dos passatempos preferidos dos palacianos. Em 1811, chegou o professor L. Lacombe para ensinar as “novas coreografias” aos cortesões cariocas. Dois anos depois, em 1813, esse mestre montou e dirigiu o primeiro espetáculo de dança clássica no país, lotando a plateia do recém erguido Real Teatro de São João. Foi também nesse palco que, em 1815, o jovem herdeiro do trono, D. Pedro, conheceu e se apaixonou perdidamente pela dançarina francesa **Noemi Thyerri**. Segundo relato da época, o termo balé só veio a ser mencionado na corte brasileira em 1821, pela inglesa **Maria Graham**.

Em 1916, desembarcava no Brasil a missão artística francesa, da qual participavam J. B. Debret, Grandjean de Montigny, os irmãos Ferrez, entre outros. Esse grupo iria constituir o núcleo principal da futura Academia de Belas-Artes, criada sob o nome temporário de Escola Real de Ciência, Artes e Ofícios e que seria oficialmente inaugurada em 1826. Sob a influência da cultura francesa representada pela missão, acelerou-se o processo que irá separar permanentemente as artes da religião.

O Rio de Janeiro manter-se-ia na liderança intelectual, cultural e econômica do país, durante todo o século XIX. Desde as primeiras décadas a população fluminense foi multiplicando-se, desembarcavam grupos



Maria Graham

MULHERES VIAJANTES

*Durante o século XIX, algumas mulheres estrangeiras passaram pelo Brasil e posteriormente registraram importantes testemunhos de suas estadias. Os escritos sobre as impressões que tiveram do cotidiano brasileiro tornaram-se fontes preciosas para o entendimento de uma época. **Maria Graham** foi a mais conhecida dessas viajantes. Por volta de 1823, morava no Rio de Janeiro, onde prestou serviços à Imperatriz Leopoldina. Além dela, outras quatro viajantes deixaram importantes manuscritos sobre o país: as francesas **Rose de Freycinet, Langlet Dufresnoy** e a **Baronesa de Langsdorff** e a austríaca **Ida Pfeiffer**.*

de imigrantes de diferentes nacionalidades, sobretudo europeus que vinham tentar a sorte no novo mundo. Nesse período, além das dezenas de professoras de música e canto que se instalaram no Rio de Janeiro, chegaram também várias companhias de ópera que aportavam na cidade para longas temporadas.

Tanta efervescência causaria mudanças na vida e no cotidiano das mulheres, que começavam a frequentar os espaços públicos, como as ruas e os teatros, e dedicavam-se à leitura, à música e ao estudo de outros idiomas.

Um brado retumbante

Nesta época era comum encontrar escravos tocando violinos em barbearias, participando das orquestras ou formando as bandas e coros das igrejas. As mulheres negras, cativas ou forras, que trabalhavam no comércio ambulante das ruas do Rio de Janeiro, anunciavam as suas mercadorias por meio de cantos e melodias, tanto em suas línguas de origem como em português. Dançavam e criavam rimas, verdadeiros jingles publicitários.

Qualquer que fosse o tema ou motivo, a população negra improvisava seus passos e sons, utilizando diferentes objetos para marcar o ritmo. Batiam palmas, assobiavam e requebravam no compasso dos atabaques e das pequenas marimbas, um instrumento africano feito com meia parte de um coco. Registros policiais afirmam que havia aglomerações de até 1.800 escravos no Campo de Santana, onde formavam grandes círculos para cantar e dançar. Em 1833, um juiz



decretou a proibição das performances, alegando que o som dos tambores atraía cativos de fazendas mais distantes. Para a felicidade e engrandecimento da cultura brasileira, a população afro-carioca continuou, apesar das perseguições, contagiando a cidade com os lundus e os batuques, que antecederam o samba.

E não parou mais...

Durante todo o período monárquico, ainda que consideradas exceções, surgiram expressões femininas de muito talento nas diversas áreas da cultura e das artes. Nas letras, entre algumas dezenas de nomes, quatro ilustram bem os registros oitocentistas: Beatriz Brandão, Ana Lossio Seiblitiz, Narcisa Amália de Campos e Julia Lopes de Almeida. Todas viveram na cidade do Rio de Janeiro, onde foram intelectuais respeitadas, e, como tantas outras mulheres da época, colaboraram também com diversos jornais, muitas vezes se servindo de pseudônimos.

A mineira **Beatriz Brandão**, autora de vários livros de poesia e de um drama encenado durante a coroação de D. Pedro I, foi cogitada, em 1850, aos 71 anos, para sócia-honorária do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, mas sofreu oposição dos escritores Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo pelo fato de ser mulher. Esses escritores sugeriram o ingresso da poetisa na Academia de Letras – “quando esta viesse a ser criada”. A fundação da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, aconteceu em 1896, tendo a escritora carioca **Júlia Lopes de Almeida** participado das reuniões preliminares, mas foi também preconceituosamente excluída da “nova” instituição. As

mulheres tiveram que aguardar mais de oito décadas até que a cearense **Rachel de Queiroz** se tornasse a primeira mulher a integrar a seleta galeria dos imortais, assumindo a cadeira de n.º 5, em 4 de novembro de 1977.

A carioca **Ana Barbosa de Lossio e Seiblitiz** se aventurou como escritora na década de 1850, depois de traduzir um texto de Corneille, autor do século XVII. **Narcisa Amália de Campos**, nasceu em 3 de abril de 1852, em São João da Barra, região norte-fluminense, de onde saiu ainda criança, mudando-se com a família para Resende. Em 1872, publicou o seu livro de poesias, o romântico *Nebulosas*, que recebeu excelentes críticas nos meios literários. Júlia Lopes de Almeida estreou nas letras em 1881, redigindo para jornais. Sua obra literária foi bastante ampla, publicou romances, contos, literatura infantil, teatro, crônicas e obras didáticas. Manteve durante mais de 30 anos uma coluna no prestigiado periódico *O País*, na qual fazia campanhas em defesa dos direitos femininos.

É importante registrar que a exclusão das mulheres dos círculos literários tradicionais teve como consequência o florescimento de uma cultura informal de vigor surpreendente. A imprensa dirigida e editada exclusivamente por elas proliferou na segunda metade do século XIX, quando se tornou espaço decisivo para as reivindicações e luta pela emancipação feminina.

No teatro, entre as dezenas de artistas que movimentaram as platéias do século XIX, destacam-se as pioneiras: **Estela Sezeffrida**, atriz e bailarina que estreou aos 12 anos, em 1822, como corista no Constitucional Fluminense, e **Maria Ribeiro**, primeira dramaturga a alcançar prestígio nos meios teatrais brasileiros.

O chamado teatro de operetas e revistas começou no Brasil por volta de 1859, com a fundação do Alcazar Lírico, onde as peças francesas – vaudevilles – foram sendo adaptadas e recriadas, assimilando outras influências. A partir de então, o teatro musicado foi transformando-se no gênero de espetáculo popular característico do Rio de Janeiro. Muitos talentos femininos foram revelados nos elencos dessas montagens. Quando a artista franco-russa **Blanche Grau** chegou em 1882, havia a chamada boêmia dourada nas noites cariocas. Funcionavam 16 cafés-concerto e 28 teatros na cidade. Tinha 19 anos de idade e, durante duas décadas, foi um dos nomes mais aplaudidos desses palcos. A carioca **Cinira Polonio** desfrutou também de muito prestígio. Além de ocupar o posto de primeira atriz na Companhia de Revistas e Burletas do Teatro São José, construiu uma carreira bastante diversificada. Foi intérprete, dona de companhias teatrais, dramaturga, compositora e maestrina.

Entre as inúmeras artistas estrangeiras que, no século XIX, elegeram o Rio de Janeiro sua cidade, destacam-se a prima-dona **Augusta Candiani** e a dançarina francesa **Maria Baderna**. Augusta, que veio em 1843 com a Companhia Italiana de Ópera, arrebatou as platéias como cantora lírica e tornou-se, pioneiramente, compositora e intérprete dos lundus e modinhas brasileiras. Maria conquistou o público carioca na década de 1850, sobretudo os rapazes, que encantados com suas performances, brigavam por sua atenção. Essas confusões perpetuaram o termo francês *baderna* na língua portuguesa.

Desde 1827, foram criadas algumas associações de amparo e estímulo aos artistas do desenho e da pintura no Rio de Janeiro. Entre estas, encontra-se o registro da Sociedade de Pintores, fundada em 1831 por **Constância Correia da Silveira**, em sua residência, na rua dos Pescadores. Entretanto, as artes plásticas ganharam impulso com os salões da Academia Real, mais tarde Escola Nacional de Belas Artes. O imperador D. Pedro II era entusiasmado amante da pintura e desde que subiu ao trono, em 1840, as exposições tornaram-se constantes. Décadas depois, as cariocas **Abigail Andrade** e **Ana da Cunha Vasco** conquistavam o reconhecimento de seus talentos. Abigail conseguiu expor, com sucesso de crítica, nos Salões de Belas-Artes de 1884 e 1885. A aquarelista Ana da Cunha Vasco estreou, com 13 trabalhos, na Exposição Geral de Belas Artes de 1898, voltando a participar nas sete mostras seguintes, sempre com telas que registravam os bairros e recantos pitorescos do Rio de Janeiro.

Na música, **Luísa Leonardo** e **Amélia de Mesquita** foram dois dos grandes talentos cariocas do período pré-republicano. Menina prodígio, Luísa Leonardo,



Chiquinha Gonzaga

Nair de Tefé

em 1867, aos oito anos de idade, deu seu primeiro concerto ao piano diante do imperador, que, entusiasmado, concedeu-lhe uma bolsa de estudos para a Europa, onde ela exerceria a sua carreira de musicista e compositora. Voltou ao Brasil em 1885, mas desiludindo-se com o meio musical do país, tornou-se atriz, escritora e jornalista. Amélia de Mesquita, também pianista e compositora, além de organista, completou seus estudos em Paris, e, de volta ao Rio de Janeiro, em 1886, com vinte anos de idade, acompanhou as principais orquestras da época, apresentando-se nas salas de concerto da cidade sob a regência de importantes maestros.

Francisca Edwiges Neves Gonzaga, Chiquinha Gonzaga, nasceu em 17 de outubro de 1847, no Rio de Janeiro. Sua obra representou um divisor de águas na música brasileira. Escreveu dezenas de partituras teatrais, operetas, revistas e compôs cerca de 2.000 peças. Entre vários sucessos, foi autora do marco da música carnavalesca, *Oh, abre alas*, feita para o cordão Rosa de Ouro, em 1899.

Certamente a carioca **Nair de Tefé** encarnou exemplarmente o espírito do século que estava para começar. Além de ter sido a primeira caricaturista brasileira – assinava Rian, anagrama de seu prenome –, cantava, escrevia e atuava, tendo formado a Troupe Rian. Com 27 anos de idade, em 1913, casou com o presidente Hermes da Fonseca, tornando-se primeira dama do país. Quebrou protocolos e scandalizou os meios políticos, ao introduzir a música popular e o teatro nos saraus dos Palácios do Catete e do Rio Negro. Em 1927, morando em Petrópolis, ingressou na Associação de Ciências e Letras, atual Academia Petropolitana de Letras, da qual foi presidente de 1928 até 1932. Ao retornar para o Rio de Janeiro, fundou o Cinema Rian, na Praia de Copacabana. Faleceu no dia em que completava 95 anos de idade, em 10 de junho de 1981.



Júlia Lopes

Narcisa Amália

Augusta Candiani

Estela Sezeffrida

Blanche Grau

MARIA RIBEIRO

Maria Angélica de Sousa Rego nasceu em 1829, em Angra dos Reis. Aos 14 anos de idade, casou-se com seu professor de desenho, o cenógrafo João Caetano Ribeiro. Já nessa época colaborava com algumas revistas, adotando o pseudônimo de Nenia Silvia. Em 1855, escreveu a primeira das mais de vinte peças que compõem sua obra dramática. Os temas principais dos textos de Maria Ribeiro são a emancipação feminina e a abolição. Posicionou-se a favor da ideia de que o desquite não significaria a perda das virtudes femininas e defendeu com muito sentimento a causa das mulheres negras escravizadas. Pioneira da dramaturgia nacional, estreou com o texto “Gabriela”, em 1863, apresentada no Ginásio Dramático, um dos mais importantes teatros do Rio de Janeiro na época. Dois anos depois alcançou o sucesso com a peça abolicionista “Cancros Sociais”, encenada no mesmo teatro. Foi aplaudida calorosamente pelo público e pela imprensa, merecendo os melhores comentários de Machado de Assis. A partir daí, Maria Ribeiro transformou-se numa autora de muito prestígio no meio teatral, como até então nenhum outro nome feminino o fora. Faleceu com 51 anos, no Rio de Janeiro, em 1880.

Cândida Terra Ruckert nasceu em Cabo Frio, no dia 20 de dezembro de 1908, filha de Rosalina Trindade e Antonio Garcia Terra, líder político da região. Aos 16 anos iniciou sua carreira como atriz e cantora lírica. Cândida ficou conhecida como uma mulher a frente de seu tempo, principalmente para uma cidade do interior. Uma de suas primeiras facetas, bastante censurada, foi aparecer fumando em cena, num espetáculo teatral. Como se nada a incomodasse, em 1926, com a chegada da primeira agência Ford em Cabo Frio, ganhou do pai um automóvel e, pioneiramente, passou a dirigir pela cidade. Cândida foi também a primeira mulher a usar maiô na praia do Forte. Por essas atitudes foi muito criticada e discriminada pela sociedade local. Os comentários nunca a intimidaram, ao contrário.

Sempre atuante, fundou vários ranchos carnavalescos, criou o “Bloco da Candinha” e organizou desfiles de carnaval pela cidade. Dona Cândida faleceu em 1998, dois anos após o “Solar Vila Cândida”, construído por seu pai em sua homenagem, ser demolido.



Joanidia Sodré



Magdalena Tagliaferro



Georgina de Albuquerque



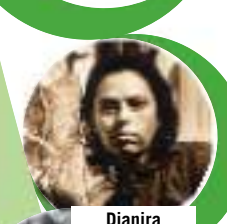
Bidu Sayão



Márcia Haydee



Lygia Clark



Djanira



Hermínia Nogueira Borges

“A vida só é possível se reinventada....” Cecilia Meireles

O século XX, não por acaso, é chamado o século das mulheres. Com o passar das décadas, elas foram conquistando novos espaços de expressão e participação na vida pública, tendo as artes constituído um dos principais caminhos emancipatórios. Os talentos femininos projetaram-se, e não foram poucas as que questionaram os cânones vigentes, impulsionando verdadeiras revoluções nos hábitos e costumes das brasileiras.

As diversas manifestações culturais: canto, dança, teatro, literatura, artes plásticas, fotografia, cinema e, sobretudo, a música e a televisão – esta, a partir dos anos cinquenta – ganharam cada vez mais lugar de destaque no cotidiano de todos os segmentos sociais, além de determinarem boa parte da imagem do Brasil no mundo. Seja qual for o gênero ou modalidade de apreciação artística, as mulheres fluminenses brilharam e criativamente assinaram importantes capítulos da memória cultural do país, contribuindo decisivamente para a formação da identidade nacional.

Apesar dos inúmeros acervos e documentos disponíveis, seriam necessários anos, talvez décadas, de investigações e pesquisas aprofundadas para contextualizar e revelar satisfatoriamente as vidas e trajetórias das artistas que participaram da construção do amplo e diversificado mosaico cultural brasileiro no século XX. No entanto, entre as centenas de talentos femininos, é preciso, mesmo que telegraficamente, registrar alguns nomes do Rio de Janeiro. Das fluminenses por nascimento ou por opção, destacam-se:

Na música clássica: **Joanidia Sodré**, musicista, regente e compositora que tornou-se a primeira mulher a dirigir o Instituto Nacional de Música, de 1946 a 1960; **Magdalena Tagliaferro**, pianista petropolitana que conquistou grandes platéias no mundo; **Cleofe Person de Matos**, musicóloga e regente, que é considerada uma referência para os estudiosos da música. No canto lírico, as divas: **Vera Janacopoulos**, **Gina Araújo**, **Carmem Gomes** e **Bidu Sayão**, que desde menina foi apelidada de “Pequeno Rouxinol”.

Nas artes plásticas: **Regina Veiga**, que desde 1907, expunha constantemente nos Salões Nacionais de Belas Artes. Dedicou-se especialmente a pintura de nus, causando um certo constrangimento nos críticos e público das galerias da época. **Georgina de Albuquerque**, primeira mulher a ocupar a direção da Escola Nacional de Belas Artes, de 1952 a 1954. Das gerações seguintes: **Djanira**, **Fayga Ostrower**, **Ligia Clark** e **Anna Bella Geiger**. Na escultura: **Adriana Janacopoulos**, auto-

ra de diversos monumentos e bustos que embelezam o cenário urbano carioca. **Margarida Lopes de Almeida**, que além de escultora, foi considerada a maior expressão nacional na arte de declamar, tendo recebido, entre outras condecorações, a *Legion d'Honneur* da França.

A figura feminina de maior destaque na fotografia artística do país foi sem dúvida **Hermínia Nogueira Borges**, que filiou-se ao Photo Club Brasileiro, na década de 1920. As vestimentas tornaram-se arte pelas mãos criativas das precursoras do estilismo brasileiro, **Mena Fiala** e **Zuzu Angel**.

A jornalista **Eugênia Moreira** e seu marido, impregnados pelas aspirações que eclodiram na Semana de Arte Moderna, iniciaram no Rio de Janeiro um movimento de renovação do teatro brasileiro. Em 1927, fundaram o Teatro de Brinquedos, o qual estava voltado para montagens de autores nacionais. De 1936 a 1938, Eugênia presidiu a Casa dos Artistas. Ainda nesse período, começou a implantar um projeto que visava a popularização do teatro, conseguindo

levar várias peças para os subúrbios cariocas, percorrendo depois outras cidades do país. Faleceu aos 50 anos de idade, em 1948 – ano em que surgia a célebre companhia do Teatro Brasileiro de Comédia – TBC.

Nem o mais extenso dos palcos ou a mais ampla das telas poderia conter a totalidade das grandes intérpretes, como **Alda Garrido**, **Dercy Gonçalves**, **Dulcina de Moraes**, **Bibi Ferreira**, **Elza Gomes**, **Ruth de Souza**, **Tônia Carreiro**, **Fernanda Montenegro**, **Chica Xavier...as muitas Evas**, **Cacildas**, **Marias**, **Henriethes**, **Cleydes**, **Rositas**, **Odetes**, **Nathalias**, **Beatrizes**, **Maras**, **Virgíncias**, **Leas**, **Carmens**, **Célias**, **Zilkas**, **Elianas**, **Lolitas**, **Glórias**, **Teresas**, **Nicetes**, **Lauras**, **Lilians**, **Aracis**, **Arletes**, **Rosas**, **Jonas**, **Joanas**, **Zezés**, **Dinas**, **Reginas**, **Sônias**, **Renatas**, **Marílias**, **Beths**, **Lucélias**, **Suzanas...** e muitas, muitas outras atrizes que talentosamente incorporaram as alegrias e sofrimentos do cotidiano brasileiro. Entre as dramaturgas que compuseram as cenas, está **Maria Clara Machado**, que além de atriz e autora inspirada, fundou o Tablado na década de 1950, espaço que se transformou numa das mais impor-



MULHERES DE BRONZE

Através da tese *Mulheres de Bronze*, da jornalista e pesquisadora Mariana Varzea, é possível constatar que as estátuas de mulheres são em número infinitamente menor do que as dos homens, na cidade do Rio de Janeiro. As únicas personagens femininas contempladas pelo poder público formam um modesto conjunto composto por apenas dez obras de arte: sete bustos e três estátuas. São elas: **Ana Amélia Carneiro de Mendonça** - Praça Ana Amélia no Castelo, onde foi construída sob sua direção a Casa do Estudante do Brasil. **Ana Nery** - Praça Ana Nery, em frente ao Hospital da Cruz Vermelha, na Lapa, que a tomou como símbolo em suas campanhas assistenciais. **Carmen Gomes** e **Vera Janacopoulos**, cantoras líricas que se encontram na Praça Paris. **Julia Lopes de Almeida** e **Chiquinha Gonzaga** reinantes no Passeio Público, primeiro espaço no Rio de Janeiro destinado aos vultos artísticos. **Clarisse Índio do Brasil**, primeiramente nos jardins da Glória e depois no Largo dos Leões, no bairro onde vivia a aristocracia carioca da “belle époque”, da qual foi uma estrela. **Carmen Miranda**, inicialmente no Largo da Carioca num local chamado o Tabuleiro da Baiana. Mais tarde o busto foi removido para engraçar a rua com seu nome na Ilha do Governador. Imperatriz **Leopoldina** - Quinta da Boa Vista, em frente ao palácio onde morou com a sua família, e **Zuzu Angel**, em São Conrado, onde perdeu a vida em um acidente de caráter duvidoso.

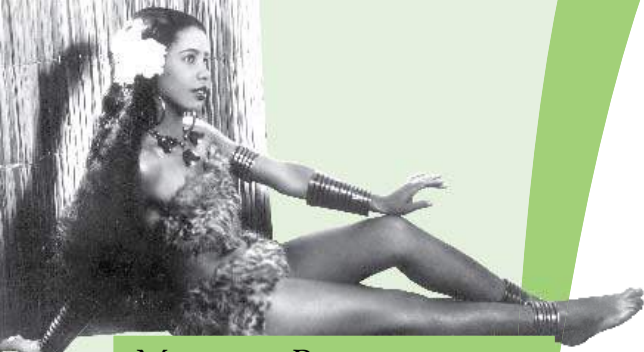


Ana Amélia Carneiro de Mendonça

Vera Janacopoulos

Carmen Miranda

Clarisse Índio do Brasil



MERCEDEZ BAPTISTA

A bailarina Mercedes Ignácia da Silva Krieger foi a primeira mulher negra a fazer parte do corpo de baile do Teatro Municipal, ingressando através de concurso, em 1947. Menina pobre, teve que enfrentar, desde muito cedo, toda sorte de obstáculos para conseguir realizar parte do seu sonho maior, dançar. Adotou o nome de Mercedes Baptista e seguiu lutando corajosamente contra os preconceitos.

Na década de 1950, sua carreira deu uma guinada quando da vinda da mestra norte-americana Katherine Dunham ao Brasil. Mercedes ganhou uma bolsa de estudos dessa professora, indo viver em Nova York, onde se dedicou às danças de origem africana durante dois anos.

Ao voltar para o Rio de Janeiro, reintegrou-se ao Teatro Municipal, porém, sentindo-se excluída, decidiu divulgar e promover o que havia aprendido nos Estados Unidos. Abriu sua própria escola, Academia de Danças Étnicas Mercedes Baptista, tornando-se grande precursora da dança afro no Brasil. Em suas coreografias utilizou diferentes ritmos do folclore brasileiro, como o maculelê, o maracatu, o samba e o forró. Montou inúmeros espetáculos baseados nas lendas africanas, nos quais através dos passos dos orixás resgatava a grandiosidade da cultura negra. D. Mercedes esteve a frente de sua Academia até 1997, quando foi obrigada a parar por problemas de saúde.

tantes escolas de formação em teatro no Rio de Janeiro. A crítica teatral conta com o olhar, a escuta e as observações de **Bárbara Heliodora**.

As mestras russas foram co-responsáveis pela formação de grandes estrelas da dança no Brasil. A precursora foi **Maria Olenewa**, que vendeu suas jóias para financiar, em 1927, as primeiras instalações para o ensino de balé no país, a Escola de Danças Clássicas do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, oficializada somente em 1936. Seguiram-na **Tatiana Leskova**, **Eugenia Feodorova** e **Nina Verchinina**. **Eros Volusia**, foi certamente uma das maiores expressões da dança brasileira. Na década de 1930, começou a revolucionar os cânones vigentes em sua arte e inovou ao criar coreografias próprias. Outra bailarina que se dedicou a pesquisas de lendas brasileiras foi **Felicitas**. Viveu anos com os indígenas e, em 1948, criou o “1º Ballet Folclórico do Brasil”, composto para dançarinas(os) negras(os). Entre as muitas bailarinas fluminenses que tiveram seu talento projetado internacionalmente: **Marcia Haydée**, **Berta Rosanova**, **Dalal Achcar**, que fundou a Associação de Balé do Rio de Janeiro, em 1956, e **Ana Botafogo**.

Na década de 1950, surge nas noites cariocas a Bossa Nova, que consagra **Silvinha Telles** e **Nara Leão**. Ao mesmo tempo que o estúpido cupido do rock à brasileira, chegava no balanço da paulista **Celi Campelo**. Já nos anos 60, começam a soar os tons baiano-cariocas do Tropicalismo, projetando **Maria Betânia** e **Gal Costa**.



Ainda nesse período, estréiam **Nana Caymmi**, **Baby Consuelo** e **Clementina de Jesus**, com seus 64 anos de idade. Os microfones fluminenses continuaram a embalar as gerações seguintes. Entre tantas e outras vozes e versos femininos revelados, estão a alma de **Angela Rô Rô** e o soul de **Sandra de Sá**.

Através das letras, elas se multiplicaram e reinventaram vidas. Com a palavra: **Julia Cortinez**, **Gilka Machado**, **Carolina Nabuco**, **Ana Amélia Carneiro de Medonça**, **Cecília Meirelles**, **Adalgi-**



Alda Garrido

za **Nery**, **Lúcia Miguel Pereira**, **Clarice Lispector** e **Néida Piñon**, que em 1996 tornou-se a primeira e única mulher a ocupar a presidência da Academia Brasileira de Letras. Da geração de 1970, **Ana Cristina César**.

Estas são algumas daquelas que utilizaram as suas artes para manifestar os mais diversos sentimentos, revelar a beleza e expressar criativamente o tempo em que viveram. 🌸

LIA MITTARAKIS

Lia Mitarakis, nasceu a 28 de julho de 1934, no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, de onde saiu ainda criança para ir morar em Paquetá. Descendente de gregos, perdeu a mãe aos 2 anos de idade e o pai aos 10. Foi criada pelos avós maternos, sendo educada em regime de internato num colégio de freiras espanholas. Aos onze anos, começou a pintar, atividade que iria consagra-la. Seus primeiros trabalhos foram painéis de fundo de altar, cortinas de sacrário, santinhos de pergaminho e as telas já retratavam Paquetá, referência constante em sua obra.

Em 1964, ficou viúva e as necessidades financeiras levou Lia a resgatar seu talento e criatividade da infância. Foi vendendo seus quadros nas ruas e depois no pequeno atelier, que criou e educou suas duas filhas: Magda e Mariângela. Ainda nesta década, foi descoberta por um marchand inglês, que lhe propôs um contrato, no qual ela receberia mensalmente por sua produção artística. Fez sua primeira exposição no exterior, em 1969, na mostra “Artistas Primitivos”, em Bratislava.

A partir de então, foi gradativamente alcançando o reconhecimento de sua arte e seus quadros foram sendo incluídos em importantes acervos, como: do Museu do Vaticano, Museu de l’lle de France, Museu de Milão, Museu de Belas Artes – Rio de Janeiro, Palácio de Mônaco, Instituto Brasileiro do Café – Nova Iorque, Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil, Organização das Nações Unidas – ONU e coleções particulares espalhadas pelo mundo.

Lia levou cinco anos para concluir o maior quadro de arte primitiva do mundo – quatro por sete metros – o qual representa toda a cidade do Rio de Janeiro, onde a tela está exposta no Museu de Arte Naïf do Brasil, no Cosme Velho. Essa carioca, paquetaense de coração, chegou à capa da revista Time Internacional, feito conquistado apenas por cinco grandes artistas plásticos do mundo.

Vítima de diabetes, já quase sem visão, pintou sem a precisão de detalhes, o seu último quadro, no qual retratou a Festa de São Roque, a mais tradicional da Ilha de Paquetá. Faleceu aos 64 anos de idade, em março de 1998.



O Bello Sexo fará o bairro ou o bairro fará o Bello Sexo? Caricaturas de J. de Mendonça - 1910



CONFETES E SERPENTINAS DE UM CARNAVAL QUE PASSOU...

Nas primeiras décadas setecentistas, os colonizadores portugueses introduziram no país os festejos quaresmais, denominados “**entrudos**”, nos quais as pessoas, sobretudo a população que transitava diariamente pelas ruas, se emporcalhavam mutuamente, jogando água e farinha umas nas outras. Ao longo dos séculos, essas manifestações urbanas foram transformando-se no célebre carnaval brasileiro da atualidade.

Em meados do século XIX, parte da sociedade reivindicava brincadeiras carnavalescas menos agressivas e sem muita sujeira. Foi então que em 1840, a proprietária de um Hotel no Rio de Janeiro promoveu o primeiro baile de carnaval da cidade, popularizando as sofisticadas festas de máscaras realizadas somente para a nobreza durante o primeiro reinado. As cadências que animavam o salão eram as polcas, mazurcas, valsas e o maxixe, único ritmo tipicamente brasileiro tocado nas festas. Em 21 de fevereiro de 1846, a atriz e cantora italiana **Clara Delmastro** organizou um bem-sucedido baile a fantasia no Teatro São Januário. Compareceram mais de mil casais de foliões mascarados e durou até altas horas da madrugada. O sucesso desse evento transformou definitivamente o conceito dos festejos de carnaval. A partir dessa época as mulheres “de família”, até então proibidas de participar dos entrudos, marcaram presença nos bailes cariocas.

AS PARTEIRAS DO SAMBA

No começo do século XX, o célebre matriarcado da comunidade negra reunia talento, fé e criatividade nas imediações da Praça Onze. Algumas senhoras baianas, chamadas de tias, moravam em casarões, onde promoviam festas que chegavam a durar uma semana. Eram bailes nas salas de visita, samba de partido alto nos fundos e batucadas nos terreiros.



D. Ivone Lara



D. Zica



D. Neuma

Essas senhoras exerciam uma liderança decisiva no cotidiano da comunidade afro-carioca. Entre elas: **Tia Gracinda**, **Tia Sadata**, que foi a fundadora do Rancho da Sereia, **Tia Dadá**, **Tia Amélia** e **Tia Presciliana**. Dessas senhoras, a mais conhecida e reverenciada foi **Hilária Batista de Almeida**, Tia Ciata, que chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1870, com 20 anos de idade. Os estudiosos afirmam que foi em sua casa que nasceu o samba carioca.

O primeiro desfile de escolas de samba, ainda extra-oficiais, aconteceu em 1932, na Praça Onze. Trinta anos depois, em 1962, após várias mudanças de endereço, aportou na Av. Rio Branco, onde pela primeira vez foram montadas arquibancadas e colocados à venda ingressos para cerca de 3.500 pessoas. Em 1984, a Passarela do Samba foi inaugurada, transformando-se no lugar definitivo para os desfiles cariocas.

E SAIRAM POR AÍ...

Do coração dos núcleos de criação do carnaval surgem duas compositoras, também cantoras: **D. Ivone Lara**, que em 1947 tornou-se a primeira mulher a compor um samba enredo, e **Lecy Brandão**.

A Estação Primeira de Mangueira celebrou duas de suas lideranças: **Neuma Gonçalves** e **Euzébia Silva Nascimento** - Zica, que além de desenvolverem importantes trabalhos sociais na comunidade, escreveram seus nomes em verde e rosa na história do carnaval carioca.

A carnavalesca **Rosa Magalhães** é a responsável pela conquista de cinco títulos de campeã para Imperatriz Leopoldinense.

As escolas de samba do Rio de Janeiro, sobretudo a partir dos anos 90, realizam, em duas noites por ano, um dos maiores espetáculos da terra. São cerca de 50.000 foliões, entre mulheres e homens, que desfilam para uma platéia de milhares de pessoas, sendo vistos por dezenas de milhões de telespectadores, tanto no Brasil como em várias outras partes do mundo.

ENTRE COBRAS E LAGARTOS

A capixaba **Dora Vivacqua** nasceu em 1917, numa família numerosa, rica e influente. Aos 15 anos de idade, perdeu o pai assassinado. A partir daí, amargou inúmeros conflitos familiares, sendo assediada por um dos cunhados e internada por duas vezes em hospitais psiquiátricos. Sua mãe, irmãos e irmãs não suportavam o temperamento livre de Dora. Em 1937, foge para o Rio de Janeiro, onde juntou-se ao seu amante, que havia conhecido em estada anterior. O casal vivia no glamour da alta sociedade carioca e, entre algumas atividades, ela passa a frequentar a academia de dança de Eros Volúcia. Decidida a ser artista, criou uma performance sensual com serpentes e estreou no Circo Pavilhão Azul, apresentando-se também em outras lons nos subúrbios cariocas. Apesar dos teatros não aceitarem o tipo de espetáculo que Dora fazia, o interesse do público aumentava, todos queriam ver a mulher que dançava nua com as cobras. Nessa fase adotou o pseudônimo Luz del Fuego, nome de um batom argentino recém lançado na época. Em 1947, publicou a autobiografia “Trágico Black-Out”, na qual criticou veementemente a sociedade, que ela julgava conservadora e hipócrita.

Nos anos 50, Luz del Fuego tornou-se a atração maior do carnaval carioca. Resolveu tentar a política, candidatando-se pelo Partido Naturalista Brasileiro, que nem ao menos era registrado. Os únicos resultados colhidos com essa empreitada foram os escândalos e as multas que pagou por atentado ao pudor, pois fazia comícios seminua nas escadarias do Teatro Municipal. Montou sua própria companhia teatral e publicou seu segundo livro, “A Verdade Nua”, com o qual fez mais inimizades. Apesar dos fortes protestos da igreja católica, montou na Ilha do Sol, na Baía de Guanabara, o primeiro clube de nudismo da América Latina. Recebeu a visita de várias personalidades internacionais, em sua fase áurea, de 1956 a 1961, chegou a ter 240 afiliados.

Entrou em decadência e foi assassinada por dois pescadores em 1967, tendo um deles dito à imprensa: “Aquela puta preferiu me escorraçar a receber os meus carinhos.”



Luz del Fuego

AS TRÊS MOSQUETEIRAS NA DEFESA DAS ARTES

Laurinda Santos Lobo, **Laura Alvim** e **Gabriela Bezanconi Lage**, três mulheres com histórias semelhantes. Foram verdadeiras locomotivas culturais do Rio de Janeiro, promoviam inesquecíveis saraus e apoiavam artistas e intelectuais das primeiras décadas do século XX.

O cronista João do Rio a chamou de Marechala da Elegância, pois Laurinda era o símbolo do bom gosto e exuberância na belle époque carioca. Detentora de um elevado prestígio social e político, atuou tanto na promoção das artes, quanto na defesa dos direitos das mulheres. Sua residência, no bairro de Santa Teresa, foi um ponto de encontro das celebridades daquele período. Atualmente, a mansão abriga o Centro Cultural Laurinda Santos Lobo.

Em 1900, nascia Laura Alvim, filha de uma influente família carioca. Tentou seguir a carreira artística, porém, a oposição dos pais e os fortes preconceitos da época impediram-na de subir aos palcos. Diante dessas pressões, decidiu transformar sua casa em uma espécie de teatro, onde além de se apresentar, promovia grandes festas de apoio aos “novos” talentos. Aos 83 anos de idade, cinco meses antes de falecer, doou ao estado do Rio de Janeiro seu casarão na Av. Vieira Souto, em Ipanema. Com isso, oficializou seu antigo desejo de fundar o Centro Cultural Laura Alvim, que atualmente representa um dos pólos de difusão de arte e cultura da cidade.

Nos anos 20, a contralto Gabriela Bezanconi Lage recebeu uma prova de amor de seu marido, Henrique Lage, que construiu um palacete para ela em sua chácara, no bairro do Jardim Botânico. Gabriela fundou ali, em 1936, a Sociedade do Teatro Lírico Brasileiro. Durante as duas décadas seguintes, promoveu regularmente festas e saraus espetaculares na mansão. Faleceu em Roma, aos 72 anos de idade. Em 1966, foi regulamentada a transferência do antigo Instituto de Belas Artes – atual Escola de Artes Visuais – para o local, que passou a se chamar Parque Lage, considerado um dos mais belos cenários do Rio de Janeiro.



Laurinda Santos Lobo



LOTA DE MACEDO SOARES

Nascida em 1910, em Paris, na França, era filha de uma ilustre família fluminense. Lota teve uma educação aprimorada e foi autodidata em urbanismo. Conhecendo de perto o bom gosto e o talento de Lota para a concepção de espaços públicos, e cumprindo uma promessa de campanha, Carlos Lacerda, governador do então estado da Guanabara, nomeou-a, em 20 de janeiro de 1961, para assessorar, sem ônus para o governo, o Departamento de Parques da Secretaria-Geral de Viação e Obras e a Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan). Coube a Lota a responsabilidade de projetar a urbanização das áreas decorrentes do aterro do Flamengo e de Botafogo, hoje um dos mais belos cartões postais do Rio de Janeiro.

Rompendo com os preconceitos de sua época, viveu vários anos com a poetisa norte-americana Elisabeth Bishop. Após uma ruptura desse relacionamento, viajou para Nova York, na tentativa de uma reconciliação, e lá faleceu, em 27 de dezembro de 1967, em circunstâncias mal esclarecidas.

LEILA DECRETOU A LIBERDADE

Leila Diniz nasceu em 25 de março de 1945, em Niterói. Com poucos meses de vida ficou órfã de mãe e com 15 anos resolveu sair de casa, indo trabalhar como professora de pré-primário para sobreviver. Foi casada duas vezes e mãe de uma única filha. Estreou como atriz no teatro e fez parte do elenco da TV Globo, onde trabalhou em doze novelas, alcançando projeção nacional com alguns de seus personagens. No cinema atuou em 14 filmes, transformando-se na musa do Cinema Novo.

Viveu a efervescência cultural e política dos anos 60 e defendeu sobretudo a liberdade. Com sua peculiar autenticidade enfrentou, sem levantar bandeiras, os preconceitos de sua época. Abordava os temas tabus com muita espontaneidade, falava palavrões publicamente e posicionava-se abertamente sobre questões políticas e sexuais.

Em 1969, abriu o verbo numa entrevista ao irreverente jornal "O Pasquim". A repercussão desta matéria fez com que Alfredo Buzaid, ministro da justiça de então, criasse a lei de censura prévia, apelidada de decreto Leila Diniz. Ainda por esse motivo, foi perseguida pelos militares e excluída dos elencos televisivos.

Aos 27 anos de idade, em 1972, viajou para o festival de Adelaide na Austrália, onde foi receber o prêmio de melhor atriz pelo filme "Mãos Vazias". Faleceu quando voltava para o Brasil, o avião em que estava explodiu nas cercanias de Nova Délhi.

LUZ, CÂMARA E BATOM

A primeira sessão de cinema no Brasil ocorreu no Rio de Janeiro, numa pequena loja na rua do Ouvidor, a 8 de julho de 1896. A exibição do omniographo, aparelho que imitava o cinematógrafo inventado pelos irmãos Lumière um ano antes em Paris, encantou o público carioca, que prestigiou a exibição de imagens animadas e sonorizadas. A partir de então, as fluminenses esperaram mais de três décadas até passarem para trás das câmaras. Um breve retrospecto da carreira de algumas cineastas permite que se entreveja a trajetória feminina na direção de filmes.

A participação das mulheres, sempre presente nas telas, destaca-se nos bastidores pela atuação de **Cleo de Verberena**, atriz e diretora de "O mistério do dominó negro", de 1930, e Carmem Santos, uma das mais atuantes personagens femininas do cinema brasileiro.

A portuguesa **Carmem Santos** (1904-1952) veio ainda criança para o Rio de Janeiro, onde tornou-se atriz e atuou em importantes filmes no período do cinema mudo, participando ainda, ao lado de Adhemar Gonzaga, Pedro Lima, Humberto Mauro e outros, da luta pela implantação de uma indústria de cinema no país. Na década 1930, Carmen Santos produziu longas metragens, documentários e jornais de atualidades, além de construir um dos primeiros estúdios do país, a Brasil Vita Filmes. Dirigiu a superprodução "Inconfidência Mineira", interpretando também o papel de Marília de Dirceu, lançada em 1948.

Na década de 40, surgiu a célebre **Gilda de Abreu** (1904-1979), que estudou no Conservatório Nacional de Música, no Rio de Janeiro, tornando-se cantora lírica. Aos vinte e dois anos, em 1926, estreou como atriz em "Bonequinha de seda", de Oduvaldo Vianna. Ela escreveu o argumento do filme "Chico Viola não morreu" e teve seu romance "Mestiça" transposto para as telas do cinema por Lenita Perroy, em 1973. Em 1946, dirigiu o cantor Vicente Celestino, seu marido, no filme "O ébrio", um dos maiores sucessos do cinema brasileiro de todos os tempos. Ela dirigiria mais dois longas metragens, "Um pinguinho de gente", de 1949, e "Coração Materno", em 1951, e o curta-metragem "Canção de amor", de 1977, sobre a carreira de Vicente Celestino.

Norma Bengell começou como cantora e dançarina do teatro de revista, nos famosos shows produzidos por Carlos Machado no Rio de Janeiro. Com vinte e quatro anos de idade estreou como atriz no filme "O homem do Sputnik", em 1959. Nos anos seguintes, participou de diversos longas e projetou-se internacionalmente por sua atuação

no premiado "O pagador de promessas" de Anselmo Duarte, indo trabalhar no cinema italiano, entre 1962 e 1964. De volta ao Brasil, continuou nas telas, sendo dirigida por cineastas consagrados como Gláuber Rocha. A partir de 1979, realizou alguns curtas documentários e dirigiu seu primeiro filme, "Eternamente Pagu", em 1987; seu segundo longa-metragem foi "O guarani", em 1996, adaptação da obra de José Alencar.

Atriz e diretora carioca, **Carla Camuratti** estreou cedo como atriz na televisão. Em 1981, aos vinte e um anos de idade, fez sua primeira participação no cinema, atuando no filme "O olho mágico do amor", com o qual conquistou o prêmio de melhor atriz coadjuvante no Festival de Gramado. Seis anos depois, na mesma competição, recebeu o Kikito de melhor atriz por seu trabalho em "Eternamente Pagu". Nesse mesmo ano, realizou o curta "A mulher fatal encontra o homem ideal", obtendo o prêmio de melhor direção na categoria no Festival de Brasília. Dirigiu seu primeiro longa em 1994, "Carlota Joaquina", princesa do Brasil, considerado um marco do ressurgimento do cinema nacional, alcançando mais de um milhão de espectadores; em seguida, ela dirigiu a ópera "La serva padrona", em 1997, e "Copacabana", em 2001, uma visão romântica do famoso bairro sob a ótica de um velho morador.

A produção feminina de cinema das últimas décadas vem se diversificando. Nesse conjunto, tem lugar para as mais distintas vertentes, dos filmes engajados, como o biográfico "Que bom de ver vida", de 1989, de **Lúcia Murat**, um contundente documento sobre mulheres torturadas pela ditadura militar e os documentários de **Tetê Moraes** sobre a saga de uma mulher em meio ao movimento dos sem-terra – "Terra para Rose", de 1987, e "O Sonho de Rose", de 2000; às comédias românticas como "Pequeno Dicionário Amoroso", de 1996, e "Amores Possíveis", de 2000, de **Sandra Werneck**, e o "O casamento de Louise", de 2000, de **Betse de Paula**.

O surgimento das novas tecnologias digitais vem ampliando as oportunidades de inserção das mulheres na produção audiovisual, permitindo que elas ocupem hoje, sem distinção, os mais variados postos técnicos, artísticos e de gerência, no cinema, na publicidade e na televisão.



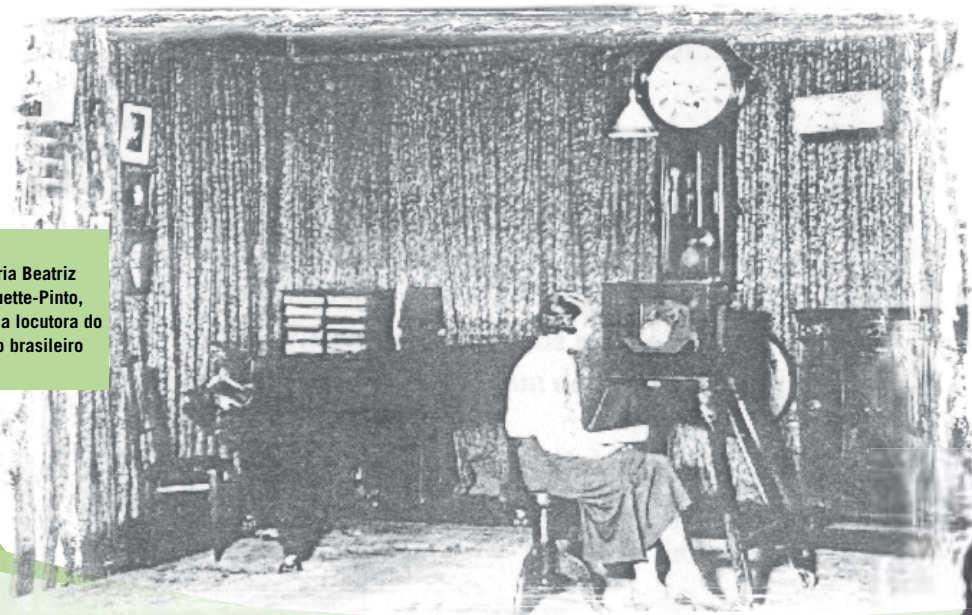
Carmem Santos

Gilda de Abreu



Norma Bengell

Maria Beatriz Roquette-Pinto, primeira locutora do rádio brasileiro



MULHERES DO RÁDIO

A primeira transmissão oficial de rádio no Brasil aconteceu no dia 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do centenário da independência. Uma estação instalada pela Westinghouse Electric Company colocou no ar o discurso inaugural do presidente da república Epitácio Pessoa. Em seguida, a população fluminense que se encontrava próxima a um dos aparelhos espalhados pelas praças públicas do Rio de Janeiro, Niterói e Petrópolis ouviu maravilhada a execução da ópera “O Guarany”, transmitida diretamente do Teatro Municipal.

Nos anos seguintes, foram inauguradas as primeiras emissoras do país, que tinham uma programação erudita e educativa. Pouco a pouco, a música clássica foi sendo substituída e o rádio transformou-se no maior veículo de difusão da música popular.

Entre as mulheres que informaram diferentes gerações, encontra-se a carioca **Maria Beatriz Roquette-Pinto**, primeira locutora de rádio no país.

Já no início dos anos 30, as várias emissoras do Rio de Janeiro disputavam a preferência dos ouvintes brasileiros e, ao longo de três décadas, revelaram e ajudaram a consolidar a carreira de grandes vozes femininas. Entre as dezenas de cantoras, destacam-se: **Araci de Almeida, Aurora Miranda, Marília Batista, Elisete Cardoso, Helena de Lima, Claudete Soares e Zilda do Zé**, que também compunha.

A pequena notável **Carmem Miranda** representou um capítulo a parte na história das divas brasileiras. Nasceu em Portugal e veio com apenas

Marília Batista



Dolores Duran



dois anos de idade, em 1911, para o Rio de Janeiro. Começou a cantar nas rádios cariocas em 1929 e, na década de 1940, transformou-se em um mito internacional ao conquistar Hollywood com seus múltiplos talentos.

A cantora **Zézé Fonseca** estreou na rádio Philips, em 1932, no “Programa Casé”, um dos mais populares da época. Tornou-se uma das pioneiras das radionovelas, considerada a melhor radioatriz durante décadas.

Em 1937, **Linda Batista** foi eleita a primeira Rainha do Rádio, mantendo o título por 11 anos, até 1948, quando passou a coroa para sua irmã **Dircinha Batista**. O primeiro programa de auditório, o “Caixa de perguntas”, estreou em agosto de 1938 e, nas décadas seguintes, transformou-se numa verdadeira coqueluche. O sucesso foi tão grande que algumas rádios começaram a cobrar ingressos, o que serviu também para selecionar a platéia, freqüentemente acusada de deseducada, em vista dos gritos e desmaios provocados pela aparição dos astros.

Em 1940, o programa de Ari Barroso na rádio Tupi, “Calouros em Desfile”, revelou uma das intérpretes e compositoras mais reverenciadas da MPB: **Dolores Duran**, que começava ali, com apenas dez anos de idade, sua meteórica carreira.

Linda e Dircinha Batista



Emilinha Borba
Dalva de Oliveira
Ângela Maria
Vera Lúcia
Dóris Monteiro

Os fã-clubes cresceram, formando verdadeiras torcidas organizadas, e a disputa pelo título de Rainha do Rádio tornou-se super acirrada em 1949. A carioca **Emilinha Borba**, principal estrela da rádio Nacional, concorria como grande favorita quando **Marlene** entrou no páreo com força total. Nessa época a votação já era feita através de cupons encartados nas principais revistas especializadas, como “Radiolândia” e “Revista do Rádio”, e cada candidata ia incorporando o perfil esperado pelo seu público e projetado pelas rádios. Emilinha mantinha a imagem de dona-de-casa, esposa e mãe exemplar, enquanto Marlene era a moça que saía de São Paulo para cantar em cassinos e boates do Rio de Janeiro, possuindo um repertório mais audacioso. A rivalidade fomentada pelos fã-clubes e pela rádio Nacional contagiou a população, que elegeu Marlene para dois mandatos consecutivos, até 1951.

Nos concursos seguintes, foram eleitas **Dalva de Oliveira**, intérprete de “Ave Maria”, e **Mary Gonçalves**, até que, em 1953, Emilinha finalmente obteve a coroa, com mais de um milhão de votos.



Elizeth Cardoso



Zilda do Zé



Elza Soares



Carmem Costa

Ângela Maria, apelidada de Sapoti pelo presidente Getúlio Vargas, nasceu em Macaé e foi a vencedora de 1954, tornando-se uma das mais queridas cantoras do país. Durante essa década, destacaram-se também as cariocas: **Nora Ney, Alaide Costa, Carmélia Alves**, conhecida como a rainha do baião, **Carmem Costa, Leny Andrade** e ainda **Dóris Monteiro**, eleita Rainha do Rádio em 1956.

Elza Soares nasceu em 23 de junho de 1937. Cresceu na favela de Água Santa no subúrbio carioca, onde desde menina impressionava o morro com a sua característica voz roca. Casou obrigada aos 12 anos de idade, foi mãe aos 13 e aos 21, já viúva, entrou para rádio Mauá, onde trabalhou de graça até conseguir ser contratada pela Tupi. Dona de uma trajetória peculiar, conseguiu dar voltas por cima nas várias fases difíceis que atravessou, sendo atualmente considerada uma das maiores intérpretes da música brasileira.

O advento da televisão na década de 1950 representou o declínio dos programas de auditório, que gradativamente foram sendo adaptados, já nos anos 60, para esse “novo veículo”.



(da esq. para direita)
Marlene, Nora Ney e
Carmélia Alves



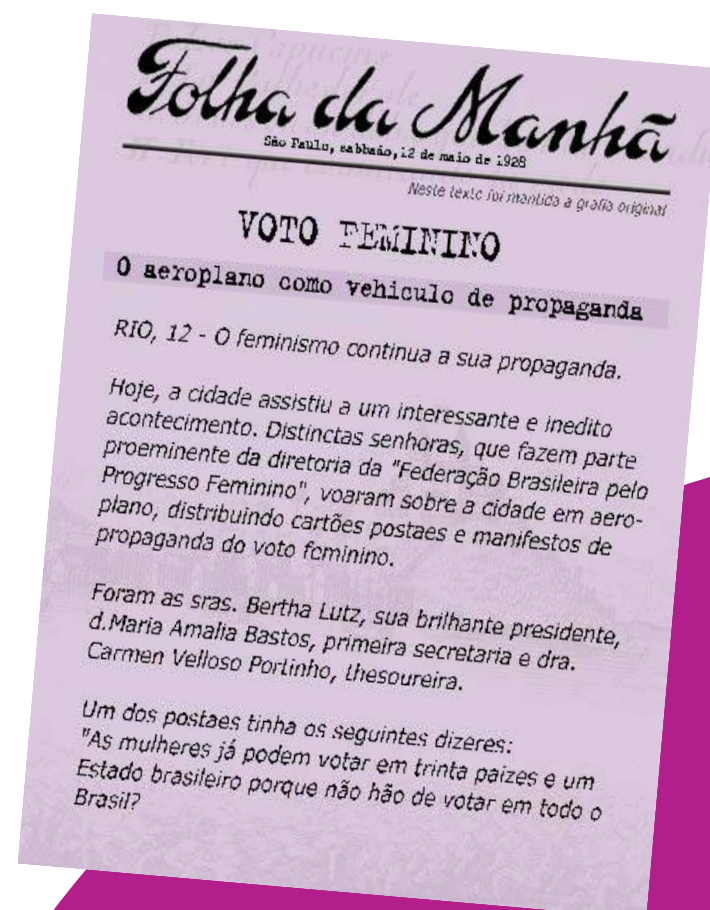
Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Recreio dos Bandeirantes 1930

Quando o passado o presente

A conquista do voto feminino e a participação política das mulheres

Quando a seção eleitoral foi aberta, em 2002, Maria, uma jovem de 17 anos, dirigiu-se a uma urna eletrônica com a firmeza característica de quem experimenta tudo pela primeira vez e sabe que terá mil chances para seguir experimentando no futuro. Ela digitou os números de seus candidatos e candidatas e apertou a tecla CONFIRMA. Pronto, em menos de um minuto a garota havia votado para deputados, senadores, governador e presidente da República do Brasil. O que Maria nem imagina é que, 70 anos atrás, esse direito lhe teria sido negado e que foi preciso muita luta para conquistá-lo.

Os avanços no campo social e a conquista dos direitos civis hoje vivenciados pelas mulheres são resultado do esforço individual e coletivo de milhares e milhares de brasileiras que, inconformadas com a sua condição, se rebelaram contra a situação estabelecida. Foram índias contra a violência imposta pelos colonizadores, negras contra a escravidão e brancas contra as limitações que as confinavam ao mundo privado.



Direito só para alguns

A conquista do sufrágio feminino resultou de um processo iniciado antes mesmo da proclamação da República. Embora as duas primeiras Constituições Brasileiras, de 1824 e de 1891, não mencionassem as mulheres no rol dos excluídos ao voto, estas ainda tiveram que lutar por mais de 40 anos para ter esse direito assegurado.

Dois episódios são bastante ilustrativos das resistências encontradas pelas mulheres. O primeiro deles aconteceu em 1885, quando a gaúcha **Isabel de Sousa Matos**, uma cirurgiã dentista, requereu o alistamento eleitoral. Seu pedido estava amparado pela Lei Sarai-va, que garantia o direito de voto aos portadores de títulos científicos. Isabel conseguiu ganhar a demanda judicial em segunda instância. Com o advento da República e a convocação de eleições para a Assembléia Constituinte, Isabel, que na época estava morando no Rio de Janeiro, procurou a Comissão de Alistamento Eleitoral para fazer valer a sua conquista. Diante do fato inusitado de uma mulher pleitear o direito de se alistar, a comissão pediu um parecer ao Ministério de Interior, que fez uma negativa contundente: julgou absolutamente improcedente a reivindicação de Isabel de Matos.

A segunda iniciativa foi de uma outra Isabel. Na Constituinte de 1891, a baiana **Isabel Dillon** apresentou-se como candidata a deputada, tornando-se a primeira mulher na história do Brasil a reivindicar esse direito, sob o argumento de que a lei eleitoral vigente não excluía as mulheres, uma vez que a mesma assegurava o direito de voto aos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, sem referência explícita ao sexo do eleitor. Ela tornou pública a sua candidatura e como plataforma eleitoral assumiu defender a ampla liberdade de credo religioso e de pensamento e a aprovação de leis que protegessem a criança, a mulher e o operariado nascente. Vetada, não conseguiu sequer se alistar para votar.



As mulheres se organizam...

No começo do século XX, muitas iniciativas foram pipocando Brasil afora, como estratégias de pressão para enfrentar os preconceitos que cerceavam o exercício pleno da cidadania feminina. Nesta época a baiana **Leolinda de Figueiredo Daltro**, que viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, ocupou ousadamente a cena política em defesa dos índios e das mulheres.

Considerada a grande precursora do feminismo no Brasil, Leolinda vivenciou toda sorte de perseguições e foi alvo da imprensa que, por muitas vezes, se dedicava a criticá-la e ridicularizá-la por suas idéias vanguardistas. Em protesto, ao ter o seu alistamento eleitoral recusado, fundou no Rio de Janeiro, em dezembro de 1910, o Partido Republicano Feminino, cujo objetivo era mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto. Para tanto, contou com o apoio da primeira dama **Orsina da Fonseca** e de outras cariocas como a poetisa **Gilka Machado**.

O Partido Republicano Feminino foi um movimento pioneiro na luta das mulheres brasileiras em prol do sufrágio. Dentre suas estratégias políticas de mobilização e convencimento promoveu, em novembro de 1917, uma marcha pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, com a participação de cerca de noventa mulheres. A rebeldia de Leolinda Daltro e suas companheiras chamou a atenção da imprensa, provocou polêmica e deu visibilidade à condição feminina no Brasil. Ela também foi a primeira feminista brasileira candidata às eleições municipais, em 1919. Entretanto, teve seu registro negado.

A partir de 1920, vários grupos se formam no país, sob o nome de Ligas para o Progresso Feminino. No ano 1922, a líder dessa vertente sufragista, **Bertha Lutz**, trouxe ao Brasil lideranças feministas internacionais e coordenou a organização do I Congresso Internacional Feminista, ocorrido no Rio de Janeiro. Nessa mesma ocasião, consolidou-se a criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), unindo em torno de si as ligas estaduais. A FBPF teve um papel central na mobilização das brasileiras, na ocupação de espaços na imprensa, na luta pelos direitos políticos das mulheres e na conquista do sufrágio feminino.

Bertha Lutz, Almerinda Gama, Carmem Portinho, Josefina Alvares de Azevedo, Jerônima Mesquita, Maria Luisa Bittencourt, Chiquinha Gonzaga, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Maria Eugênia Celso, Júlia Lopes de Almeida, Natércia da Silveira e tantas outras feministas foram constatando, com indignação, que o engajamento



TEATRO ENGAJADO

Josephina Álvares de Azevedo nasceu em 1851, em Itaboraí (RJ). Foi feminista, jornalista, diretora do jornal *A Família* e uma das primeiras brasileiras a lutar pelo direito ao voto. Escreveu uma peça teatral chamada *Voto Feminino*, encenada durante os trabalhos constituintes de 1890-91, no Rio de Janeiro. A peça apropriava-se, numa linguagem cênica, do parecer contrário do ministro do Interior, Cesário Alvim, ao pedido de alistamento eleitoral feito por Isabel de Matos, e também do artigo de um congressista favorável ao voto feminino (provavelmente Lopes Trovão). Pretendia, assim, criticar duramente a resistência masculina em aceitar a participação das mulheres na vida política. Apresentando as duas posições, a favorável e a contrária às mulheres, a autora buscava transmitir esperança pela existência de congressistas homens sensíveis às mudanças nos papéis sociais. *Voto Feminino* foi publicada em livro e também como folhetim nas páginas do jornal de Josefina, *A Família*, de agosto a novembro de 1890.



Almerinda Gama votando na constituinte de 1933

nas lutas políticas e suas conquistas no campo da educação não foram suficientes para que os poderes constituídos reconhecessem seus direitos enquanto cidadãs. Lideradas por Bertha Lutz iniciaram uma campanha aguerrida em várias frentes e cidades, usando a imprensa, as galerias da Câmara Federal, seminários, debates, manifestações artísticas e até panfletagem aérea, para sensibilizar os congressistas e ganhar a simpatia da população para a causa que defendiam.

Demonstrando grande habilidade política e capacidade de articular alianças, foram conseguindo adesões em vários espaços e cidades. Foi assim que, em 1927, a Lei Eleitoral do Rio Grande do Norte concedeu o direito de voto às potiguaras, possibilitando que **Celina Guimarães Viana** e **Júlia Alves Barbosa** se tornassem as primeiras eleitoras do Brasil e, em 1928, **Alzira Soriano** se tornasse a primeira prefeita da América Latina.

Com a brecha provocada pelas norte-rio-grandenses, ainda que seus votos tenham sido cassados, muitas mulheres continuaram insistindo no desejo de exercer esse direito. Em 15 de novembro de 1928, a mineira **Miêta Santiago** conquistou a autorização para votar, e a capixaba **Emiliana Emery Viana**, em 15 de julho de 1929, numa sentença histórica, se tornou a primeira eleitora do Espírito Santo.

Em 1931, Bertha Lutz fez parte da Comissão encarregada de elaborar o novo Código Eleitoral Brasileiro, tendo que enfrentar muitas polêmicas entre os integrantes do grupo, pois os mesmos tinham posições antagônicas sobre o direito de voto às mulheres. Em 24 de fevereiro de 1932, as mulheres conquistaram definitivamente o direito de votar e serem votadas, através do decreto 21.076, artigo segundo, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas.



Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – 1939

Uma outra luta iria começar: Eleger as mulheres

Dando continuidade à ação política da FBPF, no final de 1932 foi fundada a Liga Eleitoral Independente do antigo Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), que tinha como objetivo promover a campanha eleitoral das feministas para a Assembléia Nacional Constituinte, cujo pleito seria realizado no início de 1933.

Concorrendo pelo Partido Autonomista, Bertha se lança candidata; porém, diante do pesado jogo político, não conseguiu eleger-se. A Assembléia Nacional Constituinte contou com 254 integrantes entre os eleitos e os representantes classistas. Desse total, duas vezes eram do sexo feminino: **Carlota Pereira de Queiroz**, médica eleita por São Paulo, que se tornou a primeira deputada federal do Brasil e a advogada alagoana **Almerinda Farias Gama**, que na ocasião, através de uma brilhante estratégia da FBPF, representou o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal.



Bertha Lutz

A 14 de outubro de 1934, houve eleições gerais, tanto para o cargo de governador como para as Assembléias Constituintes Estaduais e Câmara Federal, para a qual Bertha candidatou-se novamente, alcançando a primeira suplência e assumindo o

VOTO NO MUNDO

A Nova Zelândia foi o primeiro país do mundo a permitir o direito de voto às mulheres, em 1893, o que deu grande impulso ao movimento sufragista de outros países.

mandato de Deputada Federal na vaga deixada pela morte do titular, em 1936. A carioca Ana Amélia Queirós Carneiro de Medonça tornou-se a primeira mulher membro de um Tribunal Eleitoral no país, fazendo parte da mesa apuradora nessas eleições.

Em todo o Brasil, nove mulheres foram eleitas em 1934, sendo a maioria delas integrantes da FBPF. As primeiras deputadas estaduais do Brasil são: **Maria Luiza Bittencourt**, pela Bahia; **Lili Lages**, por Alagoas; **Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro**, por Sergipe; **Maria do Céu Fernandes**, pelo Rio Grande do Norte; **Maria Tereza Nogueira de Azevedo** e **Maria Teresa Barros de Camargo**, por São Paulo; **Zuleide Bogéa** e **Rosa Castro**, pelo Maranhão, e **Antonieta de Barros** por Santa Catarina, sendo ela a primeira deputada negra do Brasil.

Com a decretação do estado novo em 1937, Getúlio Vargas fechou o Congresso até 1945. Os movimentos sociais, entre eles o feminismo, foram sufocados, encerrando-se temporariamente o mandato das mulheres parlamentares.

Bertha foi gradualmente afastando-se da direção da FBPF até deixar definitivamente o cargo de Presidente, em 1942, mantendo-se fiel à causa feminista até o fim de seus dias. Sucedeu-a a escritora **Maria Sabina de Albuquerque**, uma de suas antigas colaboradoras.

Um novo tempo

A história e os índices estatísticos nos mostram que a representação feminina nas instâncias de decisão política vem sendo construída a conta-gotas.

Ao findar a ditadura Vargas, em 1945, inicia-se no Brasil um período de redemocratização, sendo convocada uma nova Assembléia Nacional Constituinte, na

qual as mulheres, ainda que timidamente, retomam suas atividades político-partidárias. Infelizmente nesse ano nenhuma mulher foi eleita e nem nas eleições federais seguintes.

Não se pode dizer o mesmo para as Câmaras Municipais, pois em 1936 as cidades de Paraíba do Sul e Vassouras vão eleger as duas primeiras vereadoras fluminenses: **Áurea Saldanha** e **Itália Ciribelli Soares**, respectivamente. Na Câmara do antigo Distrito Federal, as mulheres marcam presença pela primeira vez em 1947, quando elegem seis candidatas: **Arcelina Rodrigues Mochel**, **Lia Correia Dutra** e **Odila Michel Shimidt** pelo Partido Comunista Brasileiro, **Mercedes Dantas Itapicuru** e **Sagrador de Scuvero Martins** pelo Partido Republicano e **Lygia Maria Lessa Bastos** pela União Democrática Nacional, a qual foi sucessivamente eleita até 1978 para outros mandatos, tornando-se a mulher de carreira política mais duradoura da América Latina.

Nos pleitos subseqüentes, outras mulheres foram rompendo as barreiras culturais impostas à participação política feminina e se tornaram pioneiras em suas cidades. **Benedita Maria da Guia Jorge** (Didi Jorge) foi

eleita para a Câmara Municipal de Angra dos Reis em 1950; **Orsina Prado de Castro** e **Áurea Bastos Mota e Silva** eleitas vereadoras, em 1954, em Volta Redonda; e **Aristolina Queiroz Pereira**, em 1958, vereadora de Miguel Pereira, tendo sido reeleita por mais dois mandatos consecutivos até tornar-se, em 1971, a primeira prefeita do estado do Rio de Janeiro. Somente vinte e sete anos depois, em 1996, outras mulheres conquistaram o Executivo Municipal: **Maria Inês Pandeló Cerqueira** (Barra Mansa), **Maria Lúcia Neto dos Santos** (Belford Roxo) e **Solange Pereira de Almeida** (Rio Bonito).

Apenas em 1955 o Legislativo Estadual conta com a presença feminina. **Margarida Andrade Leal**, eleita em outubro de 1954 pelo Partido Social Democrático, tornou-se a primeira deputada do Estado da Guanabara. Nas eleições seguintes, em 1960, essa representação aumenta com a vitória de **Adalgisa Néry**, **Lygia Lessa Bastos** e **Sandra Cavalcanti**. Desde então vem crescendo, ainda que vagarosamente, o número de mulheres com mandato na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, culminando, em 2002, com 15 parlamentares eleitas.



A PRIMEIRA PREFEITA DO ESTADO

Aristolina Queiroz de Almeida nasceu em 22 de setembro de 1922, em Sacra Família do Tinguá, no Rio de Janeiro. Ainda menina, mudou-se com seus pais, Maria Batista e Artur Monteiro de Queiroz, para o município de Miguel Pereira, onde vive até hoje. Em 1936, nomeada professora estadual, começou a trabalhar aos 14 anos de idade. Casou-se com Corinto de Almeida e Silva, em 1939, tendo quatro filhos desse matrimônio. Participou do Movimento Popular de Alfabetização e foi Secretária do núcleo da Legião da Boa Vontade (LBV) na sua região, promovendo campanhas de arrecadação de roupas para os pracinhas da II Guerra Mundial. Além de mãe, dona de casa e educadora, Aristolina, como filha e esposa de políticos, dedicava-se às campanhas eleitorais na cidade.

A primeira vitória pública de Aristolina foi em 1955, quando liderou o movimento pela emancipação de Miguel Pereira, que até então pertencia a Vassouras. No ano seguinte, candidatou-se a vereadora, tendo sido a mais votada na primeira legislatura do novo Município. Permaneceu como única representante do sexo feminino na Câmara Municipal por mais de doze anos, sendo sempre reeleita com expressiva votação. Em 1971, assumiu a prefeitura do Município de Miguel Pereira. Na disputa eleitoral, teve que enfrentar fortes candidatos dos antigos grupos políticos da região, e sua candidatura suscitou manifestações de chacotas por parte de seus adversários, além de inúmeras demonstrações públicas de preconceito pelo fato de ser mulher. Nada impediu que ela tivesse uma vitória surpreendente e se tornasse a primeira mulher a governar um município no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1972, durante seu mandato, promoveu o 1.º Congresso Nacional Feminino em sua cidade. Esse encontro reuniu mulheres brasileiras e estrangeiras, que debateram, durante três dias, temas ligados à emancipação feminina no Brasil, causando grande repercussão na imprensa nacional.

O município de Miguel Pereira ficou também conhecido como “Cidade das Rosas”, pois esteve totalmente entregue ao comando das mulheres durante longo período. O chamado “Matriarcado de Miguel Pereira” começou em meados dos anos 1950, quando **Novinda de Carvalho Filgueiras** foi nomeada chefe do Cartório Civil e posteriormente escrivã eleitoral. Em 1968, **Maria Helena Pelegrinete Lourenço** assumiu o cargo de juíza da comarca, enquanto **Hermesinda de Oliveira Cavalcanti Rocha Queiroz** era a promotora da cidade. **Margarida Paes Leme Borges** comandava o serviço de enfermagem do INPS da região e **Cacilda Pinho da Conceição** chefiava os Correios e Telégrafos.

Para a Câmara Federal, trinta anos depois do mandato de Bertha Lutz, o Rio de Janeiro elege uma representante do sexo feminino. As urnas de 1966 consagraram **Júlia Steinbruch** como deputada federal pelo Movimento Democrático Brasileiro.

Embora ainda estejamos muito longe da representação política condizente com o número de eleitoras, vem ocorrendo um gradual crescimento de candidaturas femininas no país. A repercussão causada pelas comemorações do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU em 1975, marcou o começo da virada. Esse período caracterizou-se pelo início da redemocratização do país, no qual a luta contra a ditadura militar, a conquista da anistia em 1979 e o surgimento de várias organizações feministas vieram a contribuir ainda mais para que, na década de 1980, fosse colocada na pauta das discussões a ampliação da presença feminina nos espaços de poder. Em 1982, realizaram-se as primeiras eleições diretas para os governos estaduais, suspensas desde 1965, e pela primeira vez uma mulher, Sandra Cavalcanti, pleiteia o cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, as feministas cariocas elaboraram uma plataforma para ser submetida aos candidatos e candidatas. Este documento, Alerta Feminista, virou uma tradição e daí para frente as eleições futuras contaram, nos estados e municípios, com experiências semelhantes, muito embora essa estratégia não tenha se traduzido na ampliação do quadro de mulheres eleitas.

Se a sub-representação feminina na política continua sendo um problema a ser enfrentado pelas sociedades democráticas, o que dizer das desigualdades raciais que têm excluído do cenário político os negros? A carioca e ex-favelada Benedita da Silva precisou de muita força, coragem e persistência para enfrentar toda sorte de preconceito e tornar-se a primeira mulher negra a ocupar alguns dos mais altos cargos públicos do país.

Ações afirmativas na política

Conscientes de que é na arena política que as desigualdades entre homens e mulheres se manifestam com mais intensidade no Brasil, as parlamentares e as organizações feministas buscaram no sistema de cotas as ações afirmativas que pudessem contribuir para aumentar a participação das mulheres na esfera pública.

A proposta de uma cota mínima de 20% de candidaturas femininas, garantida pela Lei Eleitoral 9.100 de 1995, foi precedida de muita polêmica e intenso debate nacional. Embora a lei atual determine um percentual mínimo de 30% de candidatas para todos os cargos legislativos, são raros os partidos políticos que cumprem essa legislação.

“QUANDO O RIO DE JANEIRO NÃO É GUANABARA E GUANABARA NÃO É RIO DE JANEIRO”

A FUSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COM O ESTADO DA GUANABARA

A partir de 1960, quando ocorreu a transferência da capital para Brasília, a discussão sobre a situação político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro, até então Distrito Federal, teve que ser encarada objetivamente. Na ocasião, o executivo optou pela criação de uma nova unidade federativa, – o estado da Guanabara –, em vez de reincorporar a cidade ao então estado do Rio de Janeiro. Entretanto, não duraria muito a coexistência desses dois governos. Em 1974, a fusão foi decidida e implementada, sendo o projeto avaliado em regime de urgência e aprovado em pouco tempo pelo plenário, com pouquíssimas emendas, todas de caráter residual.

Assim, entre 1960 e 1974, houve diferentes eleições para legisladores nos dois estados. Somente após a unificação, no pleito de 1976, é que a representação política vai corresponder à atual configuração do Estado do Rio de Janeiro.



BENEDITA DA SILVA

Já virou lugar-comum dizer e afirmar que Benedita da Silva tem uma trajetória única na história política brasileira. Mas de que outra maneira descrever uma mulher negra que nasceu na favela, trabalhou como camelô e empregada doméstica e, aos 60 anos, conseguiu chegar a governadora de um dos mais importantes estados da federação?

A vida de Benedita pode ser dividida em duas etapas - a da extrema pobreza na infância e juventude e a da ascensão política, a partir de 1982. Vinda de família humilde, trabalhou como vendedora ambulante, empregada doméstica, servente de escola, auxiliar de enfermagem e professora no morro Chapéu Mangueira, em Copacabana, onde morou durante 57 anos. A reviravolta em sua vida teve início quando começou a atuar como líder comunitária da favela, ocupando a presidência da Associação das Mulheres do Chapéu Mangueira. Nessa ocasião trabalhou também no Departamento Feminino da Federação das Associações de Favelas do Rio e concluiu o supletivo, obtendo posteriormente o diploma universitário de Assistente Social. Graças a sua persistência e militância, conseguiu se eleger vereadora em 1982, duas vezes deputada federal e senadora, em 1994, sempre pelo PT. Em 2002 foi a primeira mulher a assumir o governo do Estado do Rio de Janeiro na vaga deixada por Anthony Garotinho, que renunciou para se candidatar à presidência. Nomeada Ministra da Assistência e Promoção Social, tomou posse em Janeiro de 2003.

MULHERES NAS ELEIÇÕES EM 2002
Brasil
São 58.600.000 milhões 50,8% do eleitorado brasileiro
Rio de Janeiro
São 5.339.375 milhões 52,28%do eleitorado fluminense

A força do eleitorado feminino fazendo a diferença

Setenta anos após a conquista do voto feminino e pela primeira vez na história do Brasil, as mulheres foram a maioria dos eleitores nas urnas nas eleições de 2002. São 58,6 milhões de votos femininos, 2 milhões a mais que os votos masculinos. Na ponta do lápis, isso significa que as mulheres têm força numérica para decidir quem vai para o poder e quem volta para a casa.

O principal destaque nesta campanha foi o eleitorado feminino, que conquistou um patamar qualitativamente distinto. Elas não são somente uma força numérica. São, também, uma força de opinião. Segundo a pesquisadora Lúcia Avelar, da Universidade de Brasília, as mulheres, muito mais do que os homens, levam em conta os programas de governos dos(as) candidatos(as) e preocupam-se com as questões sociais, notadamente as ligadas à saúde e à educação.

A eleição para governador do Estado do Rio de Janeiro, em 2002, foi marcada pelo ineditismo de ter 4 mulheres concorrendo ao cargo majoritário: a socióloga e ecologista **Aspásia Camargo** (PV); a Secretaria de Habitação do Município **Solange Amaral** (PFL); a governadora em exercício Benedita da Silva (PT) e Rosinha Matheus Garotinho (PSB), eleita governadora no primeiro turno.

Para surpresa da opinião pública e para alegria dos movimentos feministas, os candidatos mais votados para deputado federal, no Estado do Rio de Janeiro, nesse pleito, foram duas mulheres: a juíza **Denise Frossard** e a médica **Jandira Feghali**, respectivamente. Além disto, para o mandato de 2003 a 2006, as cariocas representam a maior bancada feminina no Congresso Nacional. 🗳️

PIONEIRAS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS FLUMINENSES		
MUNICÍPIO	1.ª VEREADORA	DATA
Paraíba do Sul	Áurea Saldanha	1936
Vassouras	Itália Ciribelli Soares	1936-1937
Angra dos Reis	Benedita Maria da Guia Jorge (Didi Jorge)	1950-1962
Miguel Pereira	Aristolina Queiroz Pereira	1956/62/67
Volta Redonda	Orsina Prado de Castro Áurea Bastos Mota e Silva	1954
São Gonçalo	Aída de Souza Faria	1962
Araruama	Genira Machado Franceshi	1972
Resende	Maria Aparecida de Araújo Luiza Thomaz de Aquino	1972
Maricá	Laura Ferreira de Melo	1972
Magé	Maria Pinheiro Barenco	1972
Piraí	Lenimar Vicentina Ferreira	1972
Sto. Antonio de Pádua	Maria Azevedo Gonçalves	1972
São João de Meriti	Gabriela Bohrer de A. Figueira	1972
Campos	Antonia Leitão Alvarenga	1972
Cabo Frio	Lorete Vasconcellos Tavares	1972
Duas Barras	Dulcinéia Coelho de Araújo	1972
Paracambi	Rita da Silva Pereira	1972
Parati	Marly Cardoso de Barros Amparo Rodrigues A. Basile	1976
Eng. Paulo de Frontin	Adilsea Ferreira de Carvalho	1976
Bom Jesus de Itabapoana	Georgina Mello Teixeira	1976
Miracema	Gicelda Coelho de Oliveira	1976
Nilópolis	Rosa Maria Sperandio Perez	1976
Rio Claro	Asenetti Mazzilda da Silva Cecília Resende da Rocha	1976
São Pedro da Aldeia	Maria Oneida Vieira Rodrigues	1976
Barra Mansa	Ruth Coutinho Henriques	1982
Bom Jardim	Elisabeth Heckert da Rosa	1982
Cachoeira de Macacu	Rosangela Vieira de Moraes Selma da Costa Coutinho	1982
Cordeiro	Therezinha P. Martineli	1982
Niterói	Sonia Maria Saturnino	1982
Itaguaí	Maria C. Costa do Carmo Reny Barbosa	1982
Itaocara	Carmem Cristina Lanes	1982
Itaboraí	Maura Abreu da Conceição	1982
Conceição de Macabu	Jeanete Paes T. Pacheco	1982
Macaé	Marilena Garcia de Assis	1982
Mendes	Edith Coimbra Braga	1982
Nova Iguaçu	Maria Ivete Pantaleão	1982
Valença	Maria Isabel O. de Lima Ivone Mayr Guedes Pinto	1982
Silva Jardim	Maria Cristina Curi Sagineto	1988
São João da Barra	Nadir Castilho Moreno Maria Valdenice S. Santos	1988
Sta. Maria Madalena	Eliane de Carvalho Falcão	1988
Porciúncula	Maria José Rocha Beta	1988
Petrópolis	Carmen Felicetti	1988 *



ROSINHA GAROTINHO

Rosângela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira nasceu em Itaperuna, no Noroeste Fluminense, em 6 de abril de 1963, e foi criada em Campos dos Goytacazes desde os quatro anos de idade. Casada há 20 anos com o ex-governador Anthony Garotinho e mãe de nove filhos, Rosinha acumulou as funções de primeira-dama, presidente da Vida-Obra Social, uma organização não-governamental sem fins lucrativos, e Secretária de Estado de Ação Social e Cidadania, durante a gestão do marido. Professora formada pelo Colégio Batista Fluminense, também atuou em teatro amador até os 26 anos. Ela descobriu, porém, que suas vocações iam além do ensino e do palco. Durante 16 anos trabalhou como radialista, função essa que a deixou muito conhecida na região. Rosinha iniciou sua militância defendendo os direitos dos trabalhadores e participando da fundação do PT de Campos, em 1982. Filiou-se no ano seguinte ao PDT, partido ao qual ela se dedicou por mais de 15 anos, até transferir-se, em 2000, para o PSB. Nas duas vezes em que foi primeira-dama de Campos, Rosinha concentrou sua atuação na área social, tendo sido presidente da Associação de Proteção à Infância de Campos (APIC) e da Comissão de Entidades Sociais e Assistenciais do Município de Campos dos Goytacazes (Coesa). Em 2002 Rosinha candidatou-se ao governo do Rio de Janeiro, tornando-se a primeira mulher eleita governadora do estado.

* PIONEIRAS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS FLUMINENSES		
MUNICÍPIO	1.ª VEREADORA	DATA
Nova Friburgo	Irany da Silva Medeiros, Angela Maria G.R. Fernandes e Ledir Ferreira Porto	1988
Lage do Muriaé	Maria Antonieta da Cunha Olga de Almeida Resende	1988
Rio Bonito	Maria das Graças Luiz	1988
Carmo	Terezinha J. de S. Peres	1988
Cambuci	Rita de Cássia Brandão	1988
Arraial do Cabo	Joanita Leite Duarte de Mello Maria Anita Mureb Ribeiro	1988
Duque de Caxias	Dalva Lazaroni de Moraes	1988
Saquarema	Maria de Fátima dos Santos	1992
São Sebastião do Alto	Kátia Regina Ferreira Barboza	1992
São Fidelis	Regina Cely Pereira Afonso	1992
Quatis	Engracia Vera Maria Rafael Rosa Idalina N. de Macedo	1992
Japeri	Marina de Almeida	1992
Comend. Levy Gasparian	Luciene Soares da Silva	1992
Itaperuna	Elcy Poubel de Castro	1992
Italva	Marilza Caputo do Carmo	1992
Carmo	Teresinha de Jesus de S. Peres	1992
Cardoso Moreira	Neriete Navarro Alves	1992
Cantagalo	Maria Lucia Farah Noronha	1992
S.J. do Vale do Rio Preto	Sandra Maria de Paiva Gama	1992
Cambuci	Maria de Fátima S. Robaina Maria da Penha T. da Costa	1992
Sapuçaia	Maria P. Alves	1992
Belford Roxo	Odete Marques de Lima Graça Helena M. de Araújo Neves	1992
Mangaratiba	Maria das Graças da Rocha Costa	1992
Porto Real	Maria da Conceição Oliveira Maria Aparecida Rodrigues Cassilda Serfiots	1996
Areal	Ione da Silva Oliveira	1996
Paty do Alferes	Zelina Curitiba de Paula	1996
Seropédica	Dalva Zatorre Medeiros e Elza Maria Graciano Ferreira	1996
Teresópolis	Maria Madalena da P. Rucker Margareth Rosi R. M. Cunha Cláudia Lauand Zeghir	1996
Sumidouro	Eni da Rosa Felipe	1996
São José de Ubá	Rosangela Godinho Neves	1996
Carapebus	Maria Helena da S. Brito Lígia Rodrigues Ribeiro	1996
Armação de Búzios	Maria Alice G. de Sá Silva Emílce Câmara de Almeida	1996
Rio das Flores	Maria Aparecida Novaes Neves Maria Valéria da Silva Machado	2000
Varre e Sai	Marlene Abib de O. Fabri Dalila de Assis M. P. da Silva	2000
Trajano de Moraes	Ada Cypriano Sereno	2000
Queimados	Neri Fraga Nery da Silva	2000
Iguaba Grande	Rosa Maria Nazareth Ferreira	2000
Obs.: Por falta de dados disponíveis alguns municípios não foram incluídos		

CÂMARA DO DISTRITO FEDERAL
Relação de vereadores e suplentes que exerceram mandatos na Câmara do Distrito Federal, da primeira à quarta legislatura (1947-1961), e que formaram a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara.
1ª Legislatura: 1947-1951
Arcelina Rodrigues Mochel - PCB Lia Correia Dutra - PCB Lygia Maria Lessa Bastos - UDN Mercedes Dantas Itapicuru - PR Odila Michel Shimidt - PCB Sagramor de Scuvero Martins - PR
2ª Legislatura: 1951-1955
Lygia Maria Lessa Bastos - UDN Sagramor de Scuvero Martins - PTB
3ª Legislatura: 1955-1959
Dulce Pinto Ferreira de Magalhães - PDC Lygia Maria Lessa Bastos - UDN Sagramor de Scuvero Martins - PTB Sandra Martins Cavalcanti - UDN Velinda Maurício da Fonseca - PTB
4ª Legislatura: 1959-1961 e relação das vereadoras que participaram da formação da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, de 21 de abril de 1960 a 27 de março de 1961.
Dulce Pinto Ferreira de Magalhães - PDC Lygia Maria Lessa Bastos - UDN Velinda Maurício da Fonseca - PTB

PREFEITAS		
Município	1ª Prefeita	Ano
Miguel Pereira	Aristolina Queirós de Almeida	1971
Rio Bonito	Maria Luíza da Conceição Sid Loureiro (vice-prefeita que assumiu)	1992
	Solange Pereira de Almeida	1996
Barra Mansa	Maria Inês Pandelo Cergueira	1996
Belford Roxo	Maria Lúcia Netto dos Santos	1996
Teresópolis	Afafi Ribeiro (vice-prefeita que assumiu)	1998
Paty do Alferes	Lúcia de Fátima Fernandes Fonseca	2000
Magé	Narriman Felicidade C. F. dos Santos	2000
Nova Friburgo	Maria da Saudade Medeiros Braga	2000

DEPUTADAS ESTADUAIS		
Pelo Estado da Guanabara		
1954	Margarida de Andrade Leal	PSD
1960	(Assembléia Constituinte) Lígia Lessa Bastos Adalgisa Néri Sandra Cavalcanti	UDN PSB UDN
1962	Lígia Lessa Bastos Adalgisa Néri Edna Maria Lott de Moraes Costa Velinda Maurício da Fonseca	UDN PSB PTB PTB
1966	Lígia Lessa Bastos Adalgisa Néri Edna Maria Lott de Moraes Costa Velinda Maurício da Fonseca Iara Lopes Vargas Maria Rosa Silva Almeida	ARENA MDB MDB MDB MDB MDB
1970	Lígia Lessa Bastos Maria Rosa Silva Almeida Hilza Maurício da Fonseca Nadyr Maria de Oliveira Machado	ARENA MDB MDB MDB
1974	Hilza Maurício da Fonseca Sandra Raggio Salim Maria Rosa Silva Almeida Nadyr de Oliveira Machado Sandra Martins Cavalcanti	MDB MDB MDB MDB ARENA
1976	Fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara	

DEPUTADAS ESTADUAIS		
Pelo Estado do Rio de Janeiro		
1978	Sandra Raggio Salim Heloneida Soares Orban (depois Heloneida Studart) Hilza Maurício da Fonseca Maria Rosa Silva Almeida	MDB/PP/PMDB MDB/PMDB MDB/PP/PMDB MDB/PP
1982	Yara Vargas Daisy Lúcidí Mendes Luci da Glória Martins Rosalda Cruz Nogueira Paim Hilza Maurício da Fonseca Lúcia Beatriz Arruda	PDT PDS/PFL PDT/PMDB PDT PMDB PT

1986	Jandira Feghali Heloneida Studart Yara Lopes Vargas Daisy Lúcidí Mendes Lúcia Beatriz de Arruda	PC do B PMDB/PSDB/PT PDT PFL PT/PV
1990	Aparecida Gama Rosely Souza da Fonseca Heloneida Studart Alice Maria S. Tamborindegui Maria Aparecida Boaventura Lúcia Regina Florentino Souto Wanúbia de Carvalho Daisy Lúcidí Mendes Yara Lopes Vargas	PDT/PSDB PT PT PDT PFL/PDT PPS PMDB PFL/PPR PDT
1994	Maria das Graças Tuze de Matos Leda Luiz Gomes Pereira Maria Aparecida Boaventura Núbia Cozzolino Tânia Regina Pereira Rodrigues Miriam Santos Mancebo Reid Aparecida Gama Heloneida Studart Solange Amaral Tânia Jardim Mussi Lúcia Regina Florentino Souto Magaly Miranda Machado Alice Maria S. Tamborindegui	PDT PDT PDT/PMDB/PSDB PSD/PPB/PTB PT PMN/PDT PSDB PT PV/PFL PDT/PSDB PPS PFL PDT/PSDB
1998	Cidinha Campos Maria das Graças Tuze de Matos Andréia Almeida Zito dos Santos Alice Maria S. Tamborindegui Núbia Cozzolino Solange Amaral Magaly Miranda Machado Aparecida Gama Graças Lopes Tânia Regina Pereira Rodrigues Sulamita do Carmo Silva Cida Diogo	PDT PDT PSDB PSDB PTB PTB/PFL PFL/PL PSDB/PDT PFL PT PSDB PT
2002	Cidinha Campos Waldeth do INPS Aparecida Pansset Georgette Vidor Núbia Cozzolino Graça Mattos Aparecida Gama Andréia Zito Cida Diogo Jurema Batista Inês Pandeló Heloneida Studart Graça Pereira Eliana Ribero Pastora Edna	PDT PL PPB PPB PPB PSB PTB PSDB PT PT PT PT do B PMDB PT

DEPUTADAS FEDERAIS		
1936	Bertha Lutz – Assume em 28 de julho de 1936 na vaga deixada pelo titular que morreu, Cândido Pessoa	
1937		
1945	Nenhuma mulher eleita	
1954	Nenhuma mulher eleita	
1958	Nenhuma mulher eleita	
1962	Nenhuma mulher eleita	
1966	Júlia Steimbruch	MDB
1970	Nenhuma mulher eleita	
1974	Lígia Lessa Bastos	ARENA
1978	Lígia Lessa Bastos	ARENA
1982	Nenhuma mulher eleita	
1986	Ana Maria Rattes	PMDB
	Benedita da Silva	PT
	Sandra Cavalcanti	PFL
1990	Benedita da Silva	PT
	Jandira Feghali	PC do B
	Cidinha Campos	PDT
	Márcia Cibilis	PDT
	Regina Gordilho	PDT
	Sandra Cavalcanti	PFL
	Wanda Reis	PMDB
1994	Jandira Feghali	PC do B
	Márcia Maria Cibilis Viana	PDT
	Cidinha Campos	PDT
	Maria Conceição Tavares	PT
	Vanessa Felipe	PSDB
	Laura Carneiro	PP
1998	Jandira Feghali	PC do B
	Laura Carneiro	PFL
	Miriam Reid	PDT
	Almerinda F. de Carvalho	PFL
2002	Denise Frossard	PSDB
	Jandira Feghali	PC do B
	Almerinda de Carvalho	PPB
	Mª Lúcia Neto dos Santos	PMDB
	Laura Carneiro	PFL
	Elaine Costa	PD

ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO DO RIO CANDIDATAS		
1982	Sandra Martins Cavalcanti	PTB
	Sendo eleito neste ano Leonel Brizola	PDT
1986	Ester Almeida	PND
	Sendo eleito neste ano Moreira Franco	PMDB
1990	Não houve candidaturas femininas. Sendo eleito neste ano Leonel Brizola	
		PDT
1994	Não houve candidaturas femininas. Sendo eleito neste ano Marcelo Alencar	
		PSDB
1998	Lúcia Regina Florentino Souto	PPS/PMN
	Dalva Lazaroni de Moraes	PV
	Maria Luiza Batista Vidal	PST
	Sendo eleito neste ano Anthony Willian Garotinho Matheus	
	Abril de 2002 – Benedita da Silva – vice-governadora, assume o cargo até dezembro de 2002, uma vez que o governador se afastou para candidatura à Presidência da República.	PT
2002	Aspásia Camargo	PV
	Benedita da Silva	PT
	Rosinha Matheus Garotinho	PSB
	Solange Amaral	PFL
	Sendo Rosinha Matheus Garotinho eleita em primeiro turno	
		PSB

SENADORAS	
1994	Benedita da Silva – Eleita pelo PT
	Primeira Senadora do Rio de Janeiro e primeira Senadora negra do Brasil

JUSTIÇA: IMPERATIVO FEMININO

Durante um longo período, as mulheres brasileiras sofreram com as interpretações discriminatórias das leis. Como se não fosse o bastante, tiveram também que enfrentar muita resistência a sua participação no campo jurídico, sendo que algumas fluminenses foram pioneiras na luta contra os preconceitos “legitimados”.

A ascensão das mulheres na área do Direito começou com a macaense **Mirtes de Campos**, que bacharelou-se em 1898, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Após uma batalha de oito anos, conseguiu obter, em 1906, o direito de praticar a advocacia, tornando-se a primeira mulher a conquistar o registro que permitiria o exercício de seu trabalho. Além de ter atuado intensamente até 1944, escreveu sobre assuntos jurídicos, abordando especialmente a situação legal das mulheres. Entre suas obras: O voto feminino – 1929; A propósito da mulher jurada – 1933 e Os advogados brasileiros e a advocacia feminina – 1937.

Isabel de Mendonça Manes iniciou seu trabalho como escrevente, em 1924, na 7ª Pretória Criminal. Duas décadas depois foi notícia de jornal, “Eva do Foro”, por ter sido aprovada com a nota máxima no concurso público para escrivão de Tribunal do Júri, tornando-se a primeira mulher no país a ocupar tal cargo, em 1945.

A partir de 1949, a advogada e feminista **Romy Medeiros** começou a escrever um outro capítulo na luta das mulheres por justiça. Colaborou decisivamente para reforma do Código Civil, sendo co-autora do estatuto da mulher casada.

A paulista **Iete Bomilcar Ribeiro de Souza Passarella** precisou abandonar seu Estado natal para conseguir ingressar na magistratura. Na ocasião, em São Paulo, não era permitido às mulheres a carreira de juiz, razão pela qual Iete mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de prestar concurso. Em 1951, tomou posse como juíza na Vara de Acidentes do Trabalho, do então Distrito Federal, tornando-se a primeira mulher a ocupar a magistratura. Foi nomeada Desembargadora vinte e três anos depois, em 1974. Seguiram-na **Áurea Pimentel Pereira** e **Maria Stella Villela Souto Lopes Rodrigues**, ambas empossadas juízas, em 1960. Chegaram à magistratura através de concurso público, que durou dois anos e teve cerca de 900 candidatos, sendo que entre esses, somente quatro mulheres. Foram também nomeadas Desembargadoras na década de 1980.

Ainda nessa época, **Glória Marcia Percinotto** era uma das raras conselheiras da OAB-RJ. Em 1981, ela recebeu a sugestão de dar um parecer sobre o projeto de reforma do Código Civil, o qual tramitava no Congresso Nacional. Diante da relevância da matéria, convidou várias outras advogadas para com ela formar uma comissão de trabalho e debater, especialmente, o capítulo sobre Família. Ainda em



caráter informal, passaram a se chamar de OAB/Mulher. Juntaram-se a Glória: **Zéia Pinto de Rezende**, **Joselice Cerqueira de Jesus**, **Salete Maccalóz**, **Claudete Soares**, **Comba Marques Porto**, **Leonor Nunes Paiva**, **Leilah Borges**, **Leila Linhares**, **Elizabeth Garcez**, **Rosane Reis Lavigne**, entre outras. Essa iniciativa alcançou reconhecimento nacional, servindo de exemplo para a formação de grupos semelhantes em diversos estados brasileiros.

Em 1985, a OAB/Mulher RJ foi institucionalizada pelo Conselho da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Durante anos esse grupo contribuiu com o movimento de mulheres, sobretudo nas questões que exigiam encaminhamento jurídico. No processo de elaboração da nova Constituição - 1986 a 1988- a OAB/Mulher teve um papel destacado quando, através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, prestou assessoria as Deputadas Constituintes.

Um outro grupo de advogadas, liderado por **Maria Regina Purri Arraes**, impulsionou a criação, no Rio de Janeiro, da Comissão Permanente das Mulheres Advogadas, em 1996. Seis anos depois, essa proposta foi assimilada pelo Conselho Federal da OAB, que regulamentou a implantação da Comissão Nacional da Mulher Advogada, em 2002.

No apagar das luzes do século XX, pelo decreto de 23 de novembro de 2000, a carioca **Ellen Gracie Northfleet** foi nomeada para o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal – STF. Detentora de uma sólida formação jurídica e de uma prestigiada carreira, Ellen tornou-se a primeira mulher a ocupar uma cadeira na mais alta corte do país.

As mulheres tiveram que esperar 112 anos de percurso, desde as primeiras bacharéis da Faculdade de Direito do Recife(PE), formadas em 1888, passando pela luta de Mirtes de Campos, no seu direito de exercer a advocacia, até a posse de Ellen Northfleet no Supremo Tribunal Federal.

Hoje, no estado do Rio de Janeiro, as mulheres são maioria expressiva nos cursos de Direito, na OAB, na Defensoria Pública, no Ministério Público e nos cargos iniciais da Magistratura, espaços estes conquistados através de concursos públicos. Em outras instâncias, onde se requer critérios políticos para promoção, as barreiras continuam mais difíceis de serem rompidas, ainda.

Elas não fogem à luta

As hóspedes da Sala 4

Em 1935, lamentavelmente o Brasil teve seu primeiro local destinado exclusivamente à prisão de mulheres por suas convicções políticas: a chamada Sala 4, na Casa de Detenção Frei Caneca, no Rio de Janeiro. As “hóspedes”, como as prisioneiras se chamavam entre si, eram mulheres associadas a setores progressistas que se posicionaram contra o nazifascismo e suas vertentes no país. Nem todas participaram diretamente do levante armado da Aliança Nacional Libertadora, que passou à história com o nome de Intentona Comunista; mas todas, sem exceção, representariam a ideologia feminista, ainda embrionária, que mais tarde se traduziria em uma nítida posição na luta pela emancipação política e social da mulher. Um novo feminismo, distinto dos movimentos sufragistas de inspiração europeia, ensaiava os seus primeiros passos na Sala 4.

Uma das vítimas do furor repressivo da polícia de Filinto Müller e do decreto que em julho de 1935 fechou a Aliança Nacional Libertadora seria a União Feminina do Brasil, organização criada em “defesa dos interesses econômicos, sociais, políticos e civis da mulher”. Sua diretoria era formada por **Maria Moraes Werneck**, **Eugenia Álvaro Moreira**, **Armanda Álvaro Alberto**, **Catarina Laudsberg**, **Ester Xavier** e **Norma Mormy**. A organização viveu por apenas dois meses, mas seu manifesto inspiraria as gerações que se seguiram e continua atual até os dias de hoje. Maria e Eugenia foram duas das primeiras hóspedes da Sala 4. Armanda não passaria pela Casa de Detenção, tendo sido levada diretamente para a Casa de Correção, segundo prédio do conjunto da Frei Caneca.

Segundo Maria Werneck, a Sala 4 “era uma sala grande, retangular, de janelas gradeadas (...) que não

podiam ser fechadas, nem nos dias chuvosos, nem nos invernosos”. Por seus 16 leitos, passaram mulheres dos mais diferentes perfis, como **Rosa Meirelles**, presa por ser irmã e mulher de dois procurados pela polícia política da ditadura Vargas, até as ativistas que alcançariam grande notoriedade, como **Olga Benário**, mulher de Luis Carlos Prestes, **Nise da Silveira**, psiquiatra, **Beatriz Bandeira Riff**, poetisa, e **Eneida Costa de Moraes**, escritora, para citar apenas algumas.

Abre-se o leque das reivindicações

Nos anos que se seguiram ao golpe de Estado de 1937, os movimentos femininos, assim como os sociais, sofreram grande refluxo devido à forte repressão da ditadura Vargas. Somente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as associações de mulheres ressurgem, em um novo clima de efervescência política.

De diferentes diretrizes políticas, grupos de mulheres engajam-se no esforço de guerra: fazem campanhas para a obtenção de agasalhos para os pracinhas, promovem cursos de enfermagem, lutam contra as dificuldades de abastecimento, inflação e mercado paralelo. Tais mobilizações, aliadas à agitação social decorrente das idéias nacionalistas e da luta pela anistia, inspiram novas campanhas femininas que aglutinam milhares de mulheres em torno de diversas associações no estado do Rio de Janeiro, como: a Obra de Fraternidade



Nise da Silveira

Olga Benário

Eugenia Álvaro Moreira



Beatriz Riff

da Mulher Brasileira, os Comitês de Mulheres Pró-Anistia e Pró-Democracia, o Instituto Feminino de Serviço Construtivo, a Federação de Mulheres do Brasil (filiada à Federação Democrática de Mulheres), além da Frente Única de Mulheres, que reunia figuras de diferentes matizes ideológicos.

Entre as fluminenses que participaram ativamente desse movimento de solidariedade, podemos citar **Ligia Maria Lessa Bastos**, **Alice Flexa Ribeiro**, **Sagramor de Scuvero** e **Branca Fialho**. Esta última, devido a sua atuação junto às campanhas dos governos aliados durante a guerra, foi condecorada com a Cruz de Lorena.

Em 1945, com o fim do conflito na Europa e com a redemocratização do Brasil, as mulheres mobilizaram-se em torno de campanhas contra a carestia de vida, causada pelo processo inflacionário em curso e a escassez de alguns gêneros alimentícios, ainda conseqüência dos anos de guerra. Com o apoio do Partido Comunista do Brasil – PCB, surgiram as

Unões Femininas contra a Carestia. Entre as comunistas, deve-se citar **Arcelina Mochel** e **Lia Correa Dutra**, que, eleitas vereadoras em 1947, tiveram seus mandatos cassados pelo Supremo Tribunal Federal, após o cancelamento do registro de seu partido, com base em denúncias apresentadas por dois obscuros deputados do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Mais uma vez, os militantes do PCB foram obrigados a prosseguir sua luta na ilegalidade.

A causa feminina manteve-se acesa e em intensa atividade nos anos seguintes, graças ao empenho de algumas mulheres como Arcelina e **Fanny Tabak**, mentoras e criadoras de diversas organizações de mulheres nos bairros da então capital federal. Em artigo da revista *Momento Feminino*, Arcelina refere-se à importância dos quarenta e três núcleos já existentes em 1947. Como prova do vigor do movimento de mulheres, esses comitês disseminaram-se por todo o país, tirando proveito dos ventos da democracia que sopravam naqueles anos.

NINA ARUEIRA

Numa sexta-feira, dia 7 de janeiro de 1916, nasceu na cidade de Campos dos Goytacazes, Maria da Conceição Arueira. Ela pertencia a uma família de comerciantes de classe média e era a mais velha das quatro filhas do Sr. Lino Arueira e de D. Maria Magdalena Rocha e Silva. Seu primeiro apelido foi “pequenina”, dado pela avó, e assim ficou conhecida até as suas primeiras publicações, aos 12 anos de idade, quando, despontaram os sonetos e poemas da “Princesa de Vera Cruz”, primeiro pseudônimo adotado. Desde então, ela passa a ser tratada por todos como Nina Arueira, forma com que assina todos os seus futuros trabalhos.

Nina foi educada como a maior parte das moças de sua época. Curso o primário numa pequena escola de bairro e entrou para o curso normal do Liceu de Humanidades de Campos, escola secundária de maior prestígio da cidade. Com a morte do pai, em 1928, ela sofreu mudanças significativas e, ainda adolescente passou a perceber que a “gloriosa aura” que revestia a sua cidade natal não contemplava a todos de maneira igualitária. A renda mensal caiu bastante e Nina viu-se obrigada a trabalhar na vidraçaria da família, ao lado da mãe, sentindo de perto os preconceitos impostos ao trabalho feminino naquele momento.

O ano de 1933 foi um momento em que Nina passou a tomar decisões que seriam definitivas para sua vida. Aos poucos, embrenhou-se nos movimentos sociais da cidade, tornando-se uma jornalista conhecida e respeitada. Seus artigos suscitavam infundáveis polêmicas, que às vezes se arrastavam por semanas, através de cartas de leitores ou editoriais. Eram textos que discutiam temas como a educação, o papel da mulher na sociedade, o progresso da humanidade, a religião, a idéia de pátria, as desigualdades sociais, a inoperância das políticas vigentes, etc., todos trazendo um perfil crítico e inovador, considerando-se as idéias da época.

Foi também no ano de 1933 que Nina optou pelo engajamento no PCB, através da Juventude Comunista. Passou a participar de um universo de reuniões, panfletagens em portas de fábrica, organização de sindicatos e células do PCB. Sua militância começa a ser cada vez mais conhecida e os seus artigos ganham um forte colorido político.

Todo o fervilhar de acontecimentos do início da década de 1930 fazia com que Nina intensificasse cada vez mais a militância: organizando sindicatos, proferindo palestras e conferências, e principalmente, escrevendo artigos jornalísticos. A temporária fragilização da repressão empolgava os movimentos sociais de oposição ao governo e possibilitava a realização de manifestações públicas.

Nas comemorações de 1º de maio de 1934, Nina Arueira foi acusada de rasgar a bandeira brasileira em praça pública. A partir de então os jornais fecham as portas para Nina, que passa a se dedicar inteiramente à organização do Partido e às atividades sociais que julgava prioritárias. Contudo, em 1935, sua militância é interrompida. Ela contrai tifo e morre três meses antes do casamento com o, também militante comunista, Sebastião Clóvis Tavares.





que estava grávida na ocasião. As ligas femininas tinham na agenda a resistência contra as demolições das favelas, a criação de creches e bibliotecas infantis públicas e a luta pela independência nacional.

Dentre as principais iniciativas femininas de cunho nacionalista figuram as campanhas *Contra a Carestia* e *O Petróleo é Nosso*. O vigor da luta das mulheres pode ser avaliado pela resposta do governo à campanha *Contra a Carestia* dos anos 1950. A luta contra a alta dos preços foi tão decisiva que, no início daquela década, o Governo Vargas decidiu-se pela criação da SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento), para coibir o aumento abusivo dos preços. Atendia assim à reivindicação da Federação das Mulheres do Brasil e das União Regionais, que tinham como porta-voz, mais uma vez, Arcelina, grande oradora, exemplo de coragem e vontade política.

Outra intensa campanha da década de cinquenta, *O Petróleo é Nosso*, teve como figuras centrais **Maria Augusta** e Alice Tibiriçá, que ocupava a vice-presidência do Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo. Grande conhecedora do problema, Alice destacou-se em comícios e atos públicos, tanto no Distrito Federal como nos estados. Em agosto de 1949, foi presa, ao lado de outras militantes, durante passeata promovida pela Associação de Mulheres de São Paulo para anunciar o Congresso da Paz. Transferida para a cidade de São Roque, sua prisão foi objeto de grande mobilização sob o lema “*Onde está Alice?*”.

A Liga Feminina da Guanabara teve seu auge de atuação no ano de 1961, quando então lançou um manifesto com 100.000 assinaturas contra a alta do custo de vida. Uma caravana de associadas levou o documento à Brasília, a nova capital inaugurada no ano anterior. Também em 1961, realizou-se, no Rio de Janeiro, o II Encontro Latino-Americano de Mulheres, que contou com a presença de representantes de organizações feministas de todo o continente.

Contudo, as organizações de mulheres acabariam por se fragmentar na década de 60, devido às divergências políticas da esquerda e à chegada dos militares ao poder, em 1964. Enquanto isso, as instituições femininas de espírito conservador eram estimuladas pelas classes dominantes. Uma das mais significativas organizações a pertencer a esta linha chamava-se CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia). Após a reviravolta política de implantação da ditadura militar, porém, mesmo os grupos femininos mais conservadores desapareceram do cenário político.

Apesar de muitas mulheres não serem efetivamente comunistas, buscavam igualmente soluções para os problemas sociais. Em 1949, foi fundada a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), instituição nacional que congregou organizações de mulheres de 11 estados brasileiros. Naquele mesmo ano, a FMB esteve presente, com Fanny Tabak, na Reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres, realizada em Moscou. A causa feminina brasileira foi intensamente divulgada em todo o Brasil, e no exterior também, pela secretária-geral da entidade, Arcelina, e pela primeira presidente da FMB, **Alice Tibiriçá**. Após a morte de Alice, em 1950, Branca Fialho assumiu a presidência da Federação. Em fevereiro de 1951, **Ofélia do Amaral Botelho** representaria a entidade no Conselho de Berlim e, em 1955, **Lídia Cunha** ocuparia função de secretária geral da entidade, permanecendo nesse cargo até o fechamento da federação pelo governo Juscelino Kubitschek.

A partir de 1944, surgiram as Ligas Feministas sob a orientação do Partido Comunista, que por um curto espaço de tempo estiveram na legalidade. Entre essas, havia um órgão central, com sede no Rio de Janeiro, onde também foram criados comitês de bairro. Em determinada época chegaram a funcionar 20 desses comitês, sendo o maior deles o da Gávea, com cerca de mil associadas. Em 1949, um comício contra a Lei de Segurança Nacional, organizado pela Liga de Defesa das Liberdades Democráticas, no Rio de Janeiro, acabou em violento confronto com a polícia. Após o pronunciamento de **Nuta Bartlet James**, presidente do Centro Antifascista da Tijuca, policiais abriram fogo, causando a morte de **Zélia Magalhães**, ativista política

Militares e mulheres se estranham

O golpe militar de 1964 interrompeu o sonho da participação política popular. Em um crescendo de repressão, sindicatos, associações, uniões e partidos seriam “cooptados” ou fechados. A cultura e a liberdade de expressão também seriam duramente perseguidas com a instituição da censura.

Por outro lado, o cerceamento dos direitos democráticos provocou um maior engajamento de mulheres na luta política. Por todo o Brasil, elas irão participar ativamente em diferentes organizações clandestinas de resistência.

Mulheres ligadas às artes e à cultura também irão se manifestar contra a ditadura. No Rio de Janeiro, **Nara Leão**, **Odete Lara**, **Dina Sfat**, **Fernanda Montenegro**, **Zuzu Angel**, são apenas algumas das bravas e corajosas que verbalizaram seu repúdio ao autoritarismo.

Durante os chamados “*anos de chumbo*”, o Brasil contabilizou pelo menos 366 mortos ou desaparecidos políticos. Quanto mais os pesquisadores mergulham naquele passado infame, maior torna-se este número.

Também foram vítimas fatais da ditadura as fluminenses: **Marilena Villas Boas**, militante do MR-8; **Íris Amaral**, baleada por agentes da repressão durante perseguição a ativistas; **Ana Maria Nacionovic Corrêa**, militante da ALN, fuzilada no bairro paulistano de Mooca; **Ieda Santos Delgado**, advogada, militante da ALN; **Lyda Monteiro da Silva**, secretária da OAB-RJ, vítima de uma carta-bomba.

De um total de 49 mulheres assassinadas pela ditadura, três fluminenses constam entre as desaparecidas na Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974. São elas: **Telma Regina Cordeiro Corrêa**, estudante de Geografia da Universidade Federal Fluminense, expulsa devido à militância política; **Maria Cecília Corrêa**, bancária e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB); **Lúcia Maria de Souza**, estudante de Medicina e uma das responsáveis pela impressão e distribuição do jornal “*A Causa Operária*”.

Lutando até o fim

É preciso destacar a participação corajosa de um grande número de mulheres – incluindo, as presas e torturadas – em vários espaços de resistência à ditadura militar. Como um dos capítulos finais dessa luta está a reivindicação das mulheres pelo perdão político.

Criado em São Paulo, em 1975, o Movimento Feminino pela Anistia rapidamente se espalhou por todo o país. No Rio de Janeiro, contou com a importante participação de **Abigail Paranhos** – Biga, **Regina van der Weit**, **Iracema Teixeira**, **Alaíde Pereira Nunes**, **Nieta Campos da Paz** e Beatriz Riff. Mais uma vez, as mulheres tiveram contribuição marcante para a aprovação da Anistia de 1979.

Três anos depois, é criado o Comitê Brasileiro pela Anistia e a seccional fluminense abrigou um grupo significativo de lideranças femininas, das quais merecem destaque: **Iramaia Benjamin**, **Alzira Grabois**, **Abigail Paranhos**, **Ana Müller** e **Vitória Grabois**. ✨



Alzira Grabois





Mulheres no Batente

As poucas fábricas que surgiram no Brasil, em meados do século XIX, destinavam-se, principalmente, a produzir tecidos de algodão de baixa qualidade, consumidos pela população pobre e pelos escravos. Em 1885, a produção industrial brasileira deslocara-se para o Centro-Sul. Considerando-se o número de unidades fabris, Minas assumira o primeiro lugar, mas o Rio de Janeiro concentrava as fábricas mais importantes. Excluindo-se a agroindústria do açúcar, por volta de 1889, a capital detinha 57% do capital industrial brasileiro.

A indústria brasileira teve seu primeiro surto significativo na última década do Império (1880-89). Desde o último quartel do século XIX, o estado fluminense foi palco de um processo cada vez mais acelerado de expansão demográfica. As razões deste processo estão ligadas ao papel desempenhado pelo Rio de Janeiro como centro político-administrativo do país e principal elo na conexão econômico-financeira internacional, através do comércio importador e exportador, além de sede da maior rede bancária localizada no país. Todo esse crescimento, porém, ocultava uma situação trágica: a falta de condições mínimas de saneamento e habitação para toda a população.

Juntavam-se a isso as condições de trabalho extremamente precárias a que eram submetidos os trabalhadores nas fábricas e, em especial, a mulher proletária, não só no Rio de Janeiro como em todo o Brasil. Em

1901, as operárias, juntamente com as crianças, constituíam 72,74 % da mão-de-obra têxtil, sendo comum o trabalho de mulheres e crianças por 18 horas seguidas, mesmo aos domingos. Elas ganhavam menos do que os homens, embora fizessem as mesmas tarefas, e eram consideradas incapazes física e intelectualmente. Além disso, muitas vezes por medo de serem despedidas, submetiam-se à exploração sexual.

Na legislação trabalhista não havia regulamentação da jornada de trabalho, do salário mínimo ou do trabalho infantil. Cada fábrica ou empresa tinha seu próprio regulamento; não havia férias nem descanso semanal remunerado, nem qualquer tipo de indenização por acidente de trabalho ou demissões sem justificativa.

O século XX inaugura um período de muitas lutas operárias (11 greves, entre 1900 e 1910, e 258 entre 1919 e 1920). É um momento de ampliação do movimento e também de claro avanço das tendências anarco-sindicalistas. A mulher operária, no entanto, é mal vista pelos próprios militantes. Para os homens trabalhadores, as mulheres deveriam voltar para casa pois, além de tirarem seus empregos nas fábricas, elas *“facilmente se deixavam prostituir no trabalho”*. Aqui, patrões, chefes e empregados partilhavam os mesmos valores.

Em 1903 e em 1907, são organizadas duas greves gerais no Rio de Janeiro, a última, reivindicando jornadas de trabalho de oito horas, além de melhores condições de vida e trabalho. Em 1906, realiza-se

o I Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, com a participação de inúmeras organizações de trabalhadores. Nesse congresso aprova-se a criação da Confederação Operária Brasileira, nos moldes da CGT francesa.

A Primeira Guerra Mundial provocaria o recuo do movimento grevista e político da classe trabalhadora. O conflito na Europa deu grande impulso à indústria nacional causando o declínio da concorrência estrangeira. O aumento do custo de vida com a exportação de gêneros alimentícios para os países aliados, entretanto, gera intensa agitação social, com greves generalizadas por todo o Estado do Rio de Janeiro, nos anos de 1917 e 1918. A brutal repressão policial apenas acentua a discussão política no seio do movimento. O resultado será a criação de diversas entidades sindicais, muitas delas concebidas por e para mulheres, agora mais representativas e atuantes.

“Abelhas do Luxo”

Em 1919, ocorre uma greve de costureiras no Rio de Janeiro liderada por **Elvira Boni de Lacerda**. Ainda no mesmo ano, Elvira cria a União das Costureiras, Chapeleiras e Classe Anexas, juntamente com **Elisa Gonçalves de Oliveira, Aida Morais, Isabel Peleteiro, Noêmia Lopes, Carmem Ribeiro**, entre outras companheiras de ofício. O grupo era apelidado de *“Abelhas do Luxo”*. A União das Costureiras participou do II Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1920, quando então Elvira presidiu a cerimônia de encerramento do encontro.



A partir de 1920, acentua-se a repressão aos movimentos operários. Isto não impediu que várias mulheres continuassem atuantes. Entre elas, **Amélia Garrido** e **Anita Figueiredo**. As duas integravam o Grupo de Teatro Social, que encenava dramas e comédias libertárias e de propaganda anarquista nos palcos dos sindicatos. Amélia, operária, participou de todas as atividades de contestação no Rio de Janeiro da década de 20. Assim como Anita, colaborava na imprensa e, principalmente, na revista *Renovação*, com redação na rua João Caetano, 15, no Rio de Janeiro.

O anarquismo se valia, ao lado da imprensa, do teatro como instrumento eficaz de propaganda ideológica. Já na virada do século, o Grupo Dramático Teatro Livre,

com sede na Rua dos Andradas, no centro do Rio de Janeiro, atraía jovens anarquistas operários que, muitas vezes, se profissionalizariam anos depois. Foi o caso de **Clotilde Duarte** e **Davina Fraga**, militantes operárias costureiras. Talentosas, integraram o Grupo Dramático desde a sua fundação, em 1903. Mais tarde, Clotilde formou-se em Direito e tornou-se atriz profissional, sem nunca abandonar a causa operária. Davina foi convidada a trabalhar na Companhia Nacional de Teatro. Também atuaram no Grupo Dramático, as operárias **Carolina Licirgo, Elisa de Oliveira, Maria Rezende, Carmen Ferrer**, grande defensora dos direitos iguais para mulheres e homens.

Outro grupo anarquista bastante ativo foi o Grupo Dramático 1º de Maio, que encenou espetáculos de cunho social e libertário no Rio de Janeiro. Nas comemorações do Dia do Trabalhador apresentou a peça *“O Casamento Escandaloso”* no Teatro Municipal de Niterói. No palco, apresentava-se **Clara Telles**, atriz e operária.

As jornalistas **Maria da Luz Abranches, Matilde Soares, Matilde Magrassi, Maria de Lourdes Nogueira, Maria de Oliveira, Maria Angelina** e **Pilar Soares**, operárias por função e anarquistas por convicção, devem ser mencionadas pela grande contribuição que deram à causa da igualdade entre homens e mulheres, na casa e no trabalho, com seus artigos contundentes, publicados em jornais e revistas anarquistas e comunistas, como *“A Plebe”*, *“A Obra”* e *“Spartacus”*.

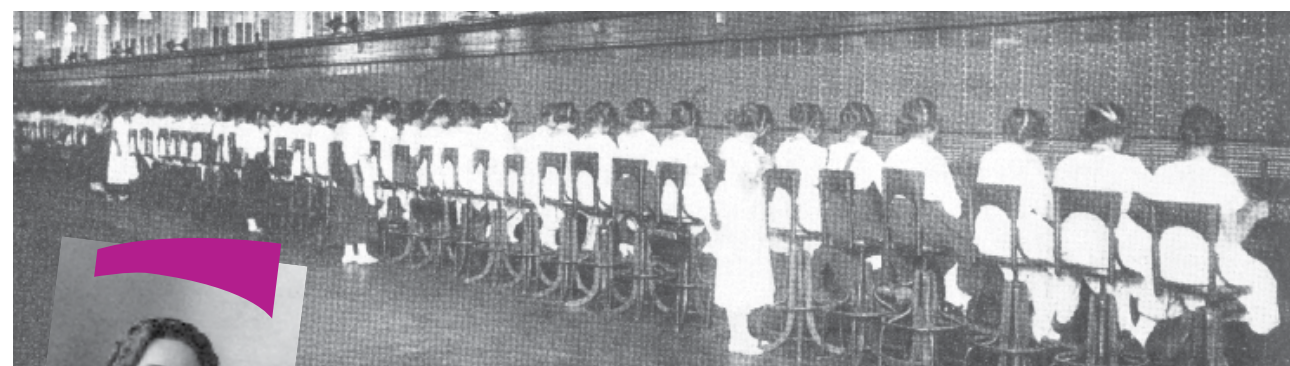
Na segunda década do século 20, porém, o anarquismo entrava em crise. Chegavam ao Brasil as notícias da ruptura entre os anarquistas e os comunistas que triunfaram na Revolução de 1917, na Rússia. A revolução anunciava a *“aurora de novos tempos”* e as correntes de esquerda que não a acompanhavam *“iam contra a marcha da história”*. Nasce assim, em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil, em Niterói.

Em 1928, é fundado, sob influência do Partido Comunista do Brasil, o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, uma das primeiras instituições de mulheres sindicalistas do país. Reunindo mulheres sindicalistas de todo o Brasil, o comitê fazia parte do Bloco Operário



e Camponês – organização político-partidária que chegou a disputar as eleições presidenciais seguintes. Tinha como objetivo político fazer a divulgação das idéias do PCB, sobretudo nas portas das fábricas e oficinas. Participando da fundação do Comitê e sendo destacadas oradoras podemos citar: **Maria Lopes, Isaura Nepomuceno** e **Laura Brandão**, militantes comunistas com participação ativa nas lutas dos trabalhadores da Primeira República.

Mas será apenas a partir do ano de 1934, no governo de Getúlio Vargas, que a participação feminina na política verá seus primeiros resultados concretos. A Constituição de 1934 regulamenta, ainda que de maneira incipiente, o trabalho feminino. Ficava estabelecido “*sem distinção de sexo*” que a todo trabalho



de igual valor corresponde salário igual. Além disso: “*é vedado o trabalho feminino de 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho à mulher grávida durante um período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir a mulher grávida pelo simples fato de gravidez*”.

to e quatro semanas depois; é proibido despedir a mulher grávida pelo simples fato de gravidez”.

Com o golpe do Estado Novo, porém, as organizações de trabalhadores passaram a depender do reconhecimento do governo e podiam ser cassadas. A política trabalhista de Getúlio tinha como objetivo principal reprimir os esforços da classe trabalhadora utilizando-se de artifícios tais como o imposto sindical, que dispersava o movimento, assim como a obrigatoriedade da unidade sindical, ou seja, de existir apenas um sindicato por classe profissional.

Apesar disso, as mulheres sindicalistas continuaram sua luta histórica pela igualdade, justiça e cidadania. Criaram departamentos femininos dentro dos sindicatos para afastar o “machismo sindical” e participaram de todos os encontros organizados pelos trabalhadores, muitas vezes sem alcançar o prestígio merecido. A euforia do início dos anos 1960 teria reflexos nos movimentos de mulheres e mesmo com a voz sufoca-

da pela ditadura militar, as sindicalistas permaneceram ativas. A efervescência das idéias feministas no meio sindical teve na realização da I CONCLAT, em 1981, seu grande momento: as reivindicações das trabalhadoras começavam a ser absorvidas pelas centrais sindicais. Uma grande vitória feminina na conferência dos trabalhadores seria o reconhecimento da profissão e dos direitos das empregadas domésticas.

Em 1988, as trabalhadoras comemoram ao lado das organizações feministas a ampliação de seus direitos garantidos na Constituição Brasileira, fruto da mobilização orquestrada entre os movimentos de mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a bancada feminina no Congresso.

Mulheres na chefia sindical no Estado do Rio de Janeiro

A Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro foi criada em 1961 e a fundadora e primeira presidente foi **Maria Odete da Conceição**. Depois de muita luta para a ampliação dos direitos da classe, essa associação foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Rio de Janeiro e teve como primeira presidente **Nair Jane de Castro Lima**, reconhecida militante da entidade e do movimento das mulheres. Atualmente, existem mais de uma dezena de sindicatos da categoria espalhados pelo interior do estado.

O Sindicato dos Bancários no Rio de Janeiro teve **Fernanda Duclos Carisio**, uma de suas grandes lideranças. Fernanda participou ativamente do movimento estudantil e integrou o Movimento pela Emancipação do Proletariado. Presa pela ditadura militar em 1977, foi anistiada no ano seguinte. Ainda em 1978, começa a participar ativamente do movimento sindical bancário do Rio de Janeiro, como funcionária do Banco do Brasil. Um ano depois, integra o comando da primeira grande greve da categoria, que duraria três dias e paralisaria todas as agências do Rio de Janeiro. Foi eleita diretora do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro em 1991 e, três anos mais tarde, torna-se

a primeira mulher a presidir a entidade, entre 1994 a 1997, voltando ao cargo nas eleições seguintes. Trabalhou pelo Movimento Ação e Cidadania contra a Fome e a Miséria e, em 2001, foi a primeira mulher eleita para presidir a poderosa Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT).

Jornalista desde 1969, **Elisabeth Costa** é especialista em noticiário internacional e trabalhou nas principais redes de televisão brasileiras. Por dois mandatos esteve na presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, de 1987 a 1992, tendo sido a primeira mulher a ocupar essa posição. É atualmente presidente da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas.

Vanda Lacerda, atriz, filha da líder grevista Elvira Boni Lacerda, começou sua carreira viajando por todo o Brasil com a companhia de teatro “Artistas do Povo”. Sempre participou das lutas sindicais de sua categoria, tendo sido uma das grandes batalhadoras na luta pela regulamentação da profissão de artista no Brasil. Alcançada esta meta em 1978, Vanda torna-se, naquele mesmo ano, a primeira mulher a ocupar a presidência do Sindicato dos Artistas.

A primeira mulher a ocupar a presidência do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro foi **Hildézia Medeiros**. Vice-presidente da associação, assumiu o cargo maior, na vaga deixada pelo titular, para completar o mandato. Reconhecida por sua atuação e liderança, foi eleita presidente do Sindicato, em agosto de 1986.

O Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro foi fundado em agosto de 1977 e teve como primeira presidente **Maria Bernadete Bandeira dos Santos**, enfermeira de prestígio e coordenadora regional do INAMPS. Com o objetivo de dar prosseguimento ao trabalho iniciado por Maria Bernadete, foi eleita para a segunda gestão da entidade, 1981 a 1984, a primeira secretária em exercício **Maria Therezinha Nóbrega Silva**.

A médica **Iná Meirelles** foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente de uma Central Única dos Trabalhadores, a CUT do Rio de Janeiro (1994-1997). Um ano antes, ela havia sido eleita vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro. Ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), acabou presa e condenada em 1969 pela ditadura militar. No início da década de 70, foi uma das fundadoras do Comitê Brasileiro pela Anistia. Concedida a Anistia em 1978, dois anos depois ela concluiu o curso de Medicina.

A costureira carioca **Jussara Maciel** conseguiu romper com a hegemonia masculina na direção da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuário do Estado do Rio de Janeiro, quando, cinquenta anos após sua criação, assumiu a presidência da entidade, em 1998, onde permanece até hoje, depois de ser reconduzida ao cargo para uma segunda gestão. 🌸



Vanda Lacerda



Nair Jane



Hildézia Medeiros



Jussara Maciel



Kati Almeida Braga



Maria Sílvia Marques

TECELÃ, AINDA CRIANÇA

Francisca da Silva Cruz nasceu em 1910, na vila operária da antiga Fábrica de Tecidos da Cia. Têxtil Brasil Industrial, no atual município de Paracambi, Rio de Janeiro. Menina negra era de uma família tipicamente operária; sua mãe costurava sob encomenda da fábrica e seu pai trabalhava na lubrificação de máquinas. Começou a frequentar a escola operária com dez anos de idade, quando se tornou também trabalhadora. As crianças contratadas pela empresa se dividiam em duas turmas: num dia um grupo ia para a fábrica e o outro para a escola e vice-versa. A partir do momento em que aprendeu a ler e a fazer as quatro operações básicas da matemática, Francisca, assim como ocorria com as outras adolescentes, passou a trabalhar diariamente. Aos 15 anos, devido a sua habilidade e dedicação, foi promovida a tecelã.

ASSUMINDO OS COMANDOS

Os dados estatísticos revelam um aumento significativo da participação feminina nos mais altos cargos das empresas e no mundo dos negócios brasileiros. No Rio de Janeiro, as mulheres executivas vêm fazendo a diferença e derrubando as barreiras de redutos masculinos no mercado de trabalho. Entre estas: **Beatriz Larragoite** – vice-presidente do Grupo Sul-América; **Kati Almeida Braga** – superintendente do Grupo Icatu e **Maria Sílvia Bastos Marques**, que foi a primeira mulher a ocupar um cargo na diretoria do BNDES e a presidência da Companhia Siderúrgica Nacional.





Isabel Salgado

Pintando o podium de rosa choque

A inclusão das mulheres nos esportes foi sem dúvida um caminho a mais para a superação da discriminação.



Maria Lenk

"O papel da mulher nos Jogos Olímpicos deve ser o mesmo das Olimpíadas da Antiguidade, ou seja, premiar os homens vencedores com a coroa de louros".

(1935)

Pierre de Coubertin, fundador dos atuais Jogos Olímpicos

No Brasil do fim do século XIX e começo do XX, há pálidos registros de participação feminina amadorística em esportes ainda hoje considerados reduzido quase exclusivo dos homens, tais como tiro ao alvo, futebol e competições automobilísticas.

Entretanto, o grande passo para a mulher esportista foi dado em 1928, ano em que as atletas do mundo conquistaram o direito de disputar oficialmente as provas olímpicas. Venceram o todo poderoso criador das olimpíadas da era moderna e ferrenho opositor à participação feminina, Barão Pierre de Coubertin, que logo em seguida pediu demissão do cargo de presidente do Comitê Olímpico Internacional.

Coube à nadadora paulista **Maria Lenk** a honra de ser a primeira sul-americana a competir em uma olimpíada, em 1932, abrindo o caminho para as demais esportistas do continente. Já nas olimpíadas seguintes, em 1936, a delegação olímpica brasileira contava com a participação de cinco atletas femininas, sendo a de melhor classificação a nadadora carioca **Piedade Coutinho** que obteve em Berlim o 5º lugar na prova de 400 m nado livre.

Três anos mais tarde, foi criada a primeira Faculdade de Educação Física brasileira, na então Universidade do Brasil, hoje UFRJ, fru-

to do esforço de Maria Lenk e **Ivete Mariz**, entre outras atletas. Uma das formandas desta instituição é a carioca **Yara Vaz**, que completou seu curso em 1941 e se tornou pioneira na divulgação da ginástica no Brasil. Estimulou, durante décadas, milhares de mulheres à prática de exercícios físicos através do programa que estreou na TV Tupi em 1952.

As esportistas fluminenses não se deram por satisfeitas e, em 1949, teve lugar no Rio de Janeiro o que foi considerado o primeiro movimento emancipatório das mulheres nos esportes competitivos: os Jogos da Primavera ou Jogos Femininos, como ficaram conhecidos.

Durante o Estado Novo (1937-45), porém, Getúlio Vargas, assinou o Decreto 3.199, no qual ditou as regras do esporte feminino, proibindo as mulheres de praticar esportes "incompatíveis com a condição feminina", como as lutas de qualquer natureza, o beisebol, entre muitos outros. Esse decreto foi sancionado apenas em 1965, mas no ano anterior, durante os primeiros meses da ditadura militar, o Conselho Nacional de Desportos adiantara-se e proibira a prática do futebol feminino no Brasil. Nem com isso conseguiram ofuscar a participação das mulheres nos

esportes naquele período. Ainda na década de 1960, a niteroiense **Aída dos Santos**, negra e sem recursos, seria a revelação do atletismo brasileiro. Superando o preconceito racial e especialmente o forte machismo de sua modalidade esportiva, Aída foi a única mulher na delegação do Brasil e conquistou o quarto lugar no salto em altura durante as Olimpíadas de 1964, no Japão. A melhor colocação de uma brasileira nas olimpíadas até então.

Em 1979, a equipe feminina de judô inscreveu-se com nomes de homens no Campeonato Sul-americano da Argentina, motivando a revogação do Decreto 3.199, que várias atletas brasileiras já haviam recomendado na CPI da Mulher de 1976.

De lá para cá, o excludente mito da suposta inferioridade física das mulheres vem sendo continuamente nocauteado nos tantos pódiums e nas inúmeras medalhas conquistadas pelas atletas em competições no mundo inteiro. Em 1995, o Brasil consagra-se Campeão Mundial de Vôlei Feminino. Dez anos antes, a equipe onde se destacavam as "musas" **Isabel Salgado** e **Vera Mossa**, já havia conquistado várias medalhas nos jogos Pan-Americanos, nas Olimpíadas e nos Campeonatos Mundiais, além da atenção de todo o Brasil para a garra e a competência das atletas.

As cariocas **Sandra Pires** e **Jackeline Silva** entraram para a história do Vôlei de Praia e do esporte brasileiro em 1996, quando tornaram-se as primeiras mulheres

a ganhar uma medalha de ouro em jogos olímpicos.

São muitas as fluminenses que se destacaram nos esportes nestas últimas décadas. A ginasta carioca **Luisa Parente** escreveu seu nome na história do atletismo através da conquista de duas medalhas de ouro nos Jogos Pan-Americanos e de sua participação em quatro Olimpíadas.

Nascida em Niterói, a triatleta **Fernanda Keller** é outro grande exemplo de excelência feminina nos esportes. Especialista em provas de longa distância, já conquistou cinco medalhas de bronze no Campeonato Mundial de Ironman (1994-99), é recordista sul-americana da prova e hexacampeã do Troféu Brasil de Triathlon (1991-96) e seu nome figura em cinco edições consecutivas do Guinness Book, o cobiçado livro dos recordes. Fernanda é a única atleta brasileira que participou 13 vezes seguidas do Campeonato Mundial de Ironman, no Havaí, considerada a prova de triathlon mais difícil e disputada do planeta.

Atualmente todos os esportes são em teoria abertos às mulheres. Entretanto, as práticas esportivas permanecem em territórios sexuais: homens e mulheres se distribuem de forma ainda bastante desigual. Apesar de não serem mais consideradas inconvenientes ou incapazes, as mulheres continuam tendo que enfrentar os vestiários de uma política esportiva excludente, que não cogita nomes femininos em seus mais altos cargos de poder. 🏆



Fernanda Keller



Sandra Pires e Jackeline Silva



Yara Vaz

Aída dos Santos



O feminismo no palco da história

A contribuição das mulheres fluminenses

Se a princípio houve uma reação contrária ao feminismo, com suas militantes sendo olhadas de forma preconceituosa e depreciativa, seja pela imprensa ou pela opinião pública, hoje esta imagem está mudando. As feministas já não são vistas como mulheres que lutam contra os homens. Elas provaram sua competência e a pertinência de suas causas, e passaram a interagir de forma criativa com outros movimentos sociais.

Panorama Geral

No mundo ocidental, os anos 1960 foram marcados pela luta das chamadas minorias pelos direitos civis. Nos Estados Unidos, paralelamente à luta dos negros americanos contra a segregação racial e aos movimentos políticos contrários à guerra do Vietnã, assistiu-se o ressurgimento do movimento de mulheres. Essa nova onda distanciava-se da sua primeira fase, focalizada na luta pelo direito ao voto do final do século XIX, e início do XX. O feminismo da década de 1960 se apoiou, principalmente, nas idéias da escritora francesa Simone de Beauvoir, expressas em seu livro O Segundo Sexo, publicado pela primeira vez em 1949. Neste livro, a autora analisa o desenvolvimento psicológico das mulheres e os condicionamentos de sua socialização que as tornam alienadas e submissas aos homens. A divulgação das idéias de Simone, ao longo dos anos 50, foi o marco intelectual para a nova organização do movimento de mulheres internacional.

Nessa época, a advogada carioca **Romy Medeiros da Fonseca** e a amazonense, radicada no Rio de Janeiro, **Ormindia Ribeiro Bastos**, ex-assessora jurídica da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, apresentaram ao Congresso Nacional, em forma de projeto de lei, um novo estatuto jurídico da mulher casada. Depois de várias alterações, dez anos de tramitação na Câmara Federal e muita pressão das mulheres, o Código Civil Brasileiro foi modificado através da lei 4.121, sancionada pelo Presidente João Goulart, em

27 de agosto de 1962. A principal mudança referia-se ao direito da esposa trabalhar fora do lar, que até então dependia da autorização do marido.

A nova etapa do feminismo teve outro marco importante com a publicação do livro A Mística Feminina de Betty Friedan (1963), que agrega às idéias de Beauvoir novas formulações para a reorganização do movimento de mulheres. Friedan busca explicar o que ela chamou de o “mal que não tem nome”, representando a angústia do eterno feminino, da mulher sedutora e submissa. Em 1971 a escritora e feminista carioca **Rose Marie Muraro** promoveu a vinda ao Brasil de Betty Fridman, cuja passagem pelo Rio de Janeiro provocou enorme polêmica na imprensa suscitando o debate sobre a condição feminina no País.

O mundo vivia um período de inquietude social. Nesta conjuntura, a difusão do novo pensamento feminista contribuiu para acirrar a insatisfação das mulheres com o tradicional papel que desempenhavam na sociedade. Alimentadas por novas informações, passaram a reunir-se, promovendo intensa mobilização em busca de outras formas de realização pessoal. Em resposta a este movimento, a Organização das Nações Unidas indicou a realização de uma grande conferência internacional, realizada na cidade do México, com a presença de delegações de diversos países, inclusive do Brasil. Este evento aconteceu no ano de 1975, quando foi instituído como o Ano Internacional da Mulher, inaugurando em todo o mundo a Década da Mulher, período que se estende até 1985.

Acima, Léila Gonzales
abaixo, Rose Marie Muraro



A necessidade de ampliar a cidadania das mulheres difundiu-se nos mais variados países, independente de seu grau de desenvolvimento econômico e social. A partir da consigna Diferentes, mas não Desiguais, travaram-se lutas concretas em prol da construção de uma sociedade igualitária.

A despeito de o momento político nacional estar marcado pelo cerceamento das liberdades democráticas, diferentes estratégias e algumas parcerias possibilitaram a organização de debates onde as mulheres puderam discutir seus problemas comuns. Foi, portanto, nesse contexto que emergiu no Brasil o feminismo organizado dos anos 1970. A nova onda feminista, se por um lado lutou contra a ditadura militar, por outro lutou também contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer.

Cenário Fluminense

No Rio de Janeiro o calendário de 1975 abrigou um evento histórico de comemoração do Ano Internacional da Mulher, patrocinado pelo Centro de Informações da ONU. Na Associação Brasileira da Imprensa (ABI) aconteceu a semana de debates com o título O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira. Organizado por **Mariska Ribeiro, Maria Luiza Heilborn, Maria Helena Darci de Oliveira, Elice Muneratto, Kati Almeida Braga, Branca Moreira Alves, Leila Linhares**, dentre outras, este evento reuniu profissionais liberais, estudantes universitárias e donas-de-casa para discutir os problemas das mulheres brasileiras diante de uma plateia composta por mais de 400 participantes. Como fruto deste encontro, foi fundado o Centro da Mulher Brasileira (CMB), primeira organização feminista criada nesta nova fase. Entre as fundadoras se destacam as cariocas - de nascimento e de coração - **Branca Moreira Alves, Moema Toscano, Rose Marie Muraro, Heloneida Studart, Fanny Taback e Maria do Espírito Santo (Santinha)**. A proposta do CMB foi de criar grupos de reflexão, promover atividades para tornar visível a questão feminina e combater o papel subalterno da mulher na sociedade.

Ainda em 1970, a socióloga e feminista Fanny Taback fundou e dirigiu, por 14 anos, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher criado em uma Universidade Brasileira.

A ação do feminismo brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 esteve colada à luta pela redemocratização, por direitos de cidadania e igualdade social. Multiplicaram-se dezenas de grupos autônomos de mulheres, reunindo as mais diferentes expressões políticas. No Rio de Janeiro, em 1974, Jacqueline Pitanguy, Branca

Moreira Alves, Mariska Ribeiro e Sandra Boschi constituíam um grupo de reflexão e pesquisa, mais tarde conhecido como grupo CERES. Dois anos depois, **Ângela Borba, Walquíria Barbosa, Madalena Guilhon** e outras - a maioria oriundas de organizações clandestinas de esquerda e da luta pela anistia - fundam o Brasil Mulher do RJ. Em 25 de abril de 1979 é formalizada a criação do Coletivo Feminista, resultante de criação no Centro da Mulher Brasileira. O documento de fundação, assinado por um grupo de 23 mulheres com opções políticas diversas, enfatiza a autonomia do movimento feminista, em particular com relação à estrutura partidária. Entre as fundadoras estavam **Maria José de Lima, Maria Luiza Heilborn, Ligia Rodrigues, Maria Alice Rocha, Anette Goldberg e Maria Helena Darci de Oliveira**. Em 1981 nasce o Mulherando, um grupo de reflexão feminista impulsionado pela escritora **Raquel Gutierrez**, a novelista **Glória Perez, Celina Engersen, Márcia Lacerda, Edda Gutierrez**, entre outras.



No início dos anos 1980, o movimento feminista brasileiro começa a ganhar novos contornos, incorpora outros segmentos e volta-se, também, para realidades específicas, como trabalhadoras urbanas e rurais, mulheres organizadas em torno de clubes de mães ou associações de moradores, de sindicatos, lésbicas, grupos de mulheres negras, mulheres da academia, prostitutas, empresárias, produtoras culturais e educadoras populares. Este conjunto traduzia um complexo universo de reivindicações que se expressava nos diversos encontros estaduais, regionais e nacionais que se promoveu nesta década.

No Rio de Janeiro, as comemorações do 8 de março – Dia Internacional da Mulher – foram sendo instituídas como a data oficial para os encontros estaduais que aconteceram regularmente, desde 1977 até meados da década de 1980. No âmbito nacional, as primeiras reuniões feministas foram promovidas no espaço dos encontros anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que no período ditatorial se converteram em local privilegiado de articulação e desenvolvimento das idéias progressistas. Foi assim que aconteceu o que se convencionou chamar o 1º Encontro Nacional Feminista, em Fortaleza, na SBPC de 1979. No ano seguinte o 2º Encontro, no Rio de Janeiro, foi uma reunião histórica que atraiu mais de 1.500 participantes entre professoras, estudantes universitárias e militantes do movimento. O sucesso dessa experiência levou as feministas a formularem uma proposta de continuidade. A partir de então passaram a convocar regularmente encontros nacionais que foram realizados durante as reuniões anuais da SBPC. Entretanto, o crescente interesse das mulheres levou à decisão de inaugurar um novo formato, com novas metodologias de integração, com a ampliação

dos dias de debate e escolhendo um espaço comum de convivência exclusiva das participantes.

Em 1986, aconteceu em Petrópolis o 8º Encontro Nacional, promovido pelas feministas cariocas, registrando-se um aumento significativo de representantes por estado. Na comissão organizadora estavam **Alda Cota, Angela Borba, Bila Sorj, Danda Prado, Carla Teixeira, Fátima Melo, Fernanda Carneiro, Madalena Guillon, Marcia Coelho, Marília Pastuk, Maria José de Lima, Rita Andréa, Rosana Heringer, Sandra Belo e Wânia Sant'Anna.**

Este período, fértil em debates e produção de textos, ampliou o número de espaços feministas no Rio de Janeiro, com a criação no IUPERJ da Associação de Pesquisas e Estudos da Mulher (APEM), que teve como grandes colaboradoras **Neuma Aguiar, Lélia Gonzáles e Danda Prado.** Em 1983 surge o jornal *Sexo Finalmente Explícito*, com o objetivo de ser um veículo de informação e debate da Campanha sobre o Aborto, em cumprimento às decisões do I Encontro Nacional de Mulheres sobre Saúde, Contracepção e Aborto, realizado no mesmo ano na capital fluminense. Era produzido por **Hildete Pereira de Melo, Leonor Nunes Paiva, Maria José de Lima, Danda Prado e Eunice Guttman** e contava com muitas colaboradoras. No ano seguinte, grupos, organizações e militantes se juntam para criar o Fórum Feminista do Rio de Janeiro. Um espaço autônomo de confluência das ações e propostas das mulheres fluminenses. Acumula, nesses dezenove anos de existência, uma longa história de encaminhamentos e ações bem-sucedidas no que diz respeito às políticas públicas e outras manifestações próprias da agenda feminista. Ainda que tenha passado por momentos de refluxos, como nos últimos anos, nunca deixou de ser uma referência para os movimentos de mulheres do Estado.



ANGELA BORBA

A carioca Angela Borba nasceu em 4 de abril de 1953. Historiadora e ativista política, integrou, ainda na juventude, a Ação Popular - AP, grupo de resistência à ditadura militar. Engajou-se decisivamente no movimento feminista através do grupo Brasil Mulher do Rio de Janeiro, do qual foi uma das idealizadoras. Aos 26 anos, em 1979, foi co-fundadora do Partido dos Trabalhadores, onde criou o núcleo de mulheres intitulado Muito Prazer Mulheres do PT, iniciativa que motivou a formação de outros grupos em vários estados e municípios. A multiplicação dessa experiência deu origem a Secretaria Nacional de Mulheres do PT, da qual foi a primeira coordenadora. Sua participação também foi fundamental na criação do grupo Nós Mulheres e do Fórum Feminista do Rio de Janeiro. Por sua liderança e capacidade de articulação com diferentes setores da sociedade, tornou-se uma militante feminista nacionalmente reconhecida.



Nosso corpo nos pertence

A discussão sobre a saúde da mulher esteve entre os principais temas do feminismo, desde seu ressurgimento nesta fase da história. O regresso para o país de militantes que viveram na Europa o exílio político da década de 1970 foi determinante para introduzir na agenda das brasileiras o polêmico tema do aborto, um dos principais eixos de luta do movimento internacional de mulheres desta década.

Em janeiro de 1980, a polícia fluminense invadiu uma clínica clandestina no bairro de Jacarepaguá e prendeu duas mulheres pela prática do aborto. Em resposta à ação policial, foi organizado um protesto pelas feministas cariocas. Esta manifestação teve uma enorme repercussão, pois era a primeira vez que um grupo de mulheres vinha a público reivindicar o direito ao aborto. O silêncio que envolvia o assunto estava definitivamente rompido, e vários debates se sucederam na televisão e rádios locais. A partir deste momento, organizou-se uma campanha de âmbito nacional pela descriminalização do aborto, e gradativamente o tema passou a ser tratado no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos.

No Rio de Janeiro, a deputada estadual **Lúcia Arruda** apresentou um projeto de lei obrigando a rede pública a oferecer o serviço de abortamento nos casos admitidos pelo Código Penal (gravidez por estupro e quando há risco de vida para a mulher). A proposta, aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, sancionada pelo então Governador Leonel Brizola (lei 832 de 07/01/85), e regulamentada pelo Secretário de Saúde Eduardo Costa, foi fatalmente condenada pelo Arcebispo Dom Eugênio Salles. A forte pressão do clero levou o Governador Brizola a voltar atrás e propor, com sucesso, sua revogação. Este lamentável episódio gerou forte reação das feministas, em particular pela constatação da influência da Igreja Católica sobre questões civis.

A intensa dedicação das feministas ao tema da saúde – abordando outras questões como gravidez e parto, mortalidade materna, contracepção e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e do câncer ginecológico entre outros temas – introduziu-as como interlocutoras legítimas no debate público sobre a saúde da mulher. O diálogo com o Ministério da Saúde e a atuação de diferentes grupos tiveram como resultado histórico, em 1984, a elaboração do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), um modelo que vem servindo de exemplo para outros países da região. O acúmulo de forças e o crescente número de entidades voltadas para essa questão possibilitou que, em agosto de 1991, fosse criada a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que hoje integra mais de 100 organizações.

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, da Criança e da Adolescência da Secretaria Estadual e Municipal de Saúde do Rio de Janeiro permanece como locus de resistência aos modelos tradicionais de assistência que contemplavam de forma restrita a saúde materno-infantil. Tanto na capital como no interior do estado, programas e projetos das secretarias de saúde vêm incorporando metodologias e filosofias de abordagem e atendimento herdadas do feminismo.





Quem ama não Mata

A luta contra a violência explodiu com a reação coordenada de feministas diante das notícias de vários assassinatos de mulheres por seus companheiros. O que antes não passava de pequenas notinhas nos jornais ganhou as primeiras páginas com a indignação e denúncia de diferentes grupos. As mortes de Ângela Diniz (RJ), Maria Regina Rocha e Eloísa Ballesteros (MG) e Eliane de Gramont (SP) tiveram enorme repercussão e foram tomadas como exemplos de que o silêncio protegia os assassinos. O bordão Quem ama não Mata, gritado inicialmente pelas feministas mineiras, grafitado nos muros por militantes cariocas, ecoou por todo o Brasil, levando inclusive a TV Globo a transformar a questão numa mini-série, com o mesmo título do slogan, que teve enorme audiência.

Em junho de 1980 aconteceu o Encontro Feminista de Valinhos (SP). Deste encontro saiu uma recomendação para a criação de espaços de denúncia e solidariedade para com as vítimas. Em 1981, **Ligia Rodrigues, Maria Alice Rocha, Nilce Gomes, Rita Andréa** e outras criam na capital fluminense o SOS Mulher, à exemplo da experiência paulista. A atuação das feministas no combate à violência contra as mulheres impulsionou o surgimento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAMs) em vários estados. No Estado do Rio de Janeiro a primeira DEAM foi implementada em 18 de julho de 1986 e teve como delegada titular **Marli Preston**. A primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de violência doméstica do Estado foi uma iniciativa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e funciona desde abril de 1997. Atualmente, esse espaço de acolhimento, está vinculado ao Rio Mulher. Impulsionado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) foi criado, em 1999, o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), que presta atendimento psicológico, social e jurídico às vítimas de violência doméstica e sexual. Conta com uma equipe multidisciplinar, coordenada por **Cecília Soares** e atende a uma média de 500 mulheres por mês, desde sua inauguração.

VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

Não fosse a repercussão dada pela mídia, esses casos seriam apenas alguns processos entre tantos outros de violência praticada contra mulheres. Entre 1992 e 1995, 160 mulheres foram mortas somente no Rio de Janeiro. De 1964 a 1995, foram assassinadas 770 mulheres, sendo que 70% por seus maridos, amantes ou companheiros agindo por motivos fúteis como ciúme e machismo.

ÂNGELA DINIZ

Era fim de tarde em Búzios, no dia 30 de dezembro de 1976, quando o playboy Raul Fernando Street, conhecido como Doca Street, disparou três tiros no rosto e um na nuca de sua companheira Ângela Maria Fernandes Diniz, então com 32 anos. Minutos antes, ela o havia expulsado de casa. Doca namorou Ângela por poucos meses e o temperamento possessivo do amante a incomodava. No primeiro julgamento, em outubro de 1979, Doca foi condenado a dois anos de prisão com direito à suspensão condicional da pena. O júri entendeu que ele agiu motivado por uma “violenta agressão moral”. Seu defensor desdobrou ao infinito a tese de “legítima defesa da honra”, pintou a vítima como uma “vênus lasciva” e sensibilizou um júri composto por cinco homens e duas mulheres. “Matei por amor”. A frase soou, dramática, na boca de Doca Street, como símbolo do machismo que caracterizava os anos 70. Horas depois de seu julgamento e sob aplausos, ele caminhou sem culpa pelo chão de um tribunal de Cabo Frio. Fora absolvido do assassinato de Ângela. Como ele, até meados do século passado muitos criminosos foram absolvidos baseando-se nesse argumento pelo qual o homem podia ser perdoado por executar a mulher considerada “adúltera”.

Dois anos depois, a promotoria recorreu e o slogan “quem ama não mata”, repetido à exaustão por militantes feministas que acompanhavam o segundo julgamento, foi decisivo para a vitória contra a impunidade. Em decisão histórica, transmitida pela tevê, Doca foi para a cadeia, condenado a 15 anos de prisão.

DANIELA PEREZ

Daniela Perez, aos 22 anos, depois de violentamente espancada, foi assassinada com 18 tesouradas pelo ator Guilherme Pádua e sua mulher, em 28 de dezembro de 1992. Guilherme e Daniela formavam o par romântico “Bira” e “Yasmin” da novela da Rede Globo De Corpo e Alma, escrita pela mãe de Daniela, Glória Perez.

A realidade atropelou a ficção e o ator e sua mulher, Paula Thomaz, confessaram ter assassinado, por motivos passionais, a jovem atriz. Paula e Guilherme foram condenados a 15 e 19 anos, respectivamente, porém tendo cumprido um terço da pena, encontram-se já em liberdade.

Daniela começou a dançar aos 5 anos de idade e iniciou sua carreira artística aos 18 anos. Três anos antes de ser morta, em 1989, apareceu pela primeira vez na televisão como uma das dançarinas da novela Kananga do Japão, da rede Manchete. Era casada com o ator Raul Gazzola.

EDMA VALADÃO

A maranhense Edma Rodrigues Valadão nasceu em 1953. Formou-se em Enfermagem no Rio de Janeiro, onde chefiou o ambulatório do Hospital dos Servidores do Estado. Em 1993, entrou para o Sindicato dos Enfermeiros, sendo eleita para a sua direção. Durante anos lutou pelos direitos dos profissionais de Enfermagem, sendo conduzida à presidência do Sindicato, em julho de 1996. Através do seu trabalho conseguiu ampliar a militância sindical de sua categoria no interior do estado. Em setembro de 1999, um mês após ser reeleita presidente, foi assassinada sob circunstâncias misteriosas. A polícia até hoje não solucionou o crime.

MÁRCIA LYRA

No dia 26 de abril de 2001, o terror invadiu o lar da fonoaudióloga Márcia Maria Lopes Coelho Castro Lyra, residente no bairro carioca de Santa Teresa. Márcia, de 42 anos, foi assassinada durante assalto a sua casa. Um dos assaltantes ainda perguntou-lhe se ela preferia ficar presa no quarto com o filho de 15 anos ou com a filha de 13 anos. Ela pediu para ficar com a garota. Foi estuprada e assassinada a golpes de facão na nuca. A filha também levou uma facada, foi violentada, mas sobreviveu. As investigações revelaram que um dos envolvidos no crime era o pedreiro que fazia reforma na sua residência. O requinte de crueldade cometido contra Márcia e seus filhos indignou e comoveu a população. Márcia era assessora parlamentar e defensora intransigente dos direitos humanos.

MARIA HELENA DA ROCINHA

A líder comunitária da Rocinha, Maria Helena, contribuiu para a organização política da favela, participando ativamente do movimento de reivindicação por melhoria da qualidade de vida no morro. Entre outros resultados colhidos com suas iniciativas estão a criação de creches e a geração de trabalho para as costureiras. Ao assumir a presidência da Associação de Moradores, deu especial atenção aos idosos, promovendo eventos para angariar fundos com o objetivo de auxiliá-los. Morreu assassinada em 1987, aos 25 anos de idade.

MARIA NILÇA DE SOUZA MATOS

Assassinada no dia 16 de outubro de 2000 pelo próprio marido, Maria Nilça tinha 36 anos e era moradora do bairro da Penha. Por mais de dez anos foi casada com Manoel Paixão de Matos, com quem teve quatro filhos e uma vida conjugal conturbada.

Manoel agredia verbal, física e sexualmente Maria Nilça, e os dois estavam separados no momento do crime. Ela já havia entrado com uma medida cautelar de afastamento contra ele devido à violência a que era submetida. Possessivo e ciumento, Manoel a matou e logo depois se suicidou.

SIDNEYA SANTOS DE JESUS

A advogada Sidneya Santos de Jesus, nascida em 1954, era diretora da Penitenciária Bangu I quando, na noite do dia 4 de setembro de 2000, foi assassinada ao chegar a sua casa dirigindo o próprio carro. Ostentava em seu currículo uma administração impecável no comando desse presídio de segurança máxima, fortaleza que ganhou fama como uma espécie de Alcatraz brasileiro. Sob sua chefia desde 1995, Bangu I, que abriga os bandidos mais perigosos do Estado, não teve sequer um registro de fuga, rebelião ou denúncia de tortura contra os presos.

Considerada incorruptível pelos colegas, Sidneya vigiava com o mesmo rigor presos e agentes. Em quase seis anos de administração, ela implementou uma política de repressão ao crime organizado dentro do presídio. Gravações feitas por ela apontavam visitas suspeitas e o envolvimento de advogados no controle do tráfico de drogas a partir da prisão. Foi morta, possivelmente como “queima de arquivo”, depois de encaminhar documentos e relatórios à CPI do Narcotráfico, à Ordem dos Advogados do Brasil/RJ e à Secretaria de Segurança Pública do Estado.





QUILOMBOLAS

O Brasil chega ao século XXI, com a segunda maior população negra do mundo, tendo em seu território, aproximadamente, 1.000 comunidades remanescentes de quilombos. Essas povoações são resultantes da fuga de escravos ocorrida antes da abolição, e de “pretos forros”. Constituídas longe da violência escravista, o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, é o exemplo mais conhecido dessas comunidades.

Em terras fluminenses, vamos encontrar em torno de 15 antigos quilombos e indícios de outras áreas sem localização precisa. Uns já tiveram suas terras tituladas, como é o caso de Campinho da Independência, em Paraty, pioneiro na luta pelo reconhecimento dos seus direitos de posse, conquistado desde 1999. Outros como Santana (Quatis); São José da Serra (Valença), Caveira (São Pedro da Aldeia), Angelim (Cabo Frio) e Bracuy (Angra dos Reis), já têm suas áreas reconhecidas e estão em processo de titulação. As comunidades de Rasa (Búzios), Prodígio (Araruama), Maria Joaquina (Cabo Frio), Cabral (Paraty), Saquarema, Marambaia, Magé, além do quilombo urbano de Sacopã, estão em processo de identificação e ou reconhecimento.

Infelizmente, ainda hoje, a maioria dessas comunidades vive em condições precárias, especialmente em relação à saúde, educação e produção agrícola, e têm suas tradições culturais ameaçadas, uma vez que apenas a tradição oral tem atravessado a barreira do tempo.

Embora as comunidades quilombolas venham sendo objeto de debates e luta pelo direito à terra que ocupam há várias gerações, é somente a partir de 1988 que um dispositivo constitucional garante aos remanescentes dessas comunidades, que estejam ocupando suas terras, o reconhecimento e a propriedade. Graças à pressão e esforço do Movimento Negro, que considera o resgate dos quilombos não só uma reparação justa, como também a possibilidade de reencontro com a tradição e cultura africana. O poder público tem lidado, ainda que lentamente, com a questão dos quilombolas, muitos deles ameaçados de expulsão de suas terras.

Mulheres conquistam espaços governamentais

Em 1982 a sociedade brasileira viveu um momento importante na política, com a convocação de eleições diretas para governador. Valendo-se disto, um grupo de feministas paulistas propõe a criação de um órgão específico responsável pela defesa da cidadania feminina e implementação de políticas públicas para as mulheres na estrutura do Estado. Assim nasce, em 1983, os primeiros Conselhos Estaduais da Condição Feminina, em São Paulo e Minas Gerais. Essas experiências regionais repercutem nacionalmente e, por pressão do movimento feminista, o Presidente José Sarney encaminha ao Congresso projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. É aprovado o projeto de lei nº 7.335, em agosto de 1985, vinculando o CNDM à estrutura do Ministério da Justiça, com dotação orçamentária e recursos humanos. O feminismo carioca esteve por duas vezes representado na Presidência do CNDM através da socióloga **Jacqueline Pitanguy** e da escritora **Rosiska Darcy de Oliveira**.

Na esteira destes acontecimentos é instalado no Rio de Janeiro, em 1987, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), um dos mais antigos do Brasil, que tem mantido a continuidade de suas ações e preservado um espaço próprio, ao longo dos diferentes governos. Somente em janeiro de 2001, é criado, em âmbito municipal, o Rio Mulher, que tem como coordenadora a professora **Maria Edite Dantas**. Trata-se de um setor ligado ao gabinete do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, responsável pela formulação e articulação de políticas públicas na perspectiva de gênero e desenvolvimento de ações voltadas, especialmente, para as mulheres.

As etnias em cena

Mulheres de outros setores organizados da sociedade civil, ainda na década de 1980, passam a dar visibilidade a suas questões específicas. Nasce, no Rio de Janeiro, o Grumin – Grupo Mulher e Educação Indígena, primeira organização brasileira de mulheres indígenas coordenada por **Eliane Potiguara**. Em 1991 este grupo organizou, na cidade de Nova Iguaçu, um memorável encontro nacional com mais de 200 representantes.

Entre 1985 e 1990, amplia-se por todo o país o número de seminários e encontros destinados a fortalecer a organização das mulheres negras e aprofundar a visão específica de subordinação e discriminação,

marcada pelo preconceito racial. Alguns dos grupos de mulheres que se destacaram, em terras fluminenses, no início desse processo, foram: Aqualtune (1979); o Luiza Mahin (1980) e o Coletivo de Mulheres Negras (1982). Em 16 de junho de 1983, **Lélia Gonzáles, Jurema Batista, Geralda Alcântara, Helena Maria de Souza** e muitas outras fundaram o Nzinga, que agrupou mulheres do movimento negro, das associações de moradores e do movimento de favelas.

O Centro de Mulheres de Favela e Periferia, nascido em julho de 1986, foi fruto de uma longa gestação que teve início no II Encontro de Mulheres de Favela e Periferia, realizado em 1984, quando **Joana Angélica de Souza, Vera Néri, Benedita da Silva, Sandra Bello, Heloisa Marcondes, Alda Cota** e outras se juntam para viabilizar a proposta de criação da entidade. O estado do Rio de Janeiro, também, foi palco do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em dezembro de 1988 na cidade de Valença (RJ). Este evento foi precedido de seminários estaduais com o objetivo de amadurecer os conteúdos a serem discutidos em âmbito nacional. Estiveram presentes aproximadamente 440 mulheres negras de 19 estados brasileiros. Na agenda, além da crítica aos festejos do Centenário da Abolição, as participantes lograram discutir temas como racismo, educação, trabalho, saúde, organização política, sexualidade, arte e cultura.

Desde então, outros encontros vêm sendo realizados, numa contribuição importante para ampliar a compreensão sobre a diversidade cultural e reafirmar que o racismo é uma violação dos direitos humanos e que, portanto, a responsabilidade por combatê-lo é de todas as pessoas. É importante mencionar que esta trajetória comum de crescimento e enriquecimento político contou com o espírito instigador e o pioneiris-

mo de várias militantes negras, feministas e ativistas, além das já citadas: **Maria Beatriz Nascimento, Helena Theodoro, Wânia Sant'Anna, Joselina da Silva, Rosália Lemos, Hildézia Medeiros** e **Neusa das Dores Pereira** que, sem dúvida, destacaram-se nesse processo.

Em setembro de 1992, **Lucia Xavier, Jurema Werneck, Josina Maria da Cunha**, entre outras, fundam o grupo Criola, uma organização da sociedade civil que atua na defesa e garantia dos direitos humanos das mulheres negras e que se tornou referência nacional. Dois anos depois, em 1994, **Neusa das Dores Pereira** e **Beth Calvet** impulsionam a formação do grupo Centro de Documentação Coisa de Mulher (CEDOICOM), com o objetivo de lutar contra o racismo e demais preconceitos a que está submetida a população afrodescendente.



Joselina da Silva

Neusa das Dores

MARLI CORAGEM

Marli Pereira Soares tornou-se um símbolo da luta contra a violência. Nasceu em 1954, na favela da Praia do Pinto, zona sul do Rio de Janeiro. Tinha 12 anos de idade quando a favela foi criminosamente incendiada. Em 1979, testemunhou o assassinato de seu irmão Paulo, pela polícia. Mulher, negra e empregada doméstica, tomou-se de coragem, enfrentou todos os riscos e denunciou os criminosos. A repercussão do caso na imprensa transformou-se na sua única garantia de vida. Não conseguiu mais emprego. Peregrinou por delegacias e quartéis, lutando para ser ouvida. No dia que conseguiu ser recebida, viu passar pelo pátio do batalhão, onde prestava depoimento, três dos policiais militares que haviam invadido sua casa, entre eles estava um dos assassinos de seu irmão. Em 1980, foi decretada a prisão preventiva dos cinco acusados. A partir daí, sob forte pressão, ela manteve-se escondida durante muito tempo. Anos mais tarde, Marli Coragem, como ficou conhecida, perdeu um filho, também assassinado por um policial e, desde então, ninguém soube mais de seu paradeiro.



delegacias e quartéis, lutando para ser ouvida. No dia que conseguiu ser recebida, viu passar pelo pátio do batalhão, onde prestava depoimento, três dos policiais militares que haviam invadido sua casa, entre eles estava um dos assassinos de seu irmão. Em 1980, foi decretada a prisão preventiva dos cinco acusados. A partir daí, sob forte pressão, ela manteve-se escondida durante muito tempo. Anos mais tarde, Marli Coragem, como ficou conhecida, perdeu um filho, também assassinado por um policial e, desde então, ninguém soube mais de seu paradeiro.



(da esq. para direita)
Silvia Mendonça e Rosália Lemos



Jurema Batista



Coordenadoras do Grupo Criola



Jurema Werneck

Patricia Evangelista

Lúcia Xavier

Jandelice Feitosa

Josina Cunha

Helena Teodoro



ROSA GERALDA SILVEIRA

Rosa Geralda Silveira, neta de ex-escravos, nasceu no dia 18 de julho de 1929, na fazenda Caveira em Botafogo, São Pedro da Aldeia, região dos lagos, onde havia um antigo quilombo.

Sua família trabalhava no cultivo de terra na fazenda Campos Novos, situada entre os municípios de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, e em troca do trabalho ganhava apenas uma pequena parte do que produzia. Como o serviço era muito intenso, Rosa, que começou a trabalhar muito cedo, encontrou muitas dificuldades para freqüentar a escola. Havendo apenas uma matrícula no Grupo Escolar mais próximo, ela dividiu, por algum tempo, a vaga com uma de suas irmãs, ocupada em forma de rodízio semanal pelas duas. A que ficava em casa cuidava dos irmãos menores e ajudava nos afazeres domésticos. Como era muito difícil acompanhar os estudos nesse sistema de revezamento, pediu a seu pai um caderno e uma pena e começou a estudar sozinha nas horas de folga. Assim, com muito esforço, Rosa aprendeu a ler e escrever. Aos 21 anos estava casada com Joaquim Severino, também trabalhador rural nascido em Caveira. Tiveram quatro filhos.

A luta dos camponeses da região, por seus direitos e contra a exploração, teve início em 1950, a partir de uma grilagem de terra. Rosa esteve sempre à frente dessas lutas, tendo, inclusive, liderado uma greve para tentar modificar a situação em que viviam. Neste período, mais organizados, fundaram o primeiro sindicato dos Trabalhadores Rurais da região.

Em 1964, essas terras, foram arrendadas para três fazendeiros da região. O arrendamento tinha como objetivo expulsar os chamados posseiros, por meio de uma ação na justiça.

Para permanecerem no local, as famílias foram obrigadas a provar que habitavam o lugar há muito tempo, conseguindo, ainda que provisoriamente, uma carta de manutenção de posse até que a ação fosse julgada. As disputas na região se mantiveram ainda acirradas por um longo período. Por causa de sua dedicação à causa, coragem e muitos enfrentamentos, Dona Rosa, como ficou conhecida, foi presa na base aeronaval de São Pedro da Aldeia, no período da ditadura militar, e acusada de comunista.

Diz ela, que uma das maiores alegrias de sua vida foi convencer as pessoas da comunidade que seu envolvimento nos conflitos não se tratava de interesse pessoal e sim de defesa do bem comum. Na época em que começou a lutar, as mulheres sempre a olhavam com desconfiança e tinham dificuldades em aceitar seu engajamento político. Porém com o tempo, os preconceitos foram se desfazendo e elas passaram a trabalhar e lutar ao lado dos companheiros, entendendo melhor as razões que moviam Dona Rosa.

Apesar de não ter uma boa saúde, Dona Rosa continua vivendo na terra que sempre defendeu, juntamente com seus filhos, trabalhando na sua pequena roça, e nunca deixou de lado as atividades do Sindicato, além de manter viva a esperança de que estas terras sejam finalmente tituladas e os direitos dos remanescentes de quilombos finalmente reconhecidos.



Lésbicas abrem caminho

As mulheres com diferente orientação sexual somaram ingredientes ao caldo da contestação e, diante dos enormes preconceitos e violência sofrida na sociedade brasileira, organizam-se em grupos para o desenvolvimento da auto-estima, grupos de denúncia e de ação política. O primeiro grupo lésbico de que se tem notícia foi o Iamaricumas. Mais tarde, em 1995, juntam-se **Rosângela Castro, Neusa da Dores Pereira, Beth Calvet, Gisela Carvalho** para fundar o Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro. Tanto este coletivo como o CEDOICOM foram responsáveis pela organização do I SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas, ocorrido em 1996 na capital fluminense. Neste encontro foi discutida a importância de criar uma data de referência para atrair a atenção sobre o tema do lesbianismo, realizando ações orquestradas. Foi escolhido o dia 29 de agosto como o Dia Nacional de Visibilidade Lésbica. Três anos depois, esses mesmos grupos assumem a organização do V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe. Em julho de 2001, **Rosângela Castro, Daniele Duarte e Aline Borges**, ex-militantes do núcleo de lésbicas do grupo Arco-Iris, criam o Grupo de Mulheres Felipa de Souza com o propósito de defender a livre opção sexual e promover a visibilidade lésbica. Essa temática ganha impulso e espaço na mídia quando, por esforço do movimento, foi conquistada a Lei 2.475, que proíbe a discriminação de gays e lésbicas na cidade do Rio de Janeiro, assim como a garantia de direitos previdenciários aos funcionários municipais que mantêm relação com pessoa do mesmo sexo.

Embora o respeito à diferença e a não discriminação por orientação sexual estejam presentes nas consignas feministas, e apesar do crescimento e maior visibilidade dos grupos lésbicos, ainda hoje a incorporação do tema como questão política é ambígua no interior do movimento de mulheres.



BETH CALVET

A carioca Beth Calvet nasceu em 1960 e foi uma grande liderança do movimento de mulheres, em especial das ativistas lésbicas. Foi co-fundadora do Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher - CEDOICOM, em 1994 e do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro - COLERJ, no ano seguinte. Também participou da fundação do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, do Fórum de Familiares e Amigos dos Internos do Sistema Penitenciário e do Acorda Egresso. Em 2002, um ano após sua morte, em reconhecimento ao seu trabalho e homenagem póstuma, recebeu o prêmio internacional de direitos humanos dos homossexuais Felipa de Souza Award.

Maria Lúcia Vidal – diretora do Grupo Teatral “Maria vai com as outras”



Novos espaços... novas agendas

No cenário protagonizado pela sociedade civil organizada, ampliava-se o leque de grupos comprometidos com o feminismo. Novas organizações vão surgir no final dos anos 1980 e década seguinte: o Nós Mulheres; o Ser Mulher, com sede em Nova Friburgo; a Associação das Prostitutas do Rio de Janeiro; o CEMINA – Comunicação, Educação e Informação em Gênero; a REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano; a CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação; o CACES – Centro de Atividades Econômicas e Sociais; o Mulheraça; o Abayomi; o Rabo de Saia, em Nova Iguaçu; o Coisa de Mulher na Baixada Fluminense; o Movimento de Mulheres de São Gonçalo; Akotirene – Coletivo de Mulheres de Cabo Frio; o Éléékò – Gênero Desenvolvimento e Cidadania, em Niterói, o CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora, entre outros anteriormente mencionados.

As conferências da ONU

O movimento feminista teve sua agenda potencializada com a série de conferências internacionais promovidas pelas Nações Unidas no final do século XX e início do XXI. A primeira destas conferências teve como cenário a cidade do Rio de Janeiro, com a realização paralela da ECO 92, um fórum para o debate entre organizações não-governamentais e da sociedade civil. O movimento brasileiro de mulheres participou ativamente deste fórum organizando o Planeta Fêmea, que foi coordenado pela norte-americana Bella Abzug, pela carioca **Rosiska Darcy de Oliveira** e pela macaense **Thais Corral**. O Planeta Fêmea foi o lugar de referência e de intensos debates entre feministas do mundo inteiro, que teve como resultado a elaboração da Agenda 21 das Mulheres.

Seguiu-se a conferência sobre Direitos Humanos (Viena, 1993), onde a participação das advogadas feministas do Rio de Janeiro **Leila Linhares, Rosane Reis, Leilah Borges, Comba Marques Porto, Beth Garcez, Glória Marcia Percinotto** e a juíza **Saete Maccalóz**, ao lado de outras brasileiras, foi decisiva para a inclusão do recorte de gênero no documento final. No ano seguinte, no Cairo, aconteceu a conferência sobre População e Desenvolvimento, onde mais uma vez a presença de feministas foi fundamental para garantir alguns avanços no texto. Entre estas se destacaram as fluminenses **Sonia Corrêa** e **Jacqueline Pitanguy**, como negociadoras cuja habilidade e conhecimento do tema dos direitos sexuais e reprodutivos contribuiu para a qualidade do documento produzido.

As conferências da ONU possibilitaram o estabelecimento de um processo de integração internacional da luta das mulheres que teve seu apogeu na realização da IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing/1995). O período preparatório deste evento foi marcado por uma grande mobilização no país, com a participação de mais de 800 grupos na realização de encontros estaduais e de uma conferência nacional, em junho de 1995, no Rio de Janeiro. O principal produto desta mobilização foi a Carta das Mulheres, documento contendo as principais reivindicações das brasileiras para o país. Para impulsionar este processo foram criadas, em 1994, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), composta de fóruns estaduais, e uma Secretaria Executiva, que teve sua primeira sede, ao longo de dois anos, na capital fluminense, sendo coordenada por **Hildézia Medeiros, Maria do Espírito Santo (Santinha), Maria Rita Taulois, Marta de Oliveira, Madalena Guilhon, Schuma Schumacher** e **Wânia Sant'Anna**. Atualmente a Secretaria Executiva da AMB encontra-se instalada no SOS Corpo, em Recife. A AMB continua atuante no monitoramento das políticas públicas à luz da Plataforma de Beijing. Realizou em 2002, em par-

ceria com outras redes, a I Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, inaugurando, com a mobilização de mais de 5.000 mulheres, o começo do século XXI.

Os movimentos de mulheres negras desempenharam um papel central no processo preparatório da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, ocorrida em Durban (África do Sul) no ano de 2001. Demonstrando capacidade de aglutinação, colocaram no cenário da história a Articulação de ONGs de Mulheres Negras e o Fórum Nacional de Mulheres Negras e souberam, exemplarmente, buscar a convergência em torno de suas agendas e de outros setores da sociedade civil organizada, como o movimento feminista. Esse processo deixou claro que, para combater e eliminar o racismo, é preciso contar com o compromisso de todos os segmentos que lutam pela consolidação de um estado democrático e justo. A mobilização fluminense no período prévio à conferência contou com o estímulo da então vice-governadora **Benedita da Silva, Hildézia Medeiros, Abigail Páscoa, Jurema Werneck, Wânia Sant'Anna, Lucia Xavier, Rosália Lemos, Neuza das Dores Pereira** e muitas outras.

O pensamento feminista e anti-racista tem ampliado seu espaço de legitimação, tanto na estrutura do estado como nas diferentes organizações da sociedade civil. Com mais de 1.000 grupos espalhados pelo

país, eles representam a pluralidade e diversidade do movimento e seus inúmeros focos de atuação.

O feminismo é considerado, por muitos estudiosos, como o movimento social mais importante do século XX. Como afirma Bila Sorj “*Hoje, parece impossível pensar democracia, cidadania, desigualdades sociais, mudanças na organização da família, formas de trabalho, entre tantas outras dimensões da vida social, sem ter como referência a constituição de um novo sujeito social, as mulheres, e uma forma de dominação, a de gênero, construídos pelo discurso feminista*”.

Em julho de 2003 comemora-se 28 anos do seminário da ABI/Rio de Janeiro, data símbolo da segunda onda feminista brasileira que vivenciou, desde então, tempos pontuados de vitórias e também de retrocessos. Embora com uma presença ainda modesta no congresso nacional, nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores e nos governos federal, estaduais e municipais, as mulheres indígenas, negras e brancas seguem lutando para superar o estigma de sua condição biológica e alcançar seu merecido lugar nos espaços de poder e decisão.

* Versão adaptada do texto Feminismo pós 1975 de Hildete Pereira de Melo e Schuma Schumacher.



MUITO MAIS QUE UM CONSELHO

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM / RJ é um órgão de assessoramento direto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, vinculado ao Gabinete Civil, criado através do decreto nº 9.906, de 6 de maio de 1987, a partir da reivindicação dos movimentos de mulheres, com a atribuição de assessorar, formular e fomentar políticas públicas voltadas para a valorização e a promoção da população feminina.

Cumprindo suas atribuições legais e atendendo às demandas apresentadas, o CEDIM estabelece parceria e articula-se com os movimentos organizados da sociedade civil e com órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Dessa forma, excede as competências comuns a um conselho e atua como órgão proponente, regulador e executor de políticas específicas nas áreas de saúde, educação, cultura, combate à violência, trabalho, desenvolvimento urbano e equipamentos, habitação, meio ambiente e comunicação.

Desde sua fundação, cinco mulheres presidiram o órgão: Branca Moreira Alves, Lúgia Doutel de Andrade, Ana Maria Rates, Leila Araújo e Ana Lipke. Em janeiro de 2003, assumiu a presidência a delegada de polícia **Marta Rocha**.

Bibliografia

Periódicos

Acervo. Revista do Arquivo Nacional. O Brasil nos Arquivos Portugueses. Vol. 10, n.º 01, jan/jun 1997.

A Família. 30/11/1889, 28/08/1890.

Anais do Arquivo do Estado da Bahia. Vol. 46, 1982.

A Noite, 05/07/1921, 30/06/1932.

Boletim, órgão da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Coleção completa.

EPARREI, publicação da Casa de Cultura da Mulher Negra. Santos, n.º 0, maio 2001, ano 1, n.º 2, 1.º semestre de 2002.

Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro, (12) (2): 38, junho 1935.

Jornal FÊMEA, CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Boletim, Brasília, julho de 1998, ano VI, n.º 66, outubro de 1998, ano VI, n.º 69, outubro de 2002, ano X, n.º 117.

Jornal Mulherio, ano II, nº10, nov/dez 1982.

Mulher: opinião feminina organizada, maio-junho 1934.

Revista das Mães e do Lar, Pró-Matre, Rio de Janeiro, 30/08/1924, Ano I, n.º1; Associação Pró-Matre. Rio de Janeiro, 1986.

Revista Oceanos. Mulheres no mar salgado. Lisboa, n.º 21, jan/mar 1995.

Fontes primárias:

Arquivo da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Arquivo da Pró-matre. Rio de Janeiro.

Arquivo do Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro.

Arquivo do Senado Federal.

Coleção Antonieta Campos da Paz, Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ.

Fundo Bertha Lutz. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

Pasta Almerinda Farias Gama, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro.

Registro de Sociedades Civas, 1º ofício de títulos e documentos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

Seção de Comunicação Social da Justiça Federal, Rio de Janeiro.

Fontes secundárias:

ABRANCHES, J. Dunshee. Atas e Atos do Governo Provisório. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

Abrealas: o Feminismo na virada do século XIX/XX. Rio de Janeiro: Redeh/ Arte sem Fronteiras, s.d.

ABREU, Alzira Alves & BELOCH, Israel. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ABREU, J. Capistrano. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu / Livraria Brigueiet, 1960.

ADDOR, Carlos Augusto. A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

ALAMBERT, Zuleika. A situação e a organização da mulher. São Paulo: Global/ Cadernos CMB, 1980.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.).História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Volume 2.

ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e devotas: mulheres na Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750 – 1822. Brasília: Edunb, 1993.

_____. “A sobra dos círios: o cotidiano das mulheres reclusas no Brasil colonial”. In: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Congresso Internacional. Actas I e II. Cadernos Condição Feminina n.º 43: Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Negócios - Artes Gráficas, 1995.

“Almanaque da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: 1799” de autoria de Antonio Duarte Nunes. In: RIHGB, 267: 93-214, abr./jun. 1965.

ALMEIDA, Gustavo Geraldo. Heróis indígenas do Brasil – memórias sinceras de uma raça. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios aldeados do Rio de Janeiro Colonial: novos súditos cristãos do Império Português. Campinas: UNICAMP, 2000.

ALVES, Branca Moreira. Ideologia & Feminismo. A luta da mulher pelo direito ao voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANDRADE, Tereza Lanes de. História da colonização em Nova Friburgo. Rio de Janeiro: UERJ, 1995. Dissertação de mestrado.

ANTONIL, André João (Giovanni Antônio Andreoni). Cultura e Opulência do Brasil. 3ª ed. (1ª ed. 1711). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

ARAGÃO, Raimundo Moniz. A instrução pública no Brasil. Rio de Janeiro: FGV/IESAE, 1985.

ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira. Relações de gênero e militância sindical:

uma análise comparada de três sindicatos no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. Dissertação de mestrado.

ARAÚJO, Joze de Souza Azevedo Pizarro. Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 1ª edição: Impressão Régia, 1820. 10 volumes.

ARAÚJO, Lúcia N. & HOLLANDA, Heloísa Buarque. Ensaístas Brasileiras: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 a 1991. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida (et alli). Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

ARRAES, Maria Regina Purri. Acesso Democrático Feminino nos Três Poderes. Palestra efetuada na Universidade do Grande Rio. Rio de Janeiro, abril de 2000.

AUGUSTO, Maurício. Algo do meu velho Rio. Rio de Janeiro: Brasileira, 1966.

_____. Igrejas históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Kosmos, s.d.

AULER, Guilherme. Os bolsistas do Imperador. Petrópolis: Tribuna de Petrópolis, 1956.

AYALA, Walmir (org.) Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos. Brasília: Instituto Nacional do Livro. 1980.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. Carlota Joaquina, Infanta de Espanha e Princesa do Brasil (1808-1814). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História/ UFRJ, 1997.

AZEVEDO, Lúcio de. História dos Cristãos-Novos Portugueses. Lisboa: A.M. Teixeira, 1921.

AZZI, Riolando. A vida religiosa feminina no Brasil. Síntese Histórica. Rio de Janeiro: Ceris, 1969.

_____. O Estado leigo e o projeto ultramontano. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. A neocristandade: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. A vida religiosa feminina na época colonial e imperial. Grande Sinal: Petrópolis, 1976.

_____. (org.). A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1983.

BAIÃO, Antônio. Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa: homens de letras e de ciência por ela condenados. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924. 2v.

BARONCELLI, Nilcéia Cleide da Silva. Mulheres compositoras. São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1987.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti (org.). Octávio Brandão: centenário de um militante na memória do Rio de janeiro. Rio de Janeiro: Cultural/UERJ, 1996.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Liv. Brasileira Editora, 1965.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

_____. Mulheres Educadas – Rio de Janeiro do século XIX (1840-1890). Tese de Doutorado. São Paulo, 1983.

_____. “Jornalistas Brasileiras do Século XIX (1840-1890)”. In: PEREIRA, Maria Aparecida Franco (coord.). História da Mulher na História. Santos: Leopoldiarum, 1997.

_____. Mulher e libertação dos escravos. Trabalho apresentado no III Simpósio de História do Vale do Paraíba, 1976. Mimeografado.

BESSA FREIRE, J. R. & MALHEIROS, M. F. Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro. Programa de Estudos dos Povos Indígenas: UERJ, 1997.

BILAC, Olavo. “Crônica”, Revista Kosmos, jan.1904.

BITTENCOURT, Adalzira. Dicionário Bio-Bibliográfico de Mulheres Ilustres, Notáveis e Intelectuais do Brasil. Rio de Janeiro: Pongetti, 1969/1972. 3 v.

BITTENCOURT, Raul. A educação brasileira no Império e na República. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro: vol. XIX, jan/mar, 1963.

BITTENCOURT-SAMPAIO, Sérgio Ioset Salusse. O Hotel Salusse – Em Nova Friburgo. Rio de Janeiro: ZMF, 1997.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 7 vol.

BLAY, Eva Alterman. As Prefeitas. Rio de Janeiro: Avenir, s/d.

BOSCOLI, Geysa. A pioneira Chiquinha Gonzaga. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1971.

BRANDÃO, Otávio. Combates e batalhas (memórias). São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

BRASIL. Arquivo Nacional. Santa Casa de Misericórdia. Ofícios e documentos diversos, 1771-1824. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Documentos históricos: Tombo das Cartas de Sesmarias do Rio de Janeiro dadas por Cristóvão de Barros (1573-74), dadas por Salvador Correia de Sá (1578-79). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1928- [ed. de 1997]

BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputados Brasileiros: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados. 1979-1983. Brasília: Centro de

Documentação e Informação, 1979.

_____. Câmara dos Deputados. Relação dos Deputados Brasileiros: Repertório Biográfico. 1995-1999. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1995.

_____. Câmara dos Deputados. Deputados Brasileiros. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1968.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). A Mulher e a Constituinte, Ministério da Justiça: Brasília, 1985.

BRASIL. Decisões do Governo Provisório – Ministério do Interior (1º de abril a 30 de junho de 1891). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde/Biblioteca Nacional. Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do Ministério da Educação e da Saúde, 1940.

BRASIL. Senado Federal. Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias. Nelson Jobim, Walter Costa Porto (org.). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1964 a 1982. [vários volumes]

BRITTO, Chermont de. Vida Luminosa de Dona Darcy Vargas. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Arte, 1984.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. Mulher de papel. A representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

CACES. Ecos de Durban para as Comunidades Quilombolas. Rio de Janeiro: Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais. Documento síntese do seminário realizado com representantes de áreas remanescentes de quilombos do Estado do Rio de Janeiro.

CALMON, Pedro. A princesa Isabel, “a redentora”. São Paulo: 1941. [Col. Brasileira, 207].

CAMERINO, Olímpia de Araújo. A Mulher Brasileira na 2ª Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Capemi Ed. e Gráfica Ltda, 1983.

CAMPOS, Carlos Augusto. As heroínas do Brasil: perfis biográficos da história militar do Brasil. São Paulo: 1917.

CARDIANO, Fernando P. Biblioteca de Estudos Fluminenses – 1945/1986. Niterói: Imprensa Oficial, 1990.

CARDIM, Fernão. Tratados da Terra e Gente do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). Escravismo e Abolição no Brasil: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARNEIRO DA CUNHA, M. & VIVEIROS DE CASTRO E. B. Vingança e temporalidade: os Tupinambás. Journal de la Société des Américanistes LXXI: 191-217.1985

_____. História dos Índios no Brasil. São Paulo, Fapesp/Companhia das Letras/SMC, 1992.

CARVALHO, Delgado de. História da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo: Editora Globo, 1998.

CARVALHO, V.M. & COSTA, V.R. (coord) Cientistas do Brasil. São Paulo: Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, 1998.

CEDIM – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Bertha Lutz - uma pioneira. Homenagem ao centenário de nascimento. Rio de Janeiro: CEDIM, 1994, folheto.

_____. Mulheres Fluminenses do Vale do Paraíba. Histórias de luta e conquista da cidadania feminina. Rio de Janeiro: CEDIM, s.d.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. “Classes Perigosas”. In: Revista Trabalhadores. Campinas: Unicamp, 1997.

CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. Mimeo.

COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro no século dezessete. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

_____. Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Unesp. 1988.

COATES, Timothy J. Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550 – 1755. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

COELHO, Mariana. A Evolução do Feminismo: Subsídios para a sua História. Curitiba: Imprensa Moderna, 1931.

COHN, Gabriel. Problemas da Industrialização no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme e outros. Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difusão do Livro, 1968.

COLLING, Ana Maria. A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

CONFEDERAÇÃO DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. Anuário dos Religiosos

do Brasil. Rio de Janeiro: 1955.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). A Mulher e a Constituinte. Brasília: Ministério da Justiça, 1985.

_____. Mulheres e a Constituinte de 1988 (cartilha).

CORRÊA, Heloisa Beatriz Serzedello. Nova Friburgo: o nascimento da indústria (1890-1930). Niterói: UFF, 1985. Dissertação de mestrado.

COSTA, Afonso. As órfãs da rainha: base da formação da família brasileira. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer, 1950.

_____. “As órfãs da rainha”. In: RIHGB. Rio de Janeiro: Jan/mar, 1946.

COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo: UNESP, 1998.

COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante. (org.). Enciclopédia de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: OLAC; Brasília: FAE, 1990.

CRESPO, Samyra. “Escolas católicas renovadas e a educação libertadora no Brasil”. In: SANCHIS, Pierre (org.) Catolicismo: modernidade e tradição. São Paulo: Loyola, 1992.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. O Rio de Janeiro através das estampas antigas. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

CUNHA, Luís Antônio. A Universidade Temporã: da colônia a era Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

D'ARMADA, Fina. “As mulheres nas naus da Índia (séc. XVI)”. In: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Congresso Internacional. Actas I e II. Cadernos Condição Feminina n.º 43: Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Negócios - Artes Gráficas, 1995.

DIAS, Vanessa Tavares. Memórias da Casa: Um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Dissertação de mestrado.

DI GIORGIO, Yara. Da casa para a escola: Ambivalências e tensões da mulher entre o privado e o público. Niterói: UFF, 1996. Dissertação de mestrado.

DINIZ, Edinha. Chiquinha Gonzaga: Uma História de Vida. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

DÓRIA, Afonso de Escrangnolle. Memória histórica, comemorativa do 1º Centenário do colégio Pedro II. 1837-1937. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1937.

EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis (1763-1808). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.

FERNANDES, F. A Organização Social dos Tupinambá. São Paulo: Editora Hucitec/ Editora da UnB. [1948] 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. A Paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João. Homens de Grossa Ventura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREITAS, M. (org.) . História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

GALLIAN, Dante Marcello. Madre Maria José de Jesus: caminho da perfeição. São Paulo: Paulus, 1997.

GEBARA, Ivone. Teologia em ritmo de mulher. São Paulo: Paulinas, 1994.

GESTEIRA, Carmen Lídia Santos. O papel da mulher no movimento operário no final do século XIX e início do século XX. Niterói: UFF, 1996. Monografia.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher Escrava. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOMES, Ângela de Castro (coord). Velhos militantes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Francisco José Silva. Le projet de neo-chrétienté dans lê diocèse de Rio de Janeiro de 1869 a 1915. Toulouse, Université de Toulouse Le Mirail, 1991. Thèse de Doctorat. T. III.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. Ed. Ática: SP, 1988.

HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOORNAERT, Eduardo et alii. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época. Petrópolis: Vozes, 1977.

JESUS, Madre Maria José de. Carmelita descalça. A voz do silêncio: correspondência. São Paulo: Loyola, 1992.

JUNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1961.

KARASH, Mary. A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.

KAISER, Glória. Dona Leopoldina: uma habsburg no trono brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

KNAUSS, Paulo e MARTINS, Ismênia de Lima (org.). Cidade Múltipla: temas

de história de Niterói. Rio de Janeiro: Niterói Livros, 1997.

KUSHNIR, Beatriz. Baile de máscaras – mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. As polacas cariocas: mulheres judias prostitutas e suas associações de ajuda mútua. Acervo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. [v.9, 1-2, jan/dez, 1996]

LACERDA, Carlos. O Quilombo de Manuel Congo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1998.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. A Terra Goytacá a luz de documentos inéditos. Bruxelles: L’edition d’art, 1913.

_____. O Homem e o Brejo. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.

LARGMAN, Esther R. Jovens Polacas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

LASMAR, Cristiane. “Distorções e Invisibilidade: A Imagem das Mulheres Indígenas na História Oficial do Brasil”. In: A Mulher na História do Brasil. Rio de Janeiro: REDEH/Arte Sem Fronteiras. 1998.

LEITE, Miriam Moreira (org.). A condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX. São Paulo: Hucitec/Edusp; Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LENK, Maria. Braçadas e Abraços. Rio de Janeiro: Bradesco S.A , 1986.

LENZ, Sylvia. Brasil, Cidades Hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro(1815-1866) . Niterói: UFF, 1999. Dissertação de mestrado.

LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus ed., 1990.

MACCALÓZ, Salete. O Poder Judiciário, os Meios de Comunicação e Opinião Pública. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2002

MACHADO, Lielza Lemos. Imagens de Vassouras. Vassouras: 1994.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A mulher pobre na história da Igreja latino-americana. São Paulo: Paulinas, 1984.

MARTINS, Antonio. Vereadores de Vassouras do Império à Nova República. Vassouras: edição particular, 1996.

MARTINS, Willians de Souza. Arraiais e Procissões na Corte: Civilização e festas na cidade do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, s.d. Dissertação de mestrado.

MATTOS, Hebe Maria de Castro. Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MELLO, Carl Egbert H. Vieira de. O Rio de Janeiro no Brasil Quinhentista. São Paulo: Ed. Giordano, 1996.

“Memórias publicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789”. In: RIHGB. Tomo 47. vol. 68, 1884.

MÉTRAUX, A. A Religião dos Tupinambás. São Paulo: Ed. Nacional/EDUSP. 1979

MIGUEL, Sônia Malheiros. A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo Brasileiro.Brasília: CFEMEA, 2000.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. Alice Tibiriçá: lutas e idéias. Rio de Janeiro: PLG Comunicação, 1980.

MONTEIRO, J. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (org.). A outra margem do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. 19.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. “Madame Durocher, modista e parteira”. In: Estudos Feministas. CIEC/UFRJ, vol 2, n. 3/1994.

MOTT, Luiz R.B. Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

MOTTA, Márcia. Nas Fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: APERJ/Vício de Leitura, 1998.

_____. Vida religiosa nos meios populares. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. (2a edição).

MOURÃO, Ludmila. A representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1998. Tese de Doutorado.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – Núcleo do Rio de Janeiro. Participação Político-Social da Mulher no Brasil (A Experiência de 1964). Rio de Janeiro: 1978.

Mulheres sem medo do poder: Chegou a nossa vez. Cartilha para mulheres candidatas a vereadoras. Rio de Janeiro: IPEA-DIPES, 1996.

NICOLAU, Jairo Marconi (org). Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996). IUPERJ/UCAM, Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1998.

O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional. ACTAS I e II. Comissão para Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Cadernos Condição Feminina n.º43, 1995.

PAIXÃO, Sílvia. A fala-a-menos: a repressão do desejo na poesia feminina. Rio

de Janeiro: Numen, 1991.

PANTER, Johanna. Imperatriz Leopoldina do Brasil: a contribuição da casa Habsburg-lothiringen e da cultura austríaca ao desenvolvimento do Brasil durante a monarquia no século XIX. Petrópolis: Vozes, 1997.

PARRACHO, Sandro Castanho. Belford Roxo – um novo município. Rio de Janeiro: UERJ, 1990 (tese de mestrado)

PENA, Maria Valéria Juno. “As Condições do Trabalho Feminino na Indústria Têxtil, 1900-1920”. In: Anais do IX Encontro Nacional de Economia. 1981.

PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. Barricadas da Saúde. s.l, s.d.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: Fapesp, 1992.

PORTINHO, Carmem. Por toda a minha vida: depoimento a Geraldo Edson de Andrade. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

PORTO, Walter Costa. Dicionário do voto. São Paulo: Giordano, 1995.

PRIORI, Mary Del (org) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

Companhia das Letras, 1997, v.1.

“Produtos exportados da cidade do Rio de Janeiro no anno de 1796”. In: RIHGB. Tomo 46. vol. 66, 1883. 1ª parte.

PRÓ-MATRE. Homenagem a Stella Guerra Duval. Rio de Janeiro: 1971.

QUINTANEIRO, Tânia. Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeiros do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1996.

RABELLO, Andréa Fernandes Considera Compagnac. Os Caminhos de Ferros da Província do Rio de Janeiro. Ferrovias e café na segunda metade do século XIX. Niterói: UFF, 1996. Dissertação de mestrado.

“Relações parciais apresentadas ao Márquez de Lavradio”. In: RIHGB, 76 (127): 348, 1913.

RIO DE JANEIRO. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Deputados Estaduais Fluminenses. 4ª legislatura. 1987/1991. Rio de Janeiro: ALERJ, 1987.

_____. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Deputados Estaduais Fluminenses. 5ª legislatura. 1991/1994. Rio de Janeiro: ALERJ, 1991.

_____. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Deputados Estaduais Fluminenses. 6ª legislatura. 1995/1999. Rio de Janeiro: ALERJ, 1999.

ROCHA, Oswaldo Porto. A Era das Demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. A mulher brasileira: direitos políticos e civis. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

RUPERT, Arlindo. A Igreja no Brasil. Santa Maria: Pallotti, 1993. v. 4.

SAFFIOTI, Heleieth B. A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Altair de Jesus Almeida dos. Município de Belford Roxo: processo de emancipação e realidade atual. Rio de Janeiro: UERJ, 1995. Dissertação de mestrado.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (org.). Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000

SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Eduardo. “Rui Barbosa e o Quilombo do Leblon” In: Lustosa, Isabel, et. al.. Estudos Históricos sobre Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios da província do rio de Janeiro”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, 1854, 62, 3ª edição (14): 110-300. Abril-junho, 1854.

SILVA, Lina Gorenstein Ferreira. Heréticos e Impuros: a Inquisição e os cristãos-novos no Rio de Janeiro – século XVIII. Rio de Janeiro: Sec. Mun. de Cultura, Dept. Geral de Documentação e Inf. Cultural, Div. de Editoração, 1995. [Col. Biblioteca Carioca; v. 39]

SILVA, Maria Beatriz Nizza. História da Família no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Valentim Benício. “A mulher na evolução do Brasil”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Julho/set, 1951.

SILVADO, Brasil. “Os cegos no Brasil”. In: Relatório do Congresso sobre o Instituto Benjamim Constant, 1902.

SLENES, Robert. Malungu, Ngoma Vem!: África coberta e descoberta no Brasil. Revista USP, nº 12, dez. jan-fev. 1991-92.

_____. Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Luis Carlos. “Historiografia da Escravidão” In: LPH: Revista de História. V.3, N.1, 1992.

SOARES, Margareth Cardoso da Silva. Bordando a história de Cachoeiras. Niterói: UFF, 1994. Dissertação de mestrado.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO CIENTÍFICO. Cientistas do Brasil – depoimentos. São Paulo: SBPC, 1998.

SOIHET, Rachel. Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937. Niterói: Universidade Federal Fluminense,1974. Dissertação de Mestrado.

SOLIZ, Neusa (coord.) A mulher no século XXI. Um estudo de caso: a Alemanha. São Paulo: Instituto Goethe, 1988.

SORJ, Bila. “O Feminismo e os dilemas da sociedade brasileira”. In: BRUSCHINI, Cristina (org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, 2002.

SOUZA, Paulo Sérgio. Dos Bergantis aos superpetroleiros: uma indústria amadurecida. Revista da Construção civil, vol. 249, n.º 22, 1979.

TABAK, Fanny. A mulher brasileira no Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1989.

_____. Mulher e Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TABAK, Fanny & TOSCANO, Moema. Mulher e Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993. [Col. Tudo é História, n.º 145]

TESSER, Tereza Cristina. De passagem pelos estúdios: A presença feminina no início do Rádio no Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Ciências da Comunicação/USP, 1994. Dissertação de Mestrado.

TOSCANO, Moema. Mulher: Trabalho e Política - Caminhos Cruzados do Feminismo. Rio de Janeiro: PUC - Tese de Livre Docência, 1975.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.

VARGAS, Silvana Cristina Bandoli. A Cidade Plataforma: Memória e Identidade em Macaé. Niterói: UFF, 1997. Dissertação de mestrado.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. História Geral do Brasil: antes da sua separação e Independência de Portugal. São Paulo: Melhoramentos, 1924. [3ª ed.]

VÁRZEA, Mariana. Mulheres de Bronze. Rio de Janeiro: PUC/ RJ. 1995. Dissertação de Mestrado.

VIANA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Marly. Pão, Terra e Liberdade. Memória do Movimento Comunista de 1935. Rio de janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

VICENZI, Maria de Lourdes Castro Silva de. Década da Mulher (1976-1985), Avaliação. Brasília, CEMINA, 1985.

Violência contra a Mulher. Um guia de defesa, orientação e apoio. Rio de Janeiro: CEDIM, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. Revista de Antropologia 35: 21-74. 1992.

WERNECK, Maria. Sala 4: primeira prisão política feminina. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Solidariedade Amilcar Cabral, 1990.

Realização



Parcerias





Visite <http://www.mulher500.org.br>